



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA

**ENTRE A JUSTIÇA E A EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os
territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB**

**RECIFE – PE
OUTUBRO – 2011**

LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA

**ENTRE A JUSTIÇA E A EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os
territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Professor Dr. Alcindo José de Sá, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**RECIFE – PE
OUTUBRO – 2011**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S243e

Saraiva, Luiz Arthur Pereira.

Entre a justiça e a exclusão nas políticas de desenvolvimento urbano: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande - PB / Luiz Arthur Pereira Saraiva. – Recife: O autor, 2011.

152 f. : il., 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós – Graduação em Geografia, 2011.

Inclui bibliografia e apêndices.

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Espaços públicos. 4. Crescimento urbano – Bairro da Estação Velha - Campina Grande (PB). I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-100)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ata da sessão de arguição do mestrando Luiz Arthur Pereira Saraiva do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2011 (dois mil e onze), reuniu-se a comissão composta dos seguintes professores: Alcindo José de Sá (Orientador), David Sánchez Rubio e Paulo Sérgio Cunha Farias, para, com a presidência do primeiro, procederem ao exame da dissertação de mestrado de Luiz Arthur Pereira Saraiva sob o título: Entre a justiça e a exclusão nas políticas de desenvolvimento urbano: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB. Iniciados os trabalhos, a presidência informa os objetivos da reunião salientando a regulamentação em vigor, em seguida concebe a palavra ao autor da dissertação. Após a exposição do assunto e arguições, a banca examinadora reuniu-se em caráter reservado considerando a Dissertação “**Aprovada**”. O presidente da banca encerrou a sessão e para constar, eu, Volnylson Almeida de Castro, lavrei a presente ata que dato e assino juntamente com os demais presentes.

Recife 10 de outubro de 2011.

Profº. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

Orientador

Profº. Dr. David Sánchez Rubio (Universidade de Sevilla)

1º Examinador

Profº. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (UFCG)

2º Examinador

Luiz Arthur Pereira Saraiva

Mestrando

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA

**ENTRE A JUSTIÇA E A EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
URBANO: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os
territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

Orientador

Profº. Dr. David Sánchez Rubio (Universidade de Sevilla)

1º Examinador

Profº. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (UFCG)

2º Examinador

Profº. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

1º Suplente

Profº. Dr. Antonio Albuquerque da Costa (UEPB)

2º Suplente

Aprovada em 11 de Outubro de 2011

DEDICATÓRIA

Muitas pessoas fizeram parte dessa caminhada e espero agir com justiça ao lembrá-las durante os agradecimentos desse trabalho. Contudo a dedicatória dessa dissertação é uma singela homenagem a minha mãe, Arnides Pereira Saraiva, nascida no dia 27 de março de 1946 e ido para um lugar melhor no dia 11 de maio de 2010. Quebro o protocolo acadêmico das normas e regras da “exigida” escrita científica aqui (e também nos agradecimentos) para usar a primeira pessoa do singular e expressar minha homenagem saudosista. Porque minha mãe e as pessoas que agradeço não podem ser tratadas impessoalmente.

Mesmo que muitas vezes tivesse ideias contrárias (dizíamos que ter o gênio forte é “genético”) e a opção pela geografia fosse uma grande surpresa (ela queria outra profissão para mim), Mainha nunca me falhou em condições materiais e imateriais para buscar sempre o melhor. Quando fui a Recife pela primeira vez (na vida e academicamente) para um simpósio, o coração de mainha estava na mão a me ver ir sozinho para um lugar um tanto quanto longe. Quando liguei após a apresentação de um trabalho e relatei o sucesso, lembro de minha namorada dizendo que mainha estava emocionada por ter dado tudo certo. Quando cheguei em Campina e contei as maravilhas que vi na UFPE e de como sonhava algum dia estudar lá, mainha começava a se preparar para me ver andando com as próprias pernas, porque sabia que eu iria entrar no Mestrado de lá, custasse o que custasse.

Passaram-se os anos e junto à monografia (as madrugadas em claro, os copos de leite com achocolatado e os pedidos de “vá dormir meu filho, vá descansar que está muito tarde”) e às incertezas sobre qual rumo seguir, vieram o desejo materno de ir a um lugar mais próximo enquanto eu procurava alçar um vôo maior na capital pernambucana. As seleções aconteceram, os resultados ótimos e a ida para Recife contou com total apoio e diálogo. Quando em abril aquelas dores de cabeça provindas do trabalho excessivo de contadora deram lugar a algo mais sério, algo no ar previa grandes mudanças nas nossas vidas e as forças faltaram muitas vezes na solidão daquele apartamento em Recife.

Mãe, sei que esse trabalho é mínimo se comparado ao esforço de me criar sozinha, ser mãe e pai ao mesmo tempo, mas espero com ele honrar sua lembrança e seus ensinamentos de vida. Disse muitas vezes, depois daquela ligação do hospital às 5 e pouco da manhã do 11/05, que a senhora ainda iria ver muita coisa, mas agora com o coração mais sereno, sei que a senhora continua vendo tudo e torcendo por todos nós.

À Arnides Pereira Saraiva, mãe dedicada e amada, dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça, glória, proteção, sabedoria e luz nessa trajetória e nas outras que virão.

Agradeço mais uma vez a Laise, companheira de todas as horas, amor de minha vida, paciência maior de todo o trabalho e perfeição buscada em tudo o que faço e tudo que sou. Nós passamos por muita coisa e construímos uma história de amor linda (3 anos e 9 meses não são dias ou horas). Que essa dissertação não compense as ausências, estresses e insanidades, mas seja um lembrete, um passo na caminhada que, ao teu lado, vale a pena seguir e sonhar. Você me apresentou um mundo novo, vivo e feliz. Que essa vida e felicidade possam ser experimentadas por cada um e, a partir de tais sentimentos, se tenha um sentido para uma existência plena.

Agradeço a toda minha família, Mainha (*in memoriam*), Lourdes, Mercinho, Tuca, Lívia, Larissa, Cléber, Tia Saete (também suas meninas e Herman), Tio Tadeu (e família), pelos anos de convivência, ajudas, favores e apoios em geral. Apesar de todas as dificuldades, não troco o que vocês me ensinaram nem os momentos compartilhados por riqueza nenhuma. Passamos por muita coisa juntos e o longo e árduo caminho da vida, na companhia de vocês, se torna agradável e instigante.

Também agradeço à segunda família que tenho na aconchegante cidade paraibana de Bananeiras: Dona Socorro, Seu Zé Vital, o pequeno “gigante” João Victor, além dos tios, primos e amigos que fiz nesse pedaço do paraíso na Terra.

Ao grande professor, orientador, amigo e “padrinho de mestrado” Alcindo José de Sá, meus mais nobres agradecimentos. Grande parte da minha experiência e da minha perseverança na Manguetown se deu graças a ajuda educada e inquieta de um professor que se tornou amigo e sempre batalhou para que eu desenvolvesse autonomamente meus limites e potencialidades. Quando entrei em conflito comigo mesmo sobre o sentido disso tudo, Alcindo me ensinou a olhar para o alto e ter em mente um objetivo, independente de quão árduo possa ser o caminho. Seja por e-mail, nas risadas pelos corredores ou nas horas discutindo Geografia e Filosofia na sala de aula, além da correria na coordenação do PPGEQ, sempre serei grato pelos agradáveis momentos.

Menções e agradecimentos importantíssimos aos professores que conheci e muito aprendi no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, destacando-se Jan Bitoun (pelas reflexões metodológicas e urbanas), Cláudio Castilho (por ter me apresentado ideias e abordagens nunca antes pensados), Beatriz Soares

Pontes (pelo aprendizado político e lições de produção científica), Ana Cristina (pelas reflexões profundas sobre meu objeto de estudo e diálogo constante) e Caio Maciel (pelo combate ao dogmatismo e novas possibilidades da geografia no cotidiano).

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante a realização da dissertação. Aproveito para também agradecer à PROPESQ/UFPE na figura de Paulo de Tarso, sempre prestativo, esclarecedor e paciente com minhas trapalhadas em meio aos documentos e contratempos de um campinense em Recife.

Gratidão também aos professores do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, atuais e ausentes, sobretudo aos exemplares Arthur Tavares Valverde, Lincoln Diniz, Márcia Rejane, Marília Quirino, Hélio Nascimento, Aretuza Candeia, Anselmo Cavalcanti, Cristiane Nepomuceno, Maria da Penha, João Tavares, João Damasceno, Aldo Gomes, Rogério Bezerra, Aucio Tavares e Antônio de Albuquerque. Mais uma vez, todos vocês, de uma forma ou de outra tiveram grande participação nesses escritos, seja incentivando, questionando e buscando abrir portas e despertar ideias.

Agradeço à Marlene Santos, Josias Pereira, Jandira Barbosa, Edilsa Pontes, Edibertina Lopes, Maria das Neves, Dalvanira Pio, José da Guia, Luís Alberto, Manoel Ferreira, José Carneiro, “Seu” Rosemiro, José Felix, e Maria do Carmo. Moradores do bairro que merecem ser conhecidos e ouvidos por todos. Ainda agradeço a todos que responderam os questionários, ajudaram a identificar questões cotidianas e falaram um pouco de suas vidas nessa pesquisa. Esse trabalho e todos os frutos relacionados também são de vocês.

Agradecimentos ao pessoal da copiadora Penélope (Keine, Júlio César e Cia) por todo apoio, credibilidade e boas conversas durante a permanência acadêmica e as visitas pontuais, mas sempre agradáveis. Muito obrigado por tudo.

Não posso deixar de agradecer ao pessoal do apartamento, Natalice e Fernanda, pela convivência, apoio e carinho nesses últimos meses. As risadas, saídas e até as confusões renderão boas histórias no futuro.

E por fim (mas não menos importantes), agradecimentos a todos os amigos presentes nessa empreitada recifense. Não me detenho exclusivamente às companhias de Eline (e sua mãe, com uma hospedagem maravilhosa), Valtemira, Carlos, Gleyce, Lúcia, Silvan, Geórgia, Hugo, Jackson, Jamilson, Gina e Wedmo, mas também aos amigos dos tempos difíceis e risadas, eventos, corredores e movimentos num geral. Foi bom estar com vocês e fazer parte de suas vidas, assim como fizeram parte da minha. Espero que a gente se veja muitas outras vezes.

“Eu não sei se eles
Estão ou não autorizados
De decidir quem é certo ou errado
Inocente ou culpado retrato falado
Não existe mais justiça ou estou enganado?
Se eu fosse citar o nome de todos que se foram
O meu tempo não daria pra falar mais...
Eu vou lembrar que ficou por isso mesmo
E então que segurança se tem em tal situação
Quantos terão que sofrer pra se tomar providência
Ou vão dar mais algum tempo e assistir a seqüência
E com certeza ignorar a procedência
O sensacionalismo pra eles é o máximo
Acabar com delinquentes eles acham ótimo
Desde que nenhum parente ou então é lógico
Seus próprios filhos sejam os próximos
E é por isso que
Nós estamos aqui”

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
LISTA DE TABELAS	XIII
LISTA DE FOTOGRAFIAS	XIII
LISTA DE MAPAS	XIII
LISTA DE GRÁFICOS	XIV
INTRODUÇÃO	15
1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COTIDIANA DE UM BAIRRO: os agentes sociais e suas práticas nas (geo)políticas da Estação Velha	21
1.1 O discurso da “modernização” chega à Campina Grande: o caráter (geo)político do trem	23
1.1.1 Uma geopolítica campinense?	23
1.2 A cidade de Campina Grande no século XX e início de século XXI: o espaço urbano e político mediante seus “desenvolvimentos”	30
1.2.1 Campina Grande como exemplo/modelo de desenvolvimento urbano?	36
1.3 A Estação Velha: da existência do bairro à sua história narrada	45
1.3.1 A formação geo-histórica de um “bairro”	49
1.4 O povo e o bairro: mudanças de papéis no transcorrer geo-histórico	58
2 O BAIRRO NO CONTEXTO URBANO CAMPINENSE: um conjunto de múltiplas territorialidades e relações de poder	59
2.1 De qual território se está falando?	59
2.2 Breves notas sobre divisão espacial e ordem(ns)	63
2.3 Território das atividades jurídicas	69
2.3.1 Herança, controle ou descaso? Separando os territórios da justiça e da exclusão ...	73
2.4 Territórios da exclusão: abordando os cotidianos da desigualdade político-participativa à inclusão socioeconômica precária	81
2.4.1 Considerações e apreensões sobre o termo exclusão	81
2.4.2 Voltando ao bairro da Estação Velha	87
2.5 Questões e comparações estatísticas (mas indo além disso)	94

2.6 Fragmentações do bairro e da cidade: desterritorialização ou multiterritorialidade?	100
3 UM DIÁLOGO ENTRE DESENVOLVIMENTO URBANO E CIDADANIA: lógicas, poderes e intencionalidades no direito à cidade na Estação Velha	101
3.1 O cotidiano do medo e da violência na Estação Velha: a questão dos poderes do Estado e do tráfico enquanto agentes sociais do bairro	101
3.1.1 Reflexões sobre o poder	102
3.2 O papel do Estado enquanto gestor e planejador urbano no bairro	108
3.3 A vizinha contra-ordem naturalizada: as práticas do tráfico de drogas	116
3.4 Pensando a cidadania e a justiça social na Estação Velha	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA PENSAR O URBANO CAMPINENSE A PARTIR DA ESTAÇÃO VELHA	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	143

RESUMO

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **ENTRE A JUSTIÇA E A EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO**: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB. Recife, 2011. p. 152. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CFCH/UFPE/PPGEO.

O trabalho a seguir discute a dinâmica socioterritorial do bairro da Estação Velha, localizado na cidade de Campina Grande – PB. O estudo do desenvolvimento urbano numa perspectiva geográfica consiste numa tentativa de debater as diferentes territorialidades do bairro que reproduzem o contexto campinense e de outras cidades brasileiras. Os objetivos são abordar a dimensão territorial sociopolítica do desenvolvimento do bairro da Estação Velha, com ênfase à gestão da cidade de Campina Grande – PB; analisar as territorialidades dos agentes sociais no processo de formação socioespacial do bairro; delimitar a heterogeneidade territorial a partir dos usos e práticas pelos agentes sociais do bairro; e discutir os conflitos e desigualdades presentes nas políticas públicas do modelo de desenvolvimento desigual campinense. Partindo de uma abordagem materialista crítico-dialética, os procedimentos metodológicos aplicados consistiram em pesquisas bibliográficas relacionadas à temática e pesquisas de campo “*in loco*”, incluindo observações, registro fotográfico, e coleta de dados e informações a partir de questionários, entrevistas, relatos dos moradores e agentes sociais envolvidos. O trabalho visa não só uma contribuição ao estudo geográfico político/urbano de bairros em cidades médias, como também explorar as possibilidades de desenvolvimento urbano e melhorias nas condições de vida da população. Por fim, apresentam-se sugestões e reflexões que possibilitem uma relação mais participativa e emancipatória entre o contexto urbano e a sociedade no qual fazem parte, visando a cidadania e a justiça social.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano, bairro, cotidiano, territorialidade.

ABSTRACT

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **BETWEEN THE JUSTICE AND THE EXCLUSION IN URBAN DEVELOPMENT POLICIES:** conflicts and intentions in juridical complex' implementing and exclusion territories in the Estação Velha's neighborhood - Campina Grande - PB. Recife, 2011. p. 152. Dissertation (Master in Geography). CFCH / UFPE / PPGEIO.

The following work discusses the socioterritorial dynamics of the Estação Velha's neighborhood, located in the city of Campina Grande – PB. The study of urban development in a geographical perspective is an attempt to discuss the different neighborhood territorialities in reproducing the Campina Grande's context and other Brazilian cities. The objectives are approaches the sociopolitical territorial dimension of the development of Estação Velha's neighborhood, with emphasis on city's management of Campina Grande - PB, analyzes the social agents' territorialities in the process of sociospatial formation of the neighborhood, delimit territorial heterogeneity from the uses and practices by neighborhood' social agents, and discuss the conflicts and inequalities in public policies for the uneven development's model of Campina Grande. From a critical-dialectical materialist approach, the procedures applied consisted of literature searches related to themes and field research "in situ", including observations, photographic record, and data collection and information from questionnaires, interviews, residents' reports and social agents involved. The work aims not only a contribution to the political/urban geography study of neighborhoods in medium cities, but also explore the possibilities of urban development and improvements in living conditions of the population. Finally, presents suggestions and ideas that enable a more participatory and emancipatory relationship between the urban context and the belonging society, aiming the citizenship and social justice.

Key-words: urban development, neighborhood, everyday, territoriality.

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 01: Crescimento na quantidade de casas em Campina Grande no período de 1907 a 1947	30

LISTA DE FOTOGRAFIAS

	Pág.
Fotografias 01 e 02: A estação ferroviária da Estação Velha na chegada do trem em 1907 e nos dias atuais	50
Fotografias 03, 04, 05, 06, 07 e 08: Composição paisagística do Complexo Jurídico da Estação Velha	70
Fotografias 09, 10, 11 e 12: Muro visto do complexo jurídico	73
Fotografias 13, 14, 15 e 16: Muro visto do primeiro território da exclusão	74
Fotografia 17: Visão panorâmica da rua antes fechada pelo muro	75
Fotografias 18, 19, 20 e 21: Territórios da exclusão com prédio do Fórum Affonso Campos ao fundo	76
Fotografias 22, 23 e 24: Terrenos da Rua Goiás relacionados a especulação imobiliária gerada pela localização próxima ao complexo jurídico	80
Fotografias 25, 26, 27 e 28: Pluralidade paisagística do primeiro território da exclusão	89
Fotografias 29, 30 e 31: Visões do segundo território da exclusão	90
Fotografias 32, 33, 34, 35, 36 e 37: Ruas e travessas do terceiro território da exclusão ..	91
Fotografias 38, 39, 40, 41, 42 e 43: Aparatos de segurança encontrados em residências no bairro	117
Fotografias 44, 45 e 46: Lugares utilizados pelo tráfico para suas atividades	119
Fotografias 47, 48, 49 e 50: Ruas como extensões das residências no bairro	124

LISTA DE MAPAS

	Pág.
Mapa 01: Mapa 01: Localização cartográfica de Campina Grande na Paraíba e seu macrozoneamento	22
Mapa 02: Localização do bairro da Estação Velha na malha urbana campinense	43
Mapa 03: Bairro da Estação Velha e suas relações limítrofes com os bairros vizinhos ...	44
Mapa 04: Pretérita proposta de divisão espacial do bairro da Estação Velha	65

Mapa 05: Proposta de divisão espacial do bairro da Estação Velha, com ênfase nas relações de poder e ordens	66
Mapa 06: Fluxos, entradas e saídas do bairro Estação Velha	72

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráficos 01 e 02: Situação das residências no decorrer dos anos	94
Gráficos 03 e 04: Valor do IPTU no decorrer dos anos	95
Gráficos 05 e 06: Quantidade de trabalhadores no decorrer dos anos	96
Gráficos 07 e 08: Situação dos chefes de família que não trabalham no decorrer dos anos	97
Gráficos 09 e 10: Recebimento de benefícios do governo no decorrer dos anos	97
Gráficos 11 e 12: Renda mensal dos chefes de família trabalhadores no decorrer dos anos	99
Gráficos 13 e 14: Renda mensal familiar dos residentes no decorrer dos anos	99
Gráfico 15: Reivindicações e problemas enfrentados / apontados pelos moradores do bairro	127

INTRODUÇÃO

Muitas linhas já foram escritas sobre a sociedade urbana, o cotidiano, as formas e lógicas presentes na cidade. Tal contexto, que se apresenta em um primeiro olhar como caótico e turbulento, é fruto de uma construção histórica simultaneamente comum e distinta, pois seria um absurdo falacioso apresentar uma generalização única na construção espacial urbana. Processos, elementos e fatores diferentes forneceram ao urbano diferentes feições ao longo da história e esse mesmo urbano apresentou-se político, desigual e conflituoso. As cidades não tomaram para si a imagem estática de uma foto ou um ponto/área num mapa: estas se apresentaram como um conjunto dinâmico de particularidades e semelhanças intra e extra-urbanas.

Tal espaço, enquanto objeto de estudo de várias ciências, manifesta uma necessidade constante de conflito e dialética de vários pontos de vista. O urbano, traço marcante da cotidianidade social desde o século passado, sempre foi elemento de estudo de diferentes autores em diversos campos do conhecimento. Enquanto contribuição ao debate, a geografia não deve tomar para si o papel de “guardiã do conhecimento” urbano, mas, acima de tudo, deve saber dialogar com outros saberes como a política e a filosofia, de forma a captar a cidade e seu espaço enquanto totalidades e possibilidades à humanidade.

Dentre o contexto urbano brasileiro, a cidade de Campina Grande apresenta várias formas e funções comuns a outras cidades e, simultaneamente, próprias de sua formação histórica-geográfica. Situado na Zona Sul da cidade, o bairro da Estação Velha, vizinho do centro urbano e comercial da cidade e de outros bairros também dinâmicos (como o bairro do Catolé e da Liberdade) vem participando de tais dinâmicas e processos, ora como espaço integrado à escala intra-urbana campinense, ora como espaço produto de atividades diversas.

O bairro analisado contém em si a heterogeneidade própria da cidade, vista a partir das diferentes classes sociais e agentes presentes na (re)produção do espaço, apoderando-se de tal espacialidade para os mais diversos fins e intencionalidades, desde a moradia até o lucro provindo da especulação imobiliária graças a valorização de atividades jurídicas instaladas. Famílias, trabalhadores e moradores das áreas vizinhas viveram e ainda vivem essas transformações, pois são observadas mudanças, seja no modo de vida das pessoas, seja na função adotada pelo bairro (antes industrial e de serviços, agora residencial e jurídica, acarretando inclusive uma área especializada) ou ainda na mudança das relações desse espaço com outros bairros e seu papel no contexto urbano campinense.

Fala-se hoje em cidades fragmentadas, com a formação de territorialidades que desafiam a unidade municipal e a ordem instituída pelo poder local. Tratar tal problemática é sempre um grande desafio, procurando evitar a superficialidade que se daria a partir da observação pura e simples de uma dada realidade. Cada caso possui em sua matriz todo um conjunto complexo de relações, problemas, contextos históricos vividos por cada indivíduo que dele faz parte. Como estudar e compreender esse conjunto relacional e espacial, fazer parte de suas mudanças e como se posicionar perante o cotidiano de cada indivíduo? Esta seria a primeira reflexão aqui levantada.

O bairro da Estação Velha traz em suas raízes uma formação própria do desigual desenvolvimento urbano campinense a partir das gestões municipais e suas políticas públicas praticadas. A questão principal dessa pesquisa reside em quais conflitos territoriais e relações de poderes se fazem presentes no desenvolvimento urbano do bairro da Estação Velha atualmente. Como questões secundárias, elencam-se: como os agentes consumidores do bairro se territorializam enquanto participantes ou excluídos do atual processo de formação socioespacial do mesmo? Como se dá a heterogeneidade territorial do bairro a partir do complexo jurídico e do agravamento da segregação? E quais as expressões das lógicas, poderes e intencionalidades presentes nas políticas públicas do modelo de desenvolvimento urbano campinense?

Tais questões não constituíram de forma alguma um roteiro de pensamentos ou mesmo um conjunto de reflexões únicas e estáticas. Elas não só obtiveram respostas, como foram acrescidas de outras ou modificadas. Sobre as hipóteses, estas consistem em:

a) Hipótese principal

Os conflitos envolvendo as territorialidades e as relações de poder se manifestam na gestão urbana campinense que ora realizam (e naturalizam) práticas de segregação, ora valorizam (e enfatizam) outros contextos, adotando instrumentos de desenvolvimento urbano geograficamente desigual.

b) Hipóteses secundárias

H₁ – Os agentes sociais presentes no bairro se territorializam a partir de suas práticas cotidianas, normas e lógicas inerentes às suas intencionalidades. Contudo, tais elementos utilizam heterogeneamente o espaço do mesmo fragmentando-o em territórios nos quais os

usos diferem na formação socioespacial contemporânea da Estação Velha, influenciando diferentemente na mesma, gerando um contexto de exclusão e inclusão seletiva, vistas as particularidades das atuais territorialidades jurídica e exclusiva;

H₂ – O contexto sociopolítico do bairro estudado apresenta-se territorialmente heterogêneo pelos diferentes usos e abusos socioterritoriais pelos agentes (re)produtores / consumidores que nele atuam (com ênfase ao Estado e ao tráfico de drogas, mas também se fazendo presentes o setor imobiliário e a população moradora). A ausência de ordenamento e flexibilidade das normas inseridas na dinâmica gestora-planejadora urbana municipal naturalizam tal realidade;

H₃ – O agravamento das desigualdades socioterritoriais atinge todo o bairro e reflete a própria dinâmica campinense inserida em um modelo desenvolvimento urbano desigual capitalista, tendo na Estação Velha uma dupla configuração territorial constituída por “instrumentos de justiça e cidadania” de um lado, “territorialidades da exclusão” do outro. Estado e tráfico de drogas relacionando-se dialeticamente em um quadro de repressão, segregação e poderes próprios.

Quanto aos objetivos, o geral consistiu em abordar a dimensão territorial sociopolítica do desenvolvimento urbano do bairro da Estação Velha, com ênfase à gestão da cidade de Campina Grande – PB. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se analisar as territorialidades dos agentes consumidores no processo de formação socioespacial do bairro mediante suas práticas cotidianas, além das normas e lógicas que legitimam tais práticas; delimitar a heterogeneidade territorial a partir dos usos e práticas pelos agentes consumidores do bairro, visando a esfera de atuação do Estado, enquanto planejador e gestor da cidade, e sua relação com outros grupos sociais (moradores, setor imobiliário e tráfico de drogas) no cotidiano de conflitos e impactos para a população local; e discutir os conflitos e desigualdades presentes nas políticas públicas do modelo de desenvolvimento urbano desigual campinense, apontando as relações entre as práticas de valorização de uso do solo, a negação do direito à cidade a população excluída e o tratamento dado a questão local do tráfico de drogas.

A realização dessa pesquisa visou contribuir com a discussão relacionada ao espaço político urbano. Mediante diferentes leituras e discussões no meio acadêmico no qual se buscou relacionar não só a Geografia Política com outros ramos geográficos, mas também a outros ramos do saber como a História, a Filosofia, a Sociologia, o Direito, a Ciência Política e a Economia. Uma visão interdisciplinar que não perca seu foco geográfico é um caminho

que não deve ser abandonado ou excluído do pensamento epistemológico dessa ciência e seus debates.

A exequibilidade desta pesquisa se deu pela acessibilidade ao contexto em questão, incluindo o contato com moradores e tentativa de diálogo com órgãos públicos responsáveis, e pelas experiências já tidas na questão de pesquisa¹. O trabalho manifestou um desejo de inovação e, simultaneamente, aprofundamento, visto a ausência de fontes e pesquisas que referenciassem o bairro em suas dimensões espacial, temporal, social e política. Tal esforço se constituiu na continuação de um trabalho, cuja intenção foi de trabalhar as relações entre os moradores e o seu espaço que ora é visto como necessidade, ora é colocado como mercadoria.

A idéia de se trabalhar tal contexto geográfico surgiu da vivência e da preocupação com os rumos propostos ao bairro. A escolha pela Estação Velha se deu a partir de sua heterogeneidade geográfica. Tal realidade é colocada ora como uma unidade de relacionamento do morador entre a sua residência e a cidade, ora como extensão do próprio corpo em contato com o mundo físico/social. Por trás dessa abordagem, observa-se toda uma história de vivência e necessidade de se buscar melhores condições de vida para a população junto aos órgãos públicos na construção de conhecimento científico.

Por fim, se faz necessário discutir a metodologia, consistindo em método (enquanto posicionamento filosófico frente o objeto) e procedimentos (enquanto instrumentos para obtenção de dados e informações). Esta pesquisa parte do método materialista crítico-dialético, que concebe o território usado (ênfase nos usos e abusos do território tão colocados por Milton Santos) enquanto mediado pelo conflito de poderes, práticas e intencionalidades, arena de articulação de grupos sociais diversos. Da mesma forma, o espaço enquanto dinâmico, reflexo, *locus* das relações sociais capitalistas e produto de vários agentes sociais (incluindo-se aí as classes, o Estado e grupos sociais paralelos) em seus valores de uso e de troca.

O diálogo entre tais categorias se dá ora na ênfase nas relações de poder presentes, ora na escala, outra categoria presente na pesquisa mediante dimensão dos processos e práticas realizadas pelos agentes nesse contexto. É importante ressaltar que a escala aqui adotada não é um mero recorte espacial, pois, além de se discutir uma perspectiva multiescalar, a dialética socioespacial se manifesta relacionando, por exemplo, o local e o global, o intra-urbano e o inter-urbano. Não se trata de um exercício de sobreposição de escalas ou de práticas

¹ SARAIVA (2009).

ideográficas locais, mas de um pleno entendimento de que a escala “única”, além de camuflar, pode se constituir em uma prisão para o pensamento e para a realidade social.

Além dessas categorias de análise geográfica, se fazem presentes discussões sobre desenvolvimento (urbano, capitalista e espacial), política (Estado, poder, democracia, políticas públicas, intencionalidades, gestão municipal), direito (ordens, leis, normas, direito à cidade, uso do solo urbano, cidadania, justiça social), segregação, desigualdade, exclusão, tráfico de drogas e especulação imobiliária.

Esse bairro apresenta um ordenamento territorial diversificado mediante os limites compartilhados com outros bairros da cidade. Tal conjunto multiterritorial é discutido dinamicamente a partir das práticas cotidianas em suas lógicas urbanas constituintes (normas, leis, consensos, imposições e conflitos) e objetos espaciais: casas, residências de primeiro andar, casebres, quartos, barracos, sub-habitações, prédios, fluxos, símbolos e formalidades manifestadas pelo complexo jurídico. Apesar de tal complexo ter apenas uma década de existência, tal processo de ordenamento territorial do bairro data das gestões urbanas que se seguiram após a chegada do trem à cidade (1907) e a falta de planejamento até o presente.

A pesquisa se caracterizou pelo levantamento bibliográfico referente às áreas de geografia política e urbana, além das categorias anteriormente colocadas. As visitas *in loco* ao bairro e a órgãos do poder público, com suas devidas observações, descrições e coleta de dados/informações exerceram papel fundamental ao processo de levantamento da realidade espacial estudada. Buscou-se analisar as políticas públicas (na cidade e no bairro), ações do aparelho repressor estatal, e demais mudanças após a instalação do complexo jurídico. Destacou-se ainda o conjunto de relatos sobre a história do bairro obtido junto a alguns dos moradores mais antigos do bairro e o vasto registro fotográfico de vários espaços da Estação Velha.

Os principais procedimentos metodológicos foram a já citada pesquisa bibliográfica, coleta de dados a partir da aplicação de questionários (com ênfase às informações sobre renda, condições de vida, acesso a bens e serviços, mercado de trabalho, programas assistencialistas do governo, problemas do bairro) e visitas a instituições² (prefeitura, secretarias de planejamento e obras urbanas, câmara de vereadores) para acompanhar a gestão urbana vigente e seus conflitos, recolhimento de depoimentos e vivências a partir de entrevistas livres com moradores, usuários e trabalhadores do / no bairro, com ênfase ao contexto político e conflitos inerentes ao cotidiano do mesmo. Tem-se ainda como necessário o registro

² Tais visitas mais consistiram em tentativas de diálogo do que fontes de evidências e informações, mediante o burocrático e restrito acesso aos bastidores do poder.

fotográfico de estruturas urbanas e objetos espaciais, além de tratamento cartográfico para representação das territorialidades e contextos relacionados, bem como tabulação de dados obtidos.

Um esclarecimento quanto à estrutura e apresentação dos capítulos se faz necessário. A estrutura aqui adotada buscou conciliar teoria e prática, discussões filosóficas e epistemológicas relacionadas ao contexto estudado, constituindo-se em estratégias de apreensão e discussão sobre o ponto abordado em um mesmo capítulo. Não de uma sujeição da realidade à teoria, mas sim da reflexão como estratégia de apreensão dialética da realidade. Por mais cansativo que sejam as citações e sub-divisões capitulares, tal esforço se faz necessário na busca de um entendimento complexo, pautado nas preocupações sociais, políticas e geográficas.

No primeiro capítulo, **FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COTIDIANA DE UM BAIRRO: os agentes sociais e suas práticas nas (geo)políticas da Estação Velha**, será discutida a geografia durante a formação do bairro, dos primeiros tempos até os dias atuais. As questões relacionadas à geografia política/geopolítica e ao desenvolvimento acompanham a trajetória de Campina Grande e do bairro, bem como a mudança de papel dos atores sociais no urbano frente às práticas e intencionalidades.

No capítulo seguinte, **O BAIRRO NO CONTEXTO URBANO CAMPINENSE: um conjunto de múltiplas territorialidades e relações de poder**, serão caracterizadas a heterogeneidade/fragmentação socioterritorial do bairro reflexo dos cotidianos e conflitos de ordem existentes. As necessidades do enfoque territorial, bem como o esclarecimento sobre a questão da exclusão, constituem a análise realizada.

O terceiro capítulo, **UM DIÁLOGO ENTRE DESENVOLVIMENTO URBANO E CIDADANIA: lógicas, poderes e intencionalidades no direito à cidade na Estação Velha**, analisa criticamente as dinâmicas envolvendo os agentes sociais presentes no bairro, enfatizando o Estado a partir da gestão urbana e o tráfico de drogas. Nesse ponto, são realizadas e contextualizadas as reflexões envolvendo poder, cidadania e justiça, bem como abrem portas para se pensar as possibilidades de mudança social.

1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COTIDIANA DE UM BAIRRO: os agentes sociais e suas práticas nas (geo)políticas da Estação Velha

Antes de escrever sobre o bairro da Estação Velha em si, é necessário escrever sobre a cidade na qual o bairro se originou. Campina Grande sempre se destacou de várias maneiras, tendo sua posição geográfica (mapa 01) um dos primeiros critérios de destaque da cidade³. Cardoso (1963, p. 3) aponta que

Situada próxima à superfície mais alta da Borborema, a cidade não enfrentou dificuldades de comunicação, nem com o litoral nem com o sertão. Para leste, a orla recortada do planalto facilita o acesso à zona litorânea, através de vales amplos abertos no cristalino. A mesma facilidade se repete em direção ao interior. Do extenso patamar do planalto onde se encontra Campina Grande, passa-se com facilidade para o sertão, de nível mais baixo que os altos da Borborema, mas mais elevado que o planalto do Cariri.

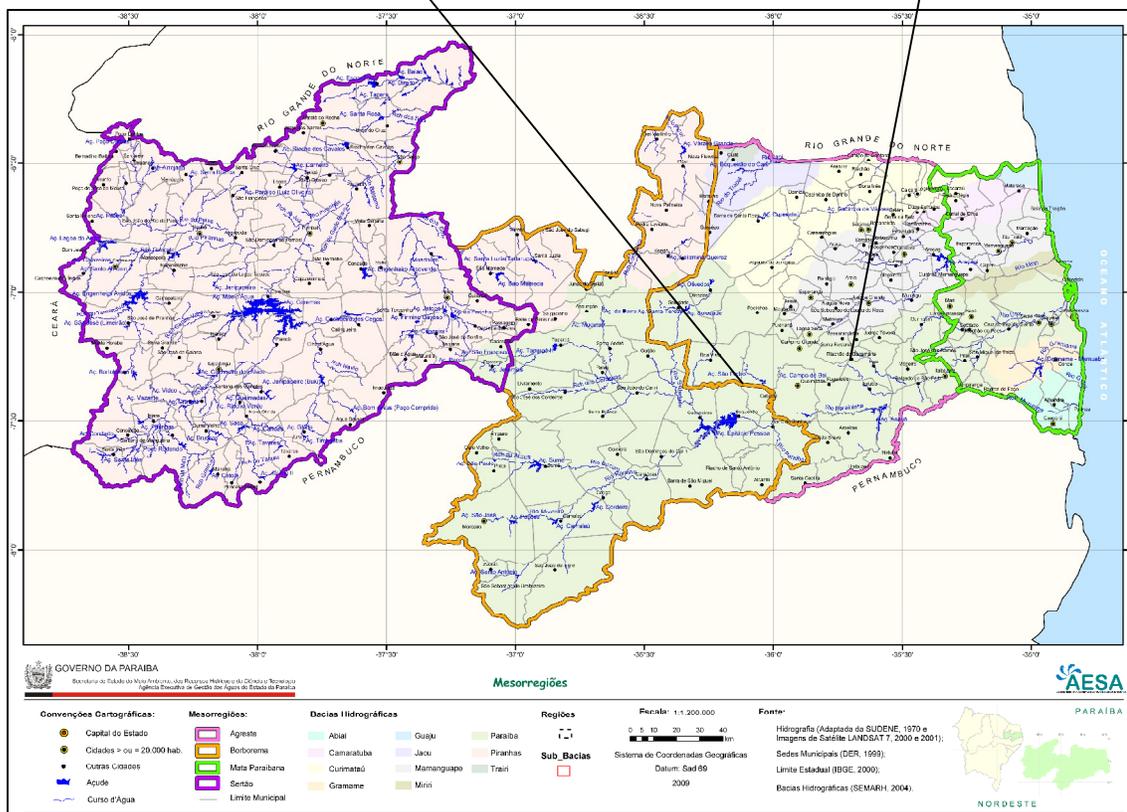
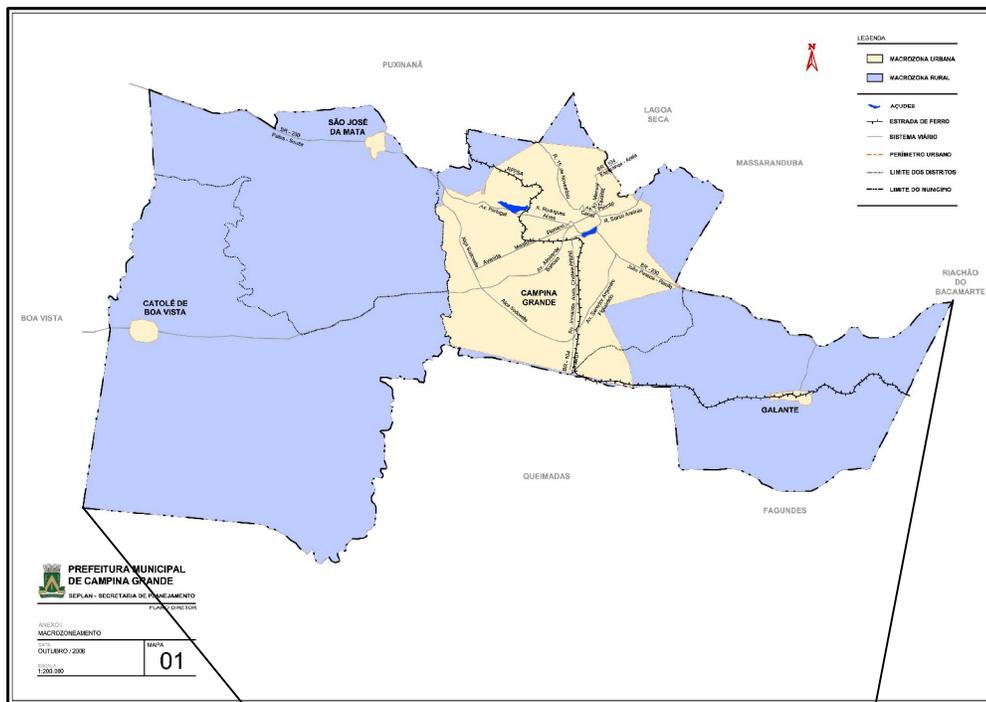
A posição geográfica atuou como fator de crescimento e “ponte”, ligando mesorregiões e microrregiões paraibanas. Partindo dessa localização, a cidade se tornou, no decorrer do tempo, um ponto de parada obrigatório não só para aqueles que, nos primeiros tempos do Brasil Colônia, se aventuraram em terras paraibanas/nordestinas, mas também para a instalação de vias e objetos espaciais que lhe garantiram importante papel e influência na região nordestina, posteriormente.

É sabido que a formação socioespacial da cidade de Campina Grande se dá inicial e “oficialmente” em 1697⁴ enquanto povoado, posteriormente elevado a categoria de vila em 1790 e, por fim, cidade em 1864. Entretanto, não se faz necessário, neste momento e para este estudo, uma “viagem” histórica de todos esses importantes momentos do espaço campinense. Detém-se aqui ao recorte temporal escolhido que tem seu início no ano de 1907 com a chegada da estrada de ferro à Campina. Tal ano é retratado em algumas obras⁵ como o ano em que a cidade “encontrou seu lugar” na economia mundo e “adentrou” a modernização. As transformações ocorridas em tal contexto, a partir desse ano, são sentidas até os dias atuais, sobretudo nos bairros próximos às atividades daquele tempo. É nesse contexto que o bairro da

³ A exemplo do exposto por Costa (2003, p. 19-21).

⁴ As aspas justificam-se na medida em que essa oficialidade se dá à data cujo Teodósio de Oliveira Ledo instala nesse espaço o povoado de Campina Grande (CÂMARA, 1999). Mas há quanto tempo tribos nativas e outros povos também não foram habitantes desse espaço e, conseqüentemente, participaram de sua formação?

⁵ Cardoso (1963), Sá; Araújo (1988), Aranha (1993), Câmara (1988 e 1999), Oliveira; Rodrigues (2007), entre outros.



Mapa 01: Localização cartográfica de Campina Grande na Paraíba e seu macrozoneamento.
Fonte: AESA e Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2011.

Estação Velha começa a se formar fisicamente (ruas, infra-estrutura e serviços) e socialmente (a população residente do bairro e sua dinâmica cotidiana).

1.1 O discurso da “modernização” chega à Campina Grande: o caráter (geo)político do trem

O espaço campinense nos primeiros anos do século XX era muito reduzido, composto por poucas estruturas físicas (bairros, ruas, avenidas, casas), constituindo-se em uma pequena cidade do interior nordestino. Sobre este fato, Andrade *apud* Cardoso (1963, p. 6) assim se coloca:

Em 1901, a área da Campina Grande era ainda bem limitada pois os bairros de Piabas, Açude Velho, São José e Lapa (hoje praticamente centrais) eram pouco habitados, havendo casas de 100 em 100 metros aproximadamente. Embora com a chegada da estrada de ferro em 1907 a cidade houvesse crescido, principalmente na direção da estação, até 1937 a cidade ainda formava um pequeno núcleo compacto em torno do centro inicial.

Com a chegada do trem em 1907 a configuração espacial da cidade começa a se transformar. Novos bairros surgem, novas atividades florescem e sua posição de ponta de trilho se torna um espaço de atração, a partir da ação de atores políticos produtores de espaço para desenvolver a cidade. A ação desses atores possuiu um caráter geopolítico expressivo e merece um esclarecimento.

1.1.1 Uma geopolítica campinense?

Uma das expressões mais presentes da realidade nordestina (e porque não, brasileira) se dá na dimensão da política (e sua influência) no cotidiano da população e do rumo de seus espaços. Tem-se em tais expressões um caráter geográfico expressivo, se fazendo necessário discutir o aqui o que elas representam, seja pelo ramo da geografia política, seja pelo saber geopolítico. Ora, um trabalho que se pretende discutir uma relação entre a geografia política e a geografia urbana não escapa de uma discussão envolvendo a ainda existente confusão entre geografia política e geopolítica.

É comum na literatura sobre a temática encontrar uma dicotomia entre os termos. A geografia política seria uma ciência, um conhecimento, uma teoria, enquanto a geopolítica seria uma prática, uma ação ou aplicação de determinados conceitos. Se Lacoste (2010) situa

a geopolítica como a verdadeira geografia, uma geografia da práxis, da ação, Costa (2010) lembra que tal geopolítica já foi instrumento de dominação e ferramenta das grandes potências durante o imperialismo dos séculos XIX e XX, ou ainda relacionada ao nazismo. Em glossário de sua obra, Castro (2009, p. 285) conceitua geopolítica, de acordo com sua origem na década de 1920,

Geopolítica: termo criado pelo sueco Rudolf Kjellen em 1924 para designar as relações entre a política do Estado e a geografia, entendida como superfície, forma, fronteiras e recursos do território nacional. Disciplina que pretende estabelecer princípios gerais sobre os fundamentos geográficos do poder militar.

Ao tratar das práticas e lógicas territoriais, Gomes (2006, p. 13) também lança seu entendimento sobre geopolítica

Estes pares – exclusão/inclusão, submissão/subversão, e valorização/desvalorização – criam tensões e resultam em lutas territoriais que almejam modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras ou seus valores. Por isso, chamamos este fenômeno de geopolítica, ou seja, lutas que têm como objeto de disputa a busca pela afirmação de um poder que é também a luta por um território.

Feitas escolhas e interpretações, parte-se aqui dos pressupostos apontados por Horta (2006, p. 58) que apontam a necessidade de atualização da geopolítica além de seu período dito clássico, a associação tanto da geografia política quanto da geopolítica aos interesses de grupos hegemônicos, e o interesse de ambas no desenvolvimento humano e social. Ainda na discussão lançada por Horta, geografia política e geopolítica seriam sinônimas e uma possível dicotomia entre tais termos seria resultado ora de um maniqueísmo que opõe um saber a outro, ora enquanto posicionamento ideológico de determinado autor.

Nessa pesquisa, geografia política e geopolítica são tomadas como sinônimas, não por “comodismo”, mas por se estabelecer que tais saberes (havendo uma distinção entre eles ou não) constituem um par dialético de conseguinte complementaridade e pontos em comum, na medida em que objetivam, em uma dimensão política do espaço, as problemáticas do território e do poder. Para quem conhece a história do pensamento geográfico, é necessário lembrar que tal ciência, no momento de sua institucionalização, serviu aos mais diversos interesses e se a questão colocada antes foi a “culpa” que uma denominação carrega pelo seu legado marcado por guerras ou ideologias imperialistas, a ciência geográfica não escapa de sua história, mas nem por isso deixou de se reinventar e buscar se transformar no saber dinâmico e complexo que é hoje. Da mesma forma que um geógrafo ao começar uma pesquisa precisa ter em mente seu método enquanto posicionamento filosófico (e político!)

frente ao mundo, a adoção da geografia política e da geopolítica enquanto sinônimas foi feita conscientemente de suas limitações, próprias de qualquer apreensão da realidade.

Outra discussão relevante à temática política na geografia diz respeito aos agentes que se territorializam e suas relações de poder. Apesar do transcorrer de mais de um século e uma década⁶, a expressão “geografia política” ainda é comumente entendida em sua vertente clássica, com surpresa, enquanto uma geografia dedicada às ações do Estado⁷, no dizer de Raffestin (1993), uma geografia do Estado. Apesar da presença constante de tal instituição, a geografia política há muito deixou de ser uma geografia exclusiva do Estado, como se este fosse o único detentor do poder. Becker (1983, p. 2) chega a denominar tal pensamento de apolítico, na medida em que ele privilegia uma única escala de análise (o Estado-Nação) e desconsidera os conflitos internos do Estado.⁸

Raffestin (1993, p. 22) afirma que “essa geografia do Estado foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em detrimento do vivido”, eliminando conflitos reais e inerentes ao próprio Estado. Contudo, se há a crítica à concepção de Estado como único detentor do poder, bem como único foco da geografia política, não deve haver uma negação absoluta do Estado. Como bem lembra Castro (2009, p. 72),

A agenda da geografia política do século XXI deve ser ampliada, na medida em que há novos atores que não se deixam aprisionar pelos limites institucionais do Estado. No entanto, paralelamente a essa perspectiva, é preciso estar atento, pois este artefato tem se mostrado ainda capaz de redefinir suas funções, preservando espaços de utilidade para a organização dos interesses e para o controle dos conflitos. Assim, se não é reconhecível na atualidade uma geografia política apenas do Estado, como fez Ratzel, será sempre incompleta uma geografia política que o ignore ou que não consiga perceber efetivamente do que se trata na atualidade quando se fala da política e do Estado.

A autora supracitada também discute o objeto da geografia política a partir do território. Segundo Castro (op. cit., p. 53),

A geografia política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, estes espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas etc.

⁶ Segundo Costa (2010, p. 18), “a obra que funda a geografia política, escrita por F. Ratzel em 1897, chama-se justamente Geografia Política.”

⁷ Sem retomar a discussão sobre uma possível dicotomia entre geografia política e geopolítica, a geopolítica ainda é entendida no senso comum e na academia como um conhecimento estritamente militar/governamental.

⁸ Em trabalho posterior, a autora (BECKER, 2008, p. 274) enfatiza tal crítica ao Estado-Nação como unidade exclusiva do poder.

Em outras palavras, a discussão política da geografia aborda atualmente escalas e recortes espaciais diversos, muitas vezes, das tradicionais escalas nacional ou mundial, discutindo questões ligadas ao Estado, mas também envolvendo outros espaços também políticos como a cidade (GOMES, 2006), um bairro (SOUZA, 1989) ou uma região (OLIVEIRA, 2010). É necessário, portanto, uma breve mas importante discussão sobre a escala, de forma a esclarecer as possibilidades de estudo geográfico político em vários contextos.

Refletir sobre as políticas e estratégias espaciais adotadas pelo Estado ou pelas frações da sociedade civil implica refletir sobre as múltiplas dimensões de suas ações. Não são apenas estratégias de desenvolvimento e intencionalidades⁹ conflitantes entre diferentes agentes: tais práticas, antes de executadas devem ser revistas metodologicamente, na forma de planejamento de suas ações. Visto que nenhum planejamento foge do prisma espacial, a escala se insere no debate enquanto instrumento para ações futuras e suas representações¹⁰.

A escala é um problema epistemológico fundamental na ciência geográfica, mas também presente em outras áreas como as políticas públicas e delimitações espaciais presentes em pesquisas de várias áreas da ciência enquanto aproximação do real, não se limitando a escala tradicional da cartografia. Castro (2008, p. 118) aborda essa relação entre a escala e o real

A escala será problematizada como uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca como um problema também fenomenal

Da discussão travada entre escala cartográfica e geográfica¹¹, convém esclarecer uma polêmica que diz respeito a uma hierarquia das escalas. Ao se tratar de tal temática, Castro (1992, 24) esclarece que a escala não é hierarquia e não há uma qualificação valorativa da mesma. Segundo a autora, tal possível hierarquia “tende a aprisionar a escala ‘inferior’ à ‘superior’, esvaziando as possibilidades de avanço do conhecimento do real em suas diferentes projeções.” Tal pressuposto hierárquico, inclusive, pode ter contribuído para a

⁹ “A ação intencional é movimento consciente e voluntário do agente na direção das coisas, envolvendo uma projeção do agente, já que as crenças, os desejos, as intenções implicam um objeto.” (SANTOS, 2009, p. 92)

¹⁰ Racine et al (1983, p. 134) introduzem a questão ligada ao papel do geógrafo: “o geógrafo, ao propor diversas representações para um conjunto dado, diversas caricaturas ou modelos, prepara em suma “planos” para ações futuras.

¹¹ Colocada, entre outros, por Castro (1992, 2008 e 2009), Racine et al (1983), Smith (2000) e Cox (1998).

“submissão” de outros contextos geopolíticos à escala do Estado-Nação, ao passo de tal escala ser “melhor aceita nos meios acadêmicos” e na literatura dita tradicional.

Tomando por base a dimensão espacial/territorial das relações de poder, campo da geografia política, o diálogo com a escala aponta não só como o poder se manifesta, mas também quais atores estão envolvidos, visto que o poder, em uma relação assimétrica, favorece diferentemente os sujeitos da relação, suas intencionalidades e capacidades de atuação, sejam eles o Estado, as empresas ou a sociedade civil¹². Tendo por exemplo o atual processo de globalização, Araújo (2000, p. 266-267) afirma com propriedade

O movimento da globalização não é novo, nem próprio da crise. É o processo, em curso já há algum tempo, de internacionalização do capital. Há um momento em que esse movimento se firma. E se consolida cada vez mais. Marca, na verdade, uma mudança no mundo: a existência de alguns atores econômicos, hoje, que têm condição de operar em escala global. Não só têm porte, tamanho, como têm meios. Até já tinham porte, no começo do século XX, mas não tinham meios. Um grande conglomerado multinacional, hoje, pode ter centenas de fábricas em dezenas de países; controla tudo em tempo real, porque a revolução das telecomunicações permite isso. Na verdade, planejam-se olhando para o globo e operam no âmbito do globo. E esse é um dado novo: agora existem atores com essa capacidade. E sua existência incomoda a todo mundo, porque cresce a inter-relação entre os espaços econômicos. Eles impõem certas homogeneizações. As regras do jogo, o padrão de competitividade e o tipo de organização econômica são, na verdade, colocados por eles. Isso termina afetando o conjunto do espaço econômico mundial, principalmente em países médios como o Brasil, que interessam a esses grandes grupos. E esse processo é seletivo, não é um processo homogêneo.

Outro exemplo da articulação das escalas diz respeito às políticas locais. Segundo Bauman (2009, p. 33)

A política local – e particularmente a política urbana – encontra-se hoje desesperadamente sobrecarregada, a tal ponto que não consegue mais operar. E nós pretendíamos reduzir as consequências da globalização incontrolável justamente com os meios e com os recursos que a própria globalização tornou penosamente inadequados.

Ao passo que os agentes que compõem a geopolítica atual podem ou não atuar em diferentes escalas e se distribuir mediante seus objetivos, parece falacioso apontar uma única

¹² A respeito das relação entre poder e representações, Cox (1998, p. 44) conclui: “So I agree that scale is a representational practice: it is always for somebody and not for everybody. Representation is indeed about power. But not any representation will do” (Então eu concordo que a escala é uma prática representacional: ela é sempre para alguém e não para todos. Representação é constituída de poder. Mas nem toda representação é assim composta). Castro (2008, p. 128) complementa: “quando se trata de estudar a distribuição de poder entre os diversos grupos da sociedade, impõe-se o recursos a uma problemática do poder, da influência e de análise dos processos de tomada de decisão nas escalas adequadas.”

escala ou uma escala que se sobrepõe às outras. Aliás, tal crítica já foi discutida por Castro (2009, p. 86) tendo por base as idéias de Cox

A escolha de apenas uma escala explicativa para a geografia política resultará numa visão incompleta, uma vez que, de acordo com Cox, a política produz, ela mesma, escalas territoriais que devem ser analisadas enquanto tais. Na realidade, os fenômenos políticos não se confinam a uma ou outra escala, mas ao contrário podem ser, além de globais, também nacionais, regionais ou locais. Cada uma dessas escalas define recortes significativos para análise em geografia política.

Essa produção de escalas para compreensão dos processos e práticas adotadas relaciona no território a própria produção do espaço capitalista, associando nessas produções as desiguais relações sociais. No contexto da divisão do trabalho, Smith (2002, p. 143) caracteriza tal relação

Ha sido sugerida una conexión sistemática entre la división del trabajo y el capital y las divisiones dentro de la escala geográfica. La escala global puede ser concebida como la escala Del capital financiero y el mercado mundial, y se diferencia interna y principalmente de acuerdo con las condiciones comparativas, costos y capacidades organizativas y tendencias de la fuerza de trabajo. La escala nacional se construye vía cooperación política-militar y competición, pero ES dividida en regiones según cuestiones económicas que también relacionan el trabajo. La escala local, por el contrario, puede ser vista como la escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las actividades diarias se desarrollan normalmente.¹³

Exposto o necessário diálogo entre geografia política/geopolítica e a multiescalaridade e recapitulando o contexto campinense estudado, para a chegada do trem aqui, grande disputa política e jogo de alianças e desafetos se deram entre lideranças municipais campinenses (a exemplo de Cristiano Lauritzen e Irineu Joffily), industriais e políticos de conjuntura municipal, estadual (visivelmente a capital paraibana temeu perder influência para Recife e também Campina Grande) e federal. Dinoá, em sua obra Memórias de Campina Grande, comentou a vinda da linha férrea à Campina Grande

Não foi fácil a vinda do “cavalo de aço” para a Serra da Borborema. Várias implicações influenciaram a consolidação do trajeto da tão esperada estrada de ferro. Irineu Joffily contribuiu como pôde para que ela passasse por Campina Grande. Cristiano Lauritzen, porém, foi o grande baluarte da magnífica novidade. Sua

¹³ Tem sido sugerida uma conexão sistemática entre a divisão do trabalho e do capital e suas divisões dentro da escala geográfica. A escala global pode ser concebida como a escala do capital financeiro e do mercado mundial, e se diferencia interna e principalmente de acordo com as condições comparativas, custos e capacidades organizativas e tendências da força de trabalho. A escala nacional se constrói via cooperação política-militar e competição, porém É dividida em regiões segundo questões econômicas que também relacionam o trabalho. A escala local, pelo contrário, pode ser vista como a escala da reprodução social e inclui o território geográfico sobre qual das atividades diárias se desenvolvem normalmente.

persistência foi compensada pela coroação de pleno êxito do intento pelo qual tanto lutara (DINOÁ, 1993, p. 21).

No dia 02 de outubro de 1907, o trem chegava à cidade de Campina Grande. Carregado de expectativas e toda uma estrutura simbólica própria da ideia de modernização que a cidade (e o país) queria para si, assim comentou um conhecido pesquisador sobre o período

Não obstante o atraso de horas, a maioria dos presentes não arredava o pé da estação: com o olhar fixo no horizonte, por nada deste mundo perderia o espetáculo proporcionado pela chegada da grande novidade. O sonho, alimentado durante décadas, tornava-se realidade. O grande momento aproximava-se. E para lhe fazer jus, a ele estava sendo consagrada toda aquela festa pública, com os ingredientes a que já fiz alusão, fogos de artifício, banda de música e os muito “vivas”, “vivas” ao gringo (o prefeito Cristiano Lauritzen) e “viva o trem”! E, claro, o maior de todos os ingredientes, o espetáculo proporcionado por aquela maravilha da mecânica moderna (ARANHA, 2007, p. 40).

E transformou-se rapidamente o espaço urbano de Campina Grande em um pulsar dinâmico de atividades em toda cidade, mas também ao redor do trem e sua estação. Aos visitantes chegados pelas linhas férreas lhes eram oferecidos serviços diversos a exemplo de mercearias, barbearias e passeios, tudo isso mergulhado na noção de que tal espaço estava agora adentrando os “tempos modernos”.

Mediante o exposto até aqui, as imagens e seus objetos ligados ao novo, à novidade se assemelharam a modernização e todo seu campo simbólico de “progresso”, de “avanço” de “futuro”. Daí se faz necessário relembrar todo o contexto daquele início de século XX e sobretudo da história brasileira, em que a chamada República Velha (1889-1930) se estabelecia no país como promessa de “ordem e progresso” contra um antigo regime monárquico. Foi inclusive na troca de presidentes que Lauritzen encontrou subsídios para trazer o trem à Campina Grande¹⁴. Também se pode aqui introduzir algumas idéias sobre modernidade. O trem (e toda a conjuntura referente a ele) trouxe todo um “conjunto simbólico” de novos tempos. De tal conjunto, reside todo um poder¹⁵ e intencionalidades relacionadas.

Um dito da cultura popular diz que “políticos não fazem nada de graça”. A luta de Cristiano Lauritzen para realizar a expansão dos trilhos Itabaiana/Campina Grande estava intimamente ligada a sua imagem e “figura política”. Gurjão (2000) observou que adjetivos

¹⁴ Ver Dinoá, 1993, p. 24-25.

¹⁵ Bourdieu (2004, p. 14) argumenta: “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”. No decorrer do trabalho, outras concepções de poder serão utilizadas e coexistirão com o poder simbólico.

(alguns pejorativos) atribuídos à Lauritzen por seus adversários como “gringo” e “forasteiro”, foram substituídos por “cidadão”, “paladino do desenvolvimento”, alardeando o “seu amor a esta terra”. Continua Gurjão (op. cit., p. 48) afirmando que

Pode-se dizer que a construção da ferrovia foi acompanhada da construção de uma nova imagem para Cristiano, de um novo consenso, que favoreceu a consolidação do seu poder e da oligarquia *epitacista* por ele representada. [...] Estava consolidada, dessa forma, o poder de Cristiano Lauritzen. A chegada do trem foi o “referendum” popular ao seu governo que se iniciara em 1904, na condição de prefeito da cidade

Buscando evitar o erro de cair em um historicismo, em que tudo se explica pelo passado, a análise da história (enquanto seus reflexos no presente e no futuro) enfatiza que tal prática ainda é cometida. São vários os atos ou obras realizadas “para o povo” e que acabam se transformando em “marca registrada” ou com imagem intimamente associada àquele gestor ou figura pública que realizou tal feito. Construir uma obra ou realizar algum feito em prol da população para depois “estampar-lhe na cara” durante as eleições (ou mesmo virar dono) parece ser uma prática de longa data.

1.2 A cidade de Campina Grande no século XX e início de século XXI: o espaço urbano e político mediante seus “desenvolvimentos”

O ano de 1907, anteriormente trabalhado, marca a entrada de Campina Grande na economia-mundo¹⁶. Com a chegada do trem à cidade, tal urbanidade se modifica, se transforma e amplia sua influência no processo socioespacial em questão. Cardoso (1963, p. 33) colocou que

em 1907, os trilhos chegaram a Campina Grande e com eles um vigor novo à aglomeração, traduzindo mormente no reativamento da função comercial. Crescendo o comércio passou êle a projetar-se em áreas mais amplas. [...] O ser ponta de trilhos durante vários decênios (de 1907 a 1958) acentuou o desenvolvimento do organismo urbano e a sua conseqüente projeção dentro da região, ampliando a sua área de influência.

Tal desenvolvimento foi tomado na época como sinônimo de crescimento quantitativo de alguns critérios, e foi reforçado ao se tomar, por exemplo, a quantidade de casas na cidade no ano de 1907 e no decorrer de alguns decênios (tabela 01)

¹⁶ Sá; Araújo, (1988, p. 3).

Tabela 01: Crescimento na quantidade de casas em Campina Grande no período de 1907 a 1947

Ano	Quantidade de casas	Crescimento (%)
1907	731	-
1917	1629	123
1927	3923	141
1937	7069	80
1947	13259	87

Fonte: Adaptado de Câmara (1988)

Ao se comparar a quantidade inicial de casas na cidade e sua quantidade quarenta anos depois, foram evidenciados diversos crescimentos a cada década. Por exemplo, as 13259 casas de 1947 representam um gigante crescimento de 1714% em relação às 731 residências iniciais. Junte-se ao crescimento de residências a evolução de diversos fatores e itens nesse intervalo de tempo, como os 95 estabelecimentos mercantis em 1908, as 70 escolas (entre públicas e particulares) em 1929, as instalações de sanitárias com caixas de descarga em 1930 (além dos 217 automóveis e caminhões no mesmo ano), os 18 sobrados em 1932, os 5 carros ônibus, 115 automóveis e 194 caminhões em 1933, as 4 prensas hidráulicas, 5 bancos e 11 fábricas de diversos produtos¹⁷ em 1936, os 235 aparelhos de rádio receptor e os 1350 estabelecimentos comerciais. Ainda de acordo com Câmara (op. cit., p. 89)

Surgem na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma; carroças de bois para transporte urbano de mercadorias, etc.. A municipalidade arranjou uns postes de iluminação elétrica nas principais ruas e o professor Clementino Procópio instalou diversos telefones de veio.

Apesar de todas essas mudanças e dinâmica que a cidade conheceu, alguns problemas como a desigual distribuição da infra-estrutura básica de luz, água e esgotos ainda se fizeram presentes por longos tempos e heterogeneamente pelos bairros da cidade, além das condições de vida da população que não absorveu da mesma forma todo esse “progresso”.

No contexto desenvolvimentista brasileiro das décadas de 1950-1960, rodovias e estradas foram construídas, ampliadas ou reformadas para atender a demanda das grandes indústrias fixadas na cidade, bem como melhorar as integrações entre a cidade e as regiões Nordeste e Sudeste do país. Guimarães *apud* Araújo (2000, p. 18-19) destaca alguns dos processos decorrentes do planejamento regional ocorrido durante as décadas de 1960 e 1980. Tais processos (e seus objetivos) consistem na ampliação da articulação comercial, na integração produtiva, na inserção na economia mundial e na integração físico-territorial das regiões. Sobre esse último processo, a infra-estrutura de transportes e comunicações foi (e

¹⁷ Dados do Anuário da Paraíba de 1936 citado por Câmara (1988, p. 124).

ainda é) de suma importância. Quando pensado dentro da escala de análise campinense, o papel das estradas expandiu a interligação dos espaços, como bem retrata Cardoso (1963, p. 34-35), ao comentar as linhas compositoras de tal interligação,

Campina Grande que desde o seu alvorecer se distinguiu como centro comercial e vira intensificar-se esta mesma função com o advento da ferrovia, com a abertura de estradas de rodagem e o uso generalizado do transporte rodoviário, transformou-se em verdadeira capital regional do sertão nordestino. A estrada de ferro foi, indiscutivelmente, fator de progresso para Campina Grande, fortalecendo o vigor de sua praça comercial e ampliando sua zona de influência. Mas foi somente com o advento das rodovias que a extensa área nordestina hoje dependente de Campina Grande para ela se voltou. Estradas, umas longitudinais, permitindo a ligação do Sudeste como Nordeste do país, e outras transversais, facilitando a interiorização da influência campinense, são responsáveis pela situação hoje existente.

Após se falar sobre o crescimento desigual da época, esse segundo momento de apreensão procura abordar a questão da economia campinense, que ganhou impulso ao chamado “ouro branco” levado pelo trem. As atividades algodoeiras realizadas em Campina Grande a fizeram tomar rumos e adotar morfologias que não só deram uma feição “progressista e moderna” à cidade, como também atendiam necessidades e interesses alheios.

Na configuração da Divisão Internacional do Trabalho dos séculos XVIII e XIX, quando se foi exigida a produção de algodão para a Revolução Industrial, a Paraíba (entre 1861 e 1865, aproximadamente) entrou no mercado exportando algodão e um de seus espaços de maior notoriedade foi a cidade de Campina Grande. Sobre a origem da matéria-prima, o algodão provinha de várias partes, desde o interior paraibano até outros estados, a exemplo de Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará (CARDOSO, 1963, p. 16). As formas de manuseio e tratamento do algodão exigiram novas formas de transporte e trabalho mecânico que atingiram o espaço urbano campinense.

Após a chegada do trem, Campina tomou para si o posto de pólo cotonicultor brasileiro e um dos maiores do mundo. Sá; Araújo (1988, p. 3), ao delimitar etapas do desenvolvimento do comércio campinense, colocaram que o período que vai de 1864 a 1940 é o período

em que se dá o auge da produção e exportação do algodão. Nesta fase, Campina Grande passa a constituir um ponto convergente de produção agrícola de sua área, chegando a se tornar o mais importante empório comercial de toda Região Nordeste. Essa fase marca o nascimento e a consolidação do empório comercial com a implantação da estrada de ferro, em 1907, ligando-a a capital do Estado. A estrada de ferro marca de forma concreta a inserção de Campina Grande na economia mundial, conseqüentemente na divisão internacional do trabalho que se processa na sua necessidade de reprodução e acumulação de capital.

Sobre esse contexto, Aranha (1993, p. 7), complementa, ao expor que

Campina Grande começou a se estruturar como empório comercial do algodão a partir da década de 1910, passando a atrair a maior parte da fibra produzida no interior da Paraíba e nos Estados limítrofes. A partir desse momento, em que começa a concentrar espacialmente a circulação mercantil algodoeira, torna-se nítida a influência econômica dessa cidade em inúmeras áreas do Nordeste.

A partir do autor supracitado (op. cit., p. 11), também é colocado que da quantidade de fibra chegada em Campina Grande, uma parte considerável do algodão “bruto” era perdido (o mesmo chegava aqui ainda no caroço), não se aproveitando nem 40% do algodão após as etapas de beneficiamento (descaroçamento e prensagem). Antes do trem, o manuseio dos fardos de algodão aqui se dava de forma arcaica, seja pelo próprio tratamento dado à matéria-prima, seja pela questão do transporte e suas vias ainda de terra para diversos pontos de escoamento, com destaque a Recife e João Pessoa, pelos seus portos. Tal situação foi resolvida com a instalação de firmas têxteis de diferentes portes, funções e mesmo capitais.

Na análise realizada por Aranha (1993), é possível classificar as 39 firmas, de acordo com suas funções, em transformadoras (beneficiamento de algodão), receptoras (apenas armazenavam-no em seus galpões), exportadoras (escoamento do algodão para diferentes lugares). Pode-se ainda falar com relação à origem do capital (nacional e estrangeiro) e à heterogeneidade tecnológica¹⁸ com o qual as firmas disputavam o mercado entre si, incluindo o desenvolvimento de um monopólio das melhor aparelhadas sobre as demais. Na década de 1930, o governo, na figura de Argemiro de Figueiredo, lançou uma política de incentivos fiscais visando atrair mais firmas (incluindo representantes de multinacionais) e dar uma dinâmica melhor à economia paraibana, em uma clara parceria entre capital industrial e Estado. Nesse contexto, surgem os monopólios das grandes firmas, como bem coloca o referido autor (p. 17-18)

O negócio algodoeiro, a partir dos meados da década de 1930, passa a ser monopolizado por algumas poderosas empresas com enorme disponibilidade de capital, sufocando e/ou levando à falência os pequenos empreendimentos, que durante várias décadas haviam lidado com as atividades de compra, beneficiamento e revenda do algodão, não esquecendo de mencionar o desestímulo causado por esse monopólio aos pequenos produtores rurais. [...] De fato, a partir de 1935 praticamente desapareceram os pequenos empreendimentos relacionados ao negócio algodoeiro. A SANBRA, a Anderson Clayton e as grandes firmas paraibanas e/ou campinenses açambarcam a maior parte do algodão produzido no Estado.

¹⁸ “Nenhuma firma poderia prosperar como grande exportadora de algodão se não se aparelhasse com uma certa capacidade de beneficiamento do produto” (OP. CIT, p. 15).

O fôlego dessas atividades comerciais mediante tal monopólio imprimiu no espaço urbano campinense uma morfologia variando desde modificações da paisagem urbana à formação de zonas industriais e organização da população campinense dos bairros mediante seus trabalhos e especulação imobiliária crescente na cidade. Sá (2000, p. 183), ao falar das mudanças na infra-estrutura da cidade, exemplifica a ampliação do espaço físico e a modernização da paisagem a partir da inserção de armazéns, colégios, hospitais, expansão da rede de abastecimento d'água e esgotos e outras obras de infra-estrutura. A respeito da formação de zonas industriais (e funções dos bairros), Cardoso (1963, p. 7) relacionou não só as formações industriais das décadas de 1940 a 1960 como também a organização dos trabalhadores em bairros próximos.

Os bairros apresentam algumas vezes, uma concentração maior desta ou daquela atividade, servindo essa diferença de funções para bem caracterizá-los. Atualmente observa-se em Campina Grande uma acentuada tendência à formação de duas zonas industriais: ao sul do açude Bodocongó, ou seja, a noroeste da cidade, surge uma zona de indústrias de couro, óleos vegetais, papel, pré-moldados, tecidos; no setor sudeste, próximo ao açude Velho e à estação da estrada de ferro, aparecem estabelecimentos maiores como a SANBRA, a Anderson Clayton, Rique e outras. A oeste da cidade pode-se observar, ainda, uma pequena concentração de estabelecimentos industriais e espalhadas por toda a cidade surgem fábricas menores. Refletindo esta concentração dos estabelecimentos fabris neste ou naquele setor da cidade, é interessante observar-se que há um adensamento de operários por tipo de indústria em determinados bairros. Assim, por exemplo, os que trabalham nos curtumes residem, de preferência, em Bodocongó e os das indústrias de beneficiamento de algodão e sisal em José Pinheiro e Liberdade.

Se a organização da cidade apresentou certa “ordem” no contexto “desenvolvimentista” campinense, por outro lado, como exemplos da desordem, tem-se alguns problemas relacionados aos transportes (concentração de automóveis e fluxos de pessoas nas áreas comerciais, por exemplo) e a segregação espacial dos usos do solo urbano mediante as classes sociais. Sá (2000, p. 186) comenta que

A classe mais abastada começou a constituir moradias especiais – os condomínios, localizados nas periferias da cidade – em busca de melhor infra-estrutura (pouca poluição do ar, poluição sonora, mais espaços verdes). Essas construções removem a população mais pobre para as áreas que apresentam, por vezes, mínimas condições de sobrevivência, tais como as várzeas de rios e/ou riachos, encostas sujeitas a deslizamentos, enfim, áreas de difícil acesso. Essa segregação e desigualdade espacial significa que o uso do solo não é socializado.

Ao adentrar num contexto regional, Campina Grande se destacou de tal maneira que, apesar de existirem outros pólos e cidades mais desenvolvidas, a cidade se viu como uma

espécie de “exceção à regra”¹⁹, visto o subdesenvolvimento e a falta de oportunidades que coroavam a “fama” da região nordestina. Seu crescimento industrial imprimiu toda uma dinâmica econômica e consequências a exemplo do êxodo rural, como afirmou Lima (2004, p. 50)

É preciso destacar que nem todos os imigrantes que abandonavam o campo ou as pequenas cidades do interior se dirigiam para o Centro Sul. Até pelo apego a terra natal tão decantada em verso e prosa pelos poetas nordestinos, era comum, antes de partirem para o distante Sul, esses imigrantes tentarem a sorte nas cidades maiores dentro da própria região. Ou seja, muitos desses imigrantes “optavam” por cidades onde houvesse alguma chance de conseguir emprego e, Campina Grande, sendo a cidade do Estado que apresentava maior ascensão econômica, torna-se pólo de atração para as pessoas que deixam o campo fugindo da seca ou deixam as cidades de menor porte onde as chances de emprego e de melhoria de vida são ínfimas.

As décadas de 1960 e 1970 marcaram drasticamente o espaço urbano campinense. As intencionalidades políticas estaduais adotadas pelo governo federal militar pós-1964 se apoiaram em uma estratégia que privilegiou as capitais nacionais como centro de poder e investimentos. A antes promissora e crescente cidade do interior Campina Grande se viu diante de uma série de impactos relacionados às centralizações nos âmbitos econômico, político e administrativo financeiro²⁰.

Dentre as estratégias desenvolvidas pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para re-inserir o espaço campinense na nova dinâmica nacional, procurou-se implantar novas indústrias e ampliar/modernizar algumas das já existentes. Também ocorreram mudanças na qualificação da mão-de-obra e soluções para conter o agravamento dos problemas econômicos no âmbito socioespacial urbano. Uma das medidas foi a inserção do projeto CURA na cidade.

O projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), já em andamento em cidades brasileiras na década de 1970, chegou à Campina Grande na década seguinte, com os objetivos de melhorar os serviços básicos de infra-estrutura e combater a especulação imobiliária. Entretanto, como colocou Araújo (1997, p. 6), as obras beneficiaram os grandes proprietários e especuladores de solo urbano, “responsáveis pela expulsão de pessoas carentes, das áreas onde viviam para ceder espaço para uma pseudo-urbanização”. Aranha (1993, p. 19), ao refletir sobre as classes sociais presentes no espaço campinense no

¹⁹ Como ainda é colocada atualmente. Ver por exemplo a menção à cidade na proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (2003, p. 23)

²⁰ Mediante a análise desenvolvida por Lima (op. cit., p. 157), o grupo de políticos desenvolvimentistas foi desarticulado mediante perseguição dos militares, a maioria dos investimentos e projetos passou a atuar na capital João Pessoa e a ausência de planejamento/incentivos tornava Campina Grande dependente do poder político estatal/federal visto que a sede do estado era gerida pela ditadura.

decorrer de sua história, colocou a burguesia local, o extrato médio da população e a subalterna força de trabalho enquanto atores sociais do modelo de desenvolvimento desigual e heterogêneo campinense, lembrando que apesar de atores, o papel e o poder de ação de cada um variava substancialmente. Segue o autor afirmando que

A ocupação do espaço urbano campinense se deu conforme os níveis de renda de seus habitantes, explicando-se, por assim dizer, o surgimento de artérias habitadas só por pessoas abastadas ou só pessoas de baixa renda, ou ainda só por pessoas de pequena classe média local. Nessa produção diferenciada do espaço urbano existe desde o casarão, tipo sobrado, em artérias “nobres” da cidade, com inúmeros cômodos e que propiciava conforto aos seus moradores, até o casebre de pau-apique, isto é, o casebre de taipa, sem nenhum conforto ou higiene (op. cit., p. 20).

O espaço urbano campinense, construído heterogeneamente pelas classes sociais situadas em um modelo de desenvolvimento econômico atendente de necessidades de suas elites e concentrador de riquezas nas mãos de alguns poucos em detrimento da maioria esmagadora da população, passou por diversas metamorfoses e dinâmicas no decorrer de sua formação socioespacial. O desenvolvimento urbano campinense, além de desigual, sequer pôde ser considerado um desenvolvimento em um sentido além do quantitativismo.

Nesse contexto “desenvolvimentista” é importante discutir algumas ideias relacionadas ao tipo de desenvolvimento aqui adotado. Estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento costumam usar palavras como “desenvolvimento”, “progresso”, “modernização” para expressar o contexto pelo qual Campina Grande se inseriu na chamada economia-mundo e uma reflexão crítica se faz necessária.

1.2.1 Campina Grande como exemplo/modelo de desenvolvimento urbano?

Existem certos temas que levantam polêmica no meio acadêmico. Ora são tabus, porque “não é bom ou não é mais adequado falar nisso”, ora são tão confusos que no “mar” de opiniões e achismos em lugar nenhum se chega. Dentre as discussões acaloradas que se tem em tal meio, a questão do desenvolvimento certamente chama atenção. Na geografia, o assunto foi discutido em obras a exemplo da Geografia do subdesenvolvimento de Yves Lacoste ou Desenvolvimento desigual de Neil Smith, até enfoques mais atuais, aplicações e questionamentos sobre o que é, que tipo e quais impactos determinado modelo pode causar.

Enquanto discussão que envolve múltiplos saberes, a ciência geográfica tem colaborado com contribuições na área de DGD (desenvolvimento geograficamente desigual), este herdado de leituras marxistas efetuadas por Smith (1988), Soja (1983 e retomada em

1993) e Harvey (2006), para ficar em alguns exemplos; e desenvolvimento socioespacial e urbano sob a perspectiva autonomista tomada de Cornelius Castoriadis. Como principal representante dessa última tendência, tem-se as obras do geógrafo Marcelo Lopes de Souza.

A necessidade de apresentar tais enfoques visa não só um diálogo entre os mesmos, na medida em que eles não se excluem (antes se complementam), como também servem como guia de apreensão da realidade campinense, frente à série de exaltações que elencam Campina Grande ora como “uma terra boa para se viver”, “capital do trabalho”, “tecnopólo”, mas que mascaram os contrastes de sua inserção no contexto vigente enquanto espacialidade atendente às necessidades da ordem neoliberal hodierna. A Campina Grande dita desenvolvida é retratada nos meios comunicativos, midiáticos e em períodos eleitorais, mas o cotidiano árduo e conflituoso salta aos olhos de sua população.

Contudo, antes de discutir tais ideias, cabe antes de qualquer coisa discutir o que se entende por desenvolvimento ou elucidar qual desenvolvimento é buscado aqui. Inicialmente, se faz necessário apontar (e criticar) o reducionismo existente na relação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Tal enfoque, além de associar o desenvolvimento a uma visão puramente economicista, o situa enquanto ideologia já apontada por Souza (2010, 95-98) que prometia “fazer crescer o bolo e depois reparti-lo”. Hoje se sabe que um desenvolvimento unidimensional ou unilateral, enquanto desigual, também distribui desigualmente seus “frutos”, além dos problemas e custos – sociais, ambientais – resultantes do processo.

Um segundo ponto a ser colocado visa a necessidade de se pensar o desenvolvimento sob um prisma geográfico. A dimensão espacial da sociedade deve ser levada em conta enquanto apreensão crítica do processo de um modelo de desenvolvimento seja ele qual for. Ora, se o desenvolvimento diz respeito a sociedade ou uma fração dela, se torna impossível desvincular a relação sociedade-espço, na medida em que tal dinâmica se tornou constante de longa data: o homem, mesmo inconscientemente, sempre produziu espaço e, a partir do trabalho e das técnicas, buscou soluções e adaptações aos problemas encontrados. Eliminar o espaço da discussão sobre desenvolvimento seria tão danoso quanto eliminar o tempo ou a própria sociedade. Resultariam, respectivamente, um desenvolvimento que não se dá em lugar nenhum, que surgiu de uma hora para outra ou ainda um desenvolvimento sem agentes envolvidos.

Iniciando a discussão dos enfoques consultados para essa pesquisa, em uma primeira aproximação do desenvolvimento geograficamente desigual, Soja (1983, p. 55) assim o caracteriza

Definido mais amplamente o DGD descreve uma padronização geral da espacialidade dos modos de produção. O DGD é assim uma característica inerente da expressão material das relações de produção e da divisão do trabalho, através da qual a própria espacialidade é definida. A espacialidade capitalista é sempre geograficamente desigual no sentido de que os elementos particulares que a compõem nunca são, pelo menos ao combinar-se, distribuídos uniformemente sobre o espaço geográfico.

Tomando tal premissa, tem-se o DGD em diferentes escalas geográficas, do globo à cidade (e seus fragmentos), do país à região, apresentando-se diferentes níveis de organização e objetivos ligados à dinâmica do capital. Apesar de sua origem econômica, sabe-se que o capitalismo, enquanto sistema de produção contraditório e complexo de relações sociais, abrange relações econômicas, mas também políticas e culturais.²¹ Complementando a definição anterior, o autor (op. cit., p. 56) afirma

Assim como o capitalismo desenvolve-se desigualmente sobre o tempo de forma nítida e pode ser periodizado em sequências distintas, fases e outros padrões temporais, ele também tem-se desenvolvido desigualmente sobre o espaço em configurações e arranjos distributivos identificáveis similarmente.

Tal argumento reforça a necessidade de se pensar em múltiplas escalas. As escalas não só alteram o poder de ação dos agentes envolvidos, como fazem parte das estratégias de planejamentos e práticas visando dados objetivos. Em complemento a tal lógica, Smith (1988, p. 195) argumenta

Geralmente tendemos considerar como questão indiscutível a divisão do mundo em alguma combinação de escalas – urbana regional, nacional e internacional –, mas raramente explicamos como elas surgiram. Uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital, porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão, da “descentralização”, da “reestruturação espacial” e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica. Ela também permitirá focar com mais nitidez a tendência para o equilíbrio geográfico e para sua frustração final, uma vez que o equilíbrio espacial (ou a falta dele) implica a produção do espaço absoluto em alguma escala.

Tomando escalas e práticas diferentes para ilustrar o desenvolvimento geograficamente desigual, pode-se citar a ação de agentes industriais multinacionais que concentram seus lucros em um dado contexto espacial (geralmente sua origem locacional), mas que distribuem partes e etapas do processo de produção pelo globo, nos moldes do que

²¹ Veja-se, por exemplo, como se dão as parcerias entre empresas privadas e governos ou a produção cultural transformada em uma forma restritiva de consumo gerando para as indústrias do entretenimento lucros e participações na própria lógica do mercado.

Harvey (2010) denominou de modelo de acumulação flexível ou, ainda, o que alguns autores vem colocando como extraterritorialidade ou desterritorialização²²; ou ainda os contrastes comuns nas cidades brasileiras (mas não exclusivos delas) entre os diferentes bairros (populares, periféricos, residenciais), áreas de coesão (CORRÊA, 2010) intra-urbanos dotados da concentração de serviços (médico-hospitalares, jurídicos, mecânicos, educacionais) e condomínios fechados, verticais e horizontais, rodeados de “atrativos espaciais” muito bem explorados pelo mercado imobiliário e promessas de bem-estar.

Findada a discussão sobre DGD, neste segundo momento de reflexão cabe apontar as ideias de Souza²³ sobre o desenvolvimento sócio-espacial. Tal perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial vem sendo discutida nesses últimos tempos, de forma que se faz necessário abordar alguns aspectos dessa concepção para relacionar ao já discutido, visto que tal perspectiva se apresenta muitas vezes ligada ao plano teórico ou apreendida a partir de específicos contextos urbanos. Convém abrir o debate com um conceito mínimo de desenvolvimento. Souza (2010, p. 100) associa o termo desenvolvimento à mudança e transformação

o desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um *processo de mudança para melhor*, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas – e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas relações se concretizam no espaço.

Associado a tal natureza, a polissemia da palavra gera uma pequena confusão quanto ao(s) seu(s) significado(s)

“Desenvolvimento” é um termo que, devido à conotação teleológica, etnocêntrica e capitalística que essa palavra tem carregado, soa excessivamente pesado e comprometido para um número crescente de estudiosos. A palavra desenvolvimento pressupõe, naturalmente, uma valoração, bem como a determinação de uma meta (que, conforme o autor e sua visão de mundo, poderão ir do crescimento do PIB à “igualdade”). (op. cit., 1994, p. 257)

Além da carga ideológica por trás do termo, outros problemas insurgem como a monodimensionalidade, a separação simplista entre endógeno e exógeno, as abordagens

²² Em um momento posterior, uma discussão sobre o território não só discordará de tais termos, como também apontará a necessidade do enfoque territorial para As relações sociais contemporâneas.

²³ Concorda-se com as idéias do autor em questão, contudo, não é objetivo da pesquisa fazer uma revisão de literatura sobre sua vasta obra ou mesmo concordar “cegamente” com todo o seu entendimento sobre o assunto. Coloca-se aqui apenas o que for relevante à discussão sobre desenvolvimento sócio-espacial.

monoescalares ou muito fracamente multiescalares, a negligência para com o papel do espaço, e o caráter fechado, absolutizante e etnocêntrico das teorias. Segundo o autor, a “ausência” da escala e do espaço nesse debate dá margem para tais problemas. A respeito das abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares, o referido autor assim se manifesta

Um vício epistemológico muito comum consiste na desatenção para com o fato de que os fenômenos sociais, ainda que imediatamente referenciados, enquanto objetos de estudo, a um recorte espacial e um nível escalar específicos, têm sua gênese, sua dinâmica atual e suas perspectivas explicáveis ou analisáveis mediante a identificação de fatores que emergem e operam em diferentes espaços e escalas. Sublinhe-se, portanto, a necessidade de considerar as interações sócio-espaciais horizontais e as articulações ‘verticais’ entre fatores que remetem a distintos níveis escalares.

Juntamente ao princípio da autonomia²⁴ “herdado” das leituras de Castoriadis, as preocupações com a escala e o espaço ampliam o conceito de desenvolvimento elucidado pelo autor

A autonomia de um grupo para adotar uma concepção específica de desenvolvimento ou, mais amplamente, um modo de vida particular, exige a consideração desse grupo não isoladamente, mas no contexto de sua relação com outros grupos (em qualquer escala, da local à internacional), sempre à luz do seguinte desafio: por um lado, é preciso respeitar a alteridade do Outro e a incomensurabilidade de universos culturais distintos (“justiça”, “direitos humanos” e outras são noções cujo conteúdo concreto pode variar bastante e apresentar afastamentos relativamente à concepção moderna-ocidental); por outro lado, manifestações de uma dada sociedade que ferem a autonomia de outra, como o desejo de expandir-se territorialmente às custas dos vizinhos, devem ser veementemente rechaçadas. Ou seja, a autonomia é um princípio que exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada de decisões relevantes para a vida social), mas igualmente que se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do Outro, não importando o quanto ele seja diferente de nós mesmos), conforme um princípio de não-intervenção (op. cit., p. 20-21)

Por fim, a busca por melhoria na qualidade de vida e justiça social, metas maiores do desenvolvimento sócio-espacial, são mediadas pelas faces individual e coletiva da autonomia

No que tange à melhoria na qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não-básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população. Quanto ao aumento da justiça social, trata-se de uma discussão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social. Essas possibilidades de entendimento são, às vezes, complementares, às vezes conflitantes entre si. [...] Daí as duas faces da autonomia, a individual e a coletiva deverem ser

²⁴ A autonomia enquanto princípio ético e político, “propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias.” (SOUZA, 1996, p. 9)

entendidas como parâmetros subordinadores (ou, na verdade, compreendendo ambas como simples manifestações escalarmente distintas do mesmo fenômeno, pode-se falar de um único parâmetro subordinador). Mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia. Sem autonomia individual, dificilmente muitos dos fatores que garantem uma boa qualidade de vida podem ser concretizados; e, na presença de uma significativa heteronomia no plano coletivo, será freqüente a manipulação imbecilizante dos sentimentos de satisfação individual, como ocorre nas sociedades de consumo contemporâneas (SOUZA, 2010a, p. 62-66)

Ao falar de desenvolvimento urbano, tal autor propõe uma idéia de desenvolvimento que considere os interesses legítimos de uma sociedade, justiça social e melhor qualidade de vida. Desse raciocínio surge a definição de desenvolvimento sócio-espacial frente ao desenvolvimento estritamente econômico. Não se desmerece a importância das atividades econômicas no contexto regional, estadual e campinense que se teve. Entretanto, fica clara a evidência de que os frutos de tais atividades não foram colhidos por todos e espacialmente, tais desigualdades se reproduziram ora na heterogênea qualidade de vida da população campinense, ora na utilização do espaço para obtenção de lucro e valorização própria de uma seletividade/marginalização socioespacial.

Finalizando tal discussão, é importante associar o desenvolvimento aqui adotado a sua escala geográfica local. Não se tratar de opor escalas de desenvolvimento, mas sim de estabelecer um diálogo entre elas, mediante os enfoques dados a um determinado tipo de desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento local, Pontes (2010, p. 119) afirma

O desenvolvimento local é discutido sob duas perspectivas. A primeira privilegia a esfera econômica, dando ênfase, principalmente, à inserção competitiva do local. A segunda abraça a concepção de cidadania ampla, questionando a forma de desenvolvimento preconizada, nas últimas décadas, sugerindo uma nova forma de desenvolvimento, que busque um equilíbrio entre as várias dimensões de desenvolvimento: econômico, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico.

O desenvolvimento campinense, diferentemente do desenvolvimento sócio-espacial resultante da transformação das relações sociais e do espaço social²⁵, simultaneamente, foi econômico e, apesar de se manifestar na sociedade e no espaço da cidade, não foi homogêneo ou mesmo hegemônico se comparado a grande quantidade de pessoas que empregaram sua força de trabalho, mas que viviam em precárias condições. Alguns bairros foram elaborados

²⁵ “O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes” (PONTES, 2010, p. 99).

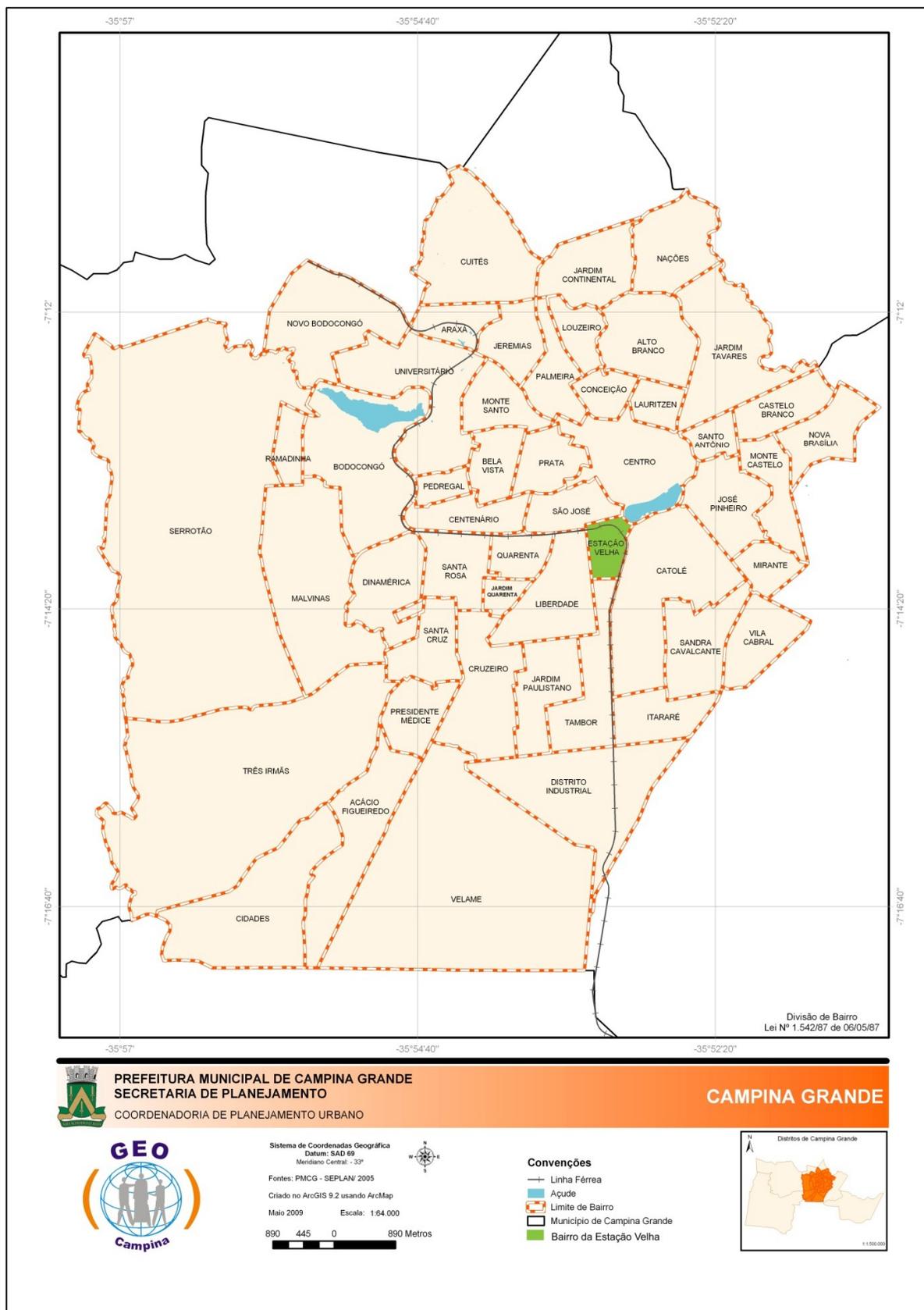
ora a partir das atividades econômicas próximas, ora pela necessidade de moradia de uma população. E dentre os muitos bairros surgidos no decorrer da história campinense, se estuda a partir desse ponto a historicidade do objeto de estudo, o bairro da Estação Velha, na Zona Sul de Campina Grande (mapas 02 e 03).

Desenvolvimento também é associado (no senso comum) a uma ideia de modernização. “Ser desenvolvido é ser moderno”. Dentro do recorte histórico temporal escolhido, entre 1907 e 2011 (ou a história do bairro até aqui), inicia-se a discussão partindo da premissa de Santos (2008, p. 68), para qual não há modernidades e sim modernizações. É constatado que alguns traços adotados pelos autores sobre a historicidade do tema ainda se fazem presente no contexto estudado. Inicialmente, a cidade de Campina Grande é situada quando sua modernidade²⁶ “floresce”, no ano de 1907, com a chegada do trem à cidade (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2007). A partir de tal objeto espacial, a cidade é tomada (desigualmente, vale lembrar) por uma série de investimentos, mudanças em sua infraestrutura física e nova dinâmica aos serviços, comércio e indústria.

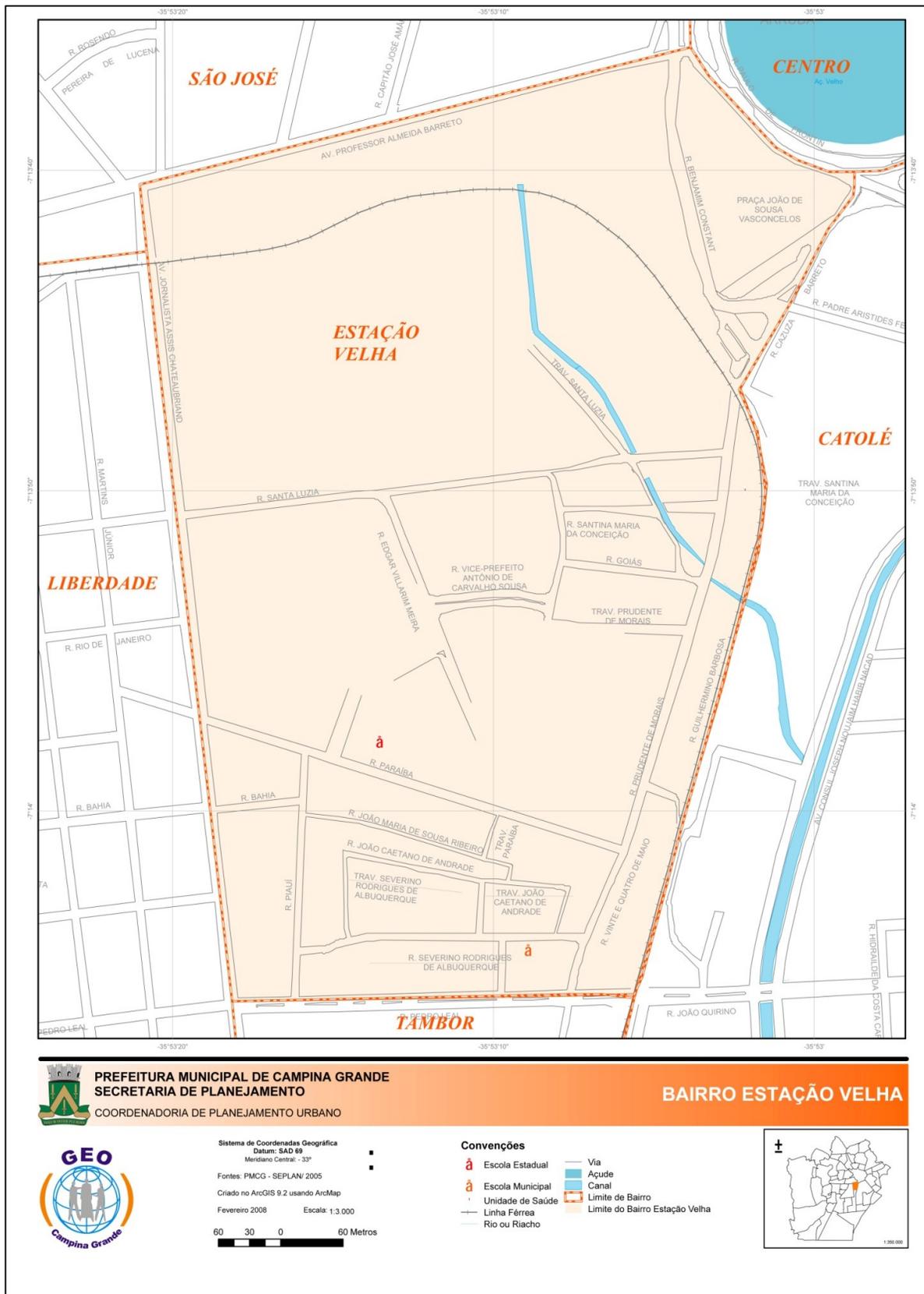
Essa “primeira” modernização relacionou os trilhos do trem à capacidade das indústrias locais de beneficiar algodão, um exemplo do período técnico-científico fordista/taylorista. Colocada como exceção à regra, Campina Grande se destacou durante muito tempo no cenário regional nordestino, sobretudo na primeira metade do século XX. Com as ações do governo ditatorial militar, Campina Grande foi “deixada de lado” em função da capital do estado, João Pessoa, concentrando grande maioria dos serviços públicos, órgãos administrativos e investimentos públicos/privados.

Após décadas de estagnação e pouco crescimento, é nas décadas de 1980 e, principalmente, 1990 que Campina Grande ensaiaria sua reação apostando no setor turístico com eventos turísticos como o Maior São João do Mundo e a Micarande (carnaval fora de época seguindo o consagrado modelo baiano, hoje *indoor*), espetáculos de grande estrutura e com grande mobilização por parte da cidade. O comércio campinense também cresceu com renovações no centro (tendo por exemplo a retirada de parte do comércio informal nas ruas principais), início do processo de verticalização e a instalação de shoppings. O advento das universidades públicas (e a chegada posterior das privadas), além dos serviços médico-hospitalares cada vez mais especializados, realça o poder de influência da cidade no estado,

²⁶ É visível na leitura dos autores o emprego do termo modernidade e a escolha pelo seu sentido *hardware* ou pesado, como proposto por Bauman (2001, p. 132): “Essa foi a era do *hardware*; a época das máquinas pesadas e cada vez mais desajeitadas, dos muros de fábrica cada vez mais longos guardando fábricas cada vez maiores que ingerem equipes cada vez maiores, das poderosas locomotivas e dos gigantescos transatlânticos”.



Mapa 02: Localização do bairro da Estação Velha na malha urbana campinense.
Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005.



Mapa 03: Bairro da Estação Velha e suas relações limítrofes com os bairros vizinhos.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005.

garantindo aos poucos sua inserção no chamado meio técnico-científico-informacional (COSTA, 2003).

Partindo da premissa inicial de Santos sobre modernizações, essa aceleração de Campina Grande é aqui tratada como momento de ruptura entre suas modernizações. A primeira modernização campinense correlacionou o desenvolvimento (desigual) urbano à economia algodoeira e as novas funções após a chegada do trem. O contexto do sistema mundo naquela época era de um capitalismo enfrentando o *crash* de 1929, as guerras envolvendo as grandes potências mundiais e o surgimento de uma nova ordem mundial bipolarizada após a queda do III Reich. A segunda modernização aqui retratada desde a década de 1990 até os dias atuais, aborda uma Campina Grande no sistema neoliberal vigente a partir de sua lógica mercadológica, das grandes empresas ditando suas lógicas, do Estado tentando remediar uma série de problemas e expressões da questão social²⁷ de tempos pretéritos e ainda atuais, além de uma nova dinâmica e velocidade atribuída às relações sociais pelas redes materiais e imateriais de transporte, comunicação e informação.

Nesse contexto de modernizações²⁸, surge o bairro da Estação Velha, que, segundo relatos dos moradores mais antigos, teve seu início a partir de invasões e atividades de autoconstrução. Os primeiros moradores do bairro ora estavam relacionados às atividades do trem (maquinistas, mecânicos, auxiliares gerais), ora eram “estrangeiros” que “vinham pelos trilhos” à cidade em busca de oportunidades e melhorias de vida. Sua formação socioespacial²⁹ é discutida desde seu início com a chegada do trem e da construção da estação ferroviária na cidade de Campina Grande em 1907 até o contexto hodierno vigente.

²⁷ Reflexão desenvolvida no âmbito do serviço social, o uso da expressão “questão social”, nesse trabalho, diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

²⁸ Entre a “modernização” de 1907 e o contexto da década de 1990, poderiam ser elencadas também algumas reformas urbanísticas, a exemplo da reforma realizada por Vergniaud Wanderley no centro da cidade. Contudo, o caráter pontual e específico de determinadas reformas não dizem respeito ou não se relacionam ao objeto de estudo em questão. Em fato, ainda tomando a premissa de Santos, cada ação de política urbana em cada bairro de campina pode significar um “novo tempo” para tal localidade sem, contudo, fugir de um contexto bem particular.

²⁹ Colocada nos termos de Santos (2008a, p. 22) como uma dimensão espacial de Formação Econômica e Social: “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.”

1.3 A Estação Velha: da existência do bairro à sua história narrada

Uma pergunta (ou questão norteadora) se faz importante antes de seguir por esse ponto. Como tratar de um objeto espacial de tantas “dúvidas” sobre sua própria existência? Por mais incômoda (e até absurda) que essa questão possa parecer, ela merece cuidado, afinal, tal contexto, o bairro da Estação Velha, é comumente associado a um conjunto de fragmento de outros bairros. Essa confusão aparece no cotidiano a partir de algumas perspectivas.

A primeira delas trata tal espaço enquanto composto pelo “largo da Estação Velha”, formado por uma praça, alguns galpões, a antiga estação ferroviária (hoje Museu do Algodão) e um ambiente gastronômico formado por barzinhos (área onde se realizam alguns eventos, a exemplo de “calouradas” estudantis e festas movimentadas³⁰ nos fins de semana), além do tradicional (agora fechado) Restaurante Miúra.

A segunda perspectiva do que se entende por Estação Velha, no contexto campinense, contempla toda a paisagem descrita na perspectiva anterior mais a também antiga “Rua do Fogo” (Rua Prudente de Moraes), rua famosa por algumas de suas atividades comerciais e referência às atividades de complexo jurídico situado nas proximidades³¹.

Uma terceira idéia surge, negando a existência do bairro. Na verdade, o que se entende por Estação Velha, incluindo suas ruas, avenidas e travessas, sobretudo nos logradouros limítrofes, nada mais é do que “pedaços” de bairros vizinhos como a Liberdade, o Catolé e o Tambor (rever mapas 01 e 02). Confusão retratada pelas correspondências que chegam aos residentes associando endereços a algum dos bairros anteriormente citados.

A última acepção sobre a Estação Velha provém do poder municipal. Segundo a planta da Prefeitura Municipal de Campina Grande³², o bairro é composto por 24 logradouros, divididos em ruas, travessas e avenidas (incluindo os limites do bairro com espaços vizinhos, mas excluindo-se pequenos becos e formações produto das invasões e falta de planejamento espacial do bairro). Os espaços das três perspectivas anteriores também estão incluídos nessa quarta caracterização.

³⁰ Anterior ao mês de junho (época em que a cidade é conhecida pelos seus festejos juninos como “O Maior São João do Mundo”) algumas festas eram realizadas nesses espaços enquanto prévias do que se teria no mês seguinte. A movimentação chegava a tal ponto de vendedores ambulantes disputarem territórios na rua Benjamin Constant com suas barracas de iguarias e carrinhos de bebidas, mediante a observação do autor em algumas dessas festas.

³¹ Sobre essas duas primeiras acepções soma-se a “fama” de lugar de concentração de assaltantes, delinqüentes, pobreza.

³² Apesar de constar em seu documento o título de “mapa urbano”, tal denominação apresenta-se duvidosa mediante questionamentos quanto ao cálculo de escala.

A escolha, neste trabalho, por esta última aceção não se deve ao fato dela incluir uma maior quantidade de espaços, nem por ser a “divisão oficial” da cidade a partir do órgão público responsável. Durante as observações *in loco*, pode-se observar uma série de situações e contextos que bem revelam alguns dos conflitos próprios da dialética espacial do bairro: apesar de conviverem na mesma espacialidade enquanto bairro, alguns moradores, mediante sua localização no bairro, não estabelecem contato a nível de vizinhança com outros espaços; moradores dos logradouros limítrofes se encontram mais “identificados” com os bairros vizinhos da Estação Velha³³. Apesar desses conflitos, o conjunto de logradouros conhecido por Estação Velha não perde sua posição enquanto bairro, nem sua importância enquanto objeto de estudo aqui proposto.

Antes de começar a análise da formação geo-histórica do bairro, se faz necessária discutir a definição desse contexto local e de como ela é importante para caracterizar a Estação Velha. A definição aqui trabalhada não poderia ser diferente daquela aportada pelo materialismo crítico-dialético. Contudo, a busca por uma matriz teórica surgiu após leituras de autores que escreveram ora sobre a ideia de bairro ligado ao lugar e cotidianidade, ora enfatizando o seu caráter sociopolítico.

Introduzindo a questão “o que é um bairro?”, as ideias de Mayol (2008, p. 41), embasado pelas idéias lefebvrianas, provam-se úteis enquanto possível resposta, ao afirmar que

o bairro é uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado. O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência.

Mediante o exposto, o bairro adquire uma série de características. Em primeiro lugar, tal espaço é colocado ora como uma unidade de relacionamento do morador entre a sua residência e a cidade, ora como extensão do próprio corpo em contato com o mundo físico/social. Lembrar que o bairro, enquanto localizado no espaço urbano também é *locus* de relações sociais diversas que variam da vizinhança cotidiana à apatia causada pelos meios de vida de cada um. Assim como numa definição de grupo e suas relações existem os *insiders* e

³³ Como exemplo claro dado pelos moradores, tem-se a classificação dada pelos Correios a algumas ruas, em que tais espaços se encontram em bairros vizinhos, traduzindo-se numa espécie de confusão que chega a atrapalhar a vida de alguns moradores, seja pela demora na recepção de documentos pelos Correios, seja pelo não recebimento de encomendas. Tal questão também é colocada pelos mapas e endereços presentes nas listas telefônicas.

os *outsiders*, o bairro representa um conjunto de relações envolvendo o “dentro” e o “fora” colocando-se esse espaço enquanto dispositivo prático dessas relações (MAYOL, op. cit., p. 42).

O bairro vai se constituir enquanto elemento fundamental na história do indivíduo, entretanto, sua apropriação se dá de forma heterogênea seja pelo acesso a determinadas vantagens (econômicas, políticas, culturais, sociais, etc), seja pelos usos dos meios de consumo coletivo como a infra-estrutura, equipamentos e serviços (SPOSITO, 2008) residindo aí a própria discussão do chamado direito à cidade³⁴.

Carlos (1996, p. 86), discutindo sobre a escala urbana do cotidiano, discorre sobre a rua e como ela reflete a espacialização das desigualdades

A rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais. [...] na rua se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é aí que afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pela estratégia do poder que subordina o social.

Tomando por base as dimensões de bairro e de cotidiano, o trabalho reside nas maneiras de apreender a realidade. A realidade do mundo hoje, inserida numa lógica capitalista neoliberal que se reflete no urbano e no espaço como um todo, é sentida de diferentes maneiras e o fato de pessoas compartilharem um mesmo lugar, seja uma rua ou um bairro, não significa que interpretam tais realidades da mesma forma e/ou do mesmo jeito. Basta lembrar que num mesmo lugar podem conviver diferentes classes sociais que com certeza terão interpretações diversas da problemática cotidiana. O destaque aqui colocado reflete o fato de que todos estão inseridos em uma realidade em comum, mas as interpretações e as formas como lidam com os problemas no cotidiano variam drasticamente em vários níveis de análise (do político/social ao cultural/psicológico).

Outra dimensão de análise ligada ao bairro diz respeito às questões sociopolíticas. SOUZA (2009, p. 67) enfatiza que

observar o que se passa com o “mundo da vida” (*Lebenswelt*), com o cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, sobretudo em uma grande cidade contemporânea e em escala geográfica muito reduzida, nos leva a experimentar, em matéria de “campos de força” do poder espacializado – em outras palavras, em matéria de territórios –,

³⁴ “O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 135).

realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais.

Em trabalho pretérito, o autor supracitado (1989, p. 166) discute o bairro a partir dos seus problemas e a reação pela população frente ao contexto enfrentado

Os problemas e contradições sociais refletidos no bairro sob a forma de carência de equipamentos de consumo coletivo, escassez de áreas verdes ou de lazer e ameaça sobre as existentes, falta de segurança nas ruas etc., são comumente os grandes estimuladores, contemporaneamente, da sua oxigenação interacional e simbólica. O mesmo contexto social que responde pela massificação do bairro reproduz, por meio da segregação sócio-espacial, a virtualidade de uma resistência a essa massificação e ao conjunto de problemas gerados pela crise social que se reflete no espaço urbano. O contexto traz, logo, potencialmente, a problemática e a negação desta. [...] A sobrevivência do bairro como algo mais que um referencial vazio, em que pesem as dificuldades e a diluição relativas da vida de bairro, se deve, em grande parte, à resistência variável dos diferentes segmentos sociais afetados.

A legitimidade da Estação Velha enquanto bairro reside exatamente dessas duas análises. Os problemas do bairro (falta de infra-estrutura, exclusão política, violência urbana, entre outros) são compartilhados por todos e as respostas a tais problemas também variam, do ceticismo à preocupação constante.

1.3.1 A formação geo-histórica de um “bairro”

A busca por fontes que referenciassem um bairro em uma cidade como Campina Grande pode tomar as proporções de um grande entrave, na medida em que o estudo das histórias desses bairros ainda é feita de forma fragmentada e restrita muitas vezes ao âmbito da academia. Soma-se ao fato de que bairros surgem de tempos em tempos, além de que nem todos os bairros são contemplados enquanto objetos de estudo da geografia e de outras ciências. As informações nos órgãos oficiais abordam perspectivas atuais (ou, no máximo, dados de Censos) e os acervos históricos da cidade a contemplam como um todo ou, atendendo a escolhas e intenções, apenas alguns bairros são trabalhados, estudados e/ou pesquisados. Dessa ausência de fontes e curiosidade, nasce um interesse pelo estudo de espaços em escalas diferentes e nesse sentido se buscou traçar a história do bairro enquanto tal.

O “nascimento” de um bairro pode se dar por fatos, fatores ou elementos que dêem sentido à referida nomenclatura. Além da imprecisão quanto ao estabelecimento de um “porquê”, o surgimento de um bairro não obedece a uma simples aplicação de relação causa-

consequência. Definir uma data ou marco temporal para o nascimento de um bairro é um desafio. A respeito desse desafio, Villaça (2001, p. 226) expressa as dificuldades afirmando que

É enorme o abismo que separa a produção de histórias dos bairros de alta renda da produção de histórias dos bairros populares. E impressionante é o esforço e o empenho da sociedade em “fazer” a história dos bairros mais ricos, em chocante contraste com a total negligência e pouco-caso para com a história dos bairros pobres.

Partindo desse problema e após analisar a história de Campina Grande, tal espaço sofreu grande crescimento e bairros foram surgindo. Como colocado anteriormente, quando o trem chegou à cidade, houve toda uma modificação da morfologia urbana campinense: novas atividades econômicas se estabeleceram, práticas sociais ganharam mais intensidade, a cidade “se acelera” na chamada economia-mundo e outras “novidades” surgiram.

Do ponto de vista geográfico, a análise de tal contexto pede uma interpretação não só temporal, mas também espacial. Ao colocar o espaço, enquanto conjunto de fixos e fluxos³⁵, tem-se um elemento espacial (o fixo da estação ferroviária) em contato com vários fluxos (algodão, mercadorias, pessoas e capitais) e tal configuração espacial foi exatamente a “mãe” do bairro (fotografias 01 e 02). Há de se destacar a relação direta da origem deste bairro com a estrada / estação férrea. Os terrenos que margearam tais atividades serviram de espaço para habitação. Trata-se ainda de um bairro que se diferencia dos demais da cidade pelo fato de ter se originado no trajeto da linha / estação férrea, pois muitas localidades campinenses surgiram no sentido das estradas e rodovias abertas.

A pesquisa não identificou datas oficiais, documentos ou obras que trabalhem o bairro da Estação Velha enquanto objeto ou espaço de estudo. A história a seguir foi constituída a partir das narrativas de vida de alguns dos moradores mais antigos do bairro. Para a obtenção de tal riquíssima fonte de informações, se fez necessário o uso de três critérios: o tempo de moradia no bairro, a relação do entrevistado com a história do bairro em si (ou de seus familiares) e a indicação de pessoas das ruas sobre o conhecimento que o entrevistado poderia ter (ou não) sobre a historicidade de seu lugar.

³⁵ “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.” (SANTOS, 2009, p. 61)

Fotografias 01 e 02: A estação ferroviária da Estação Velha na chegada do trem em 1907 e nos dias atuais.

Fontes: Aranha et al, 2003; e Luiz Arthur P. Saraiva, 2011.



Como bem lembra Souza (1989, p. 150) sobre os limites constituídos pelas pessoas do bairro,

As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais.

Trabalhar com pontos de vista às vezes divergentes sobre o tema se constitui simultaneamente como desafio de interpretação e como cuidado na escrita e no trabalho com as informações, afinal, o pioneirismo e a forma como o bairro é trabalhado fizeram dessa experiência a primeira. Ao tratar de parâmetros tão subjetivos, compartilha-se a ideia de que o

embate subjetividade x objetividade que permeia as discussões científicas se faz até os dias de hoje presente, entretanto “negar” voz e expressão aos moradores do bairro é uma forma de ceifar fontes importantes de investigação e estudo da realidade. Se a geografia enquanto ciência que estuda a realidade e sociedade mediante um prisma espacial não compartilha de tais aparatos, muitas experiências e situações-problema deixam de ser compartilhadas e discutidas.

Numa tentativa de identificar uma sequência dos espaços surgidos na trajetória do bairro, os primeiros espaços, vinculados à estação ferroviária ao norte do bairro, se estenderam até o atual limite com o bairro do Tambor. Partindo do elemento espacial supracitado e dos processos a ele atrelados pós-1907, pode-se afirmar que o bairro nasceu com o alvorecer das linhas ferroviárias. É o que nos coloca Dalvanira Pio, moradora da Rua Santa Luzia, antiga Rua do Aterro, próxima à estação ferroviária ao norte do bairro:

Aqui não havia ruas, e sim um grande terreno que foi ocupado por um trabalhador da Maria Fumaça. Ele construiu essa casa e depois deu pra gente. O trem passava pela estação e aí os ferroviários e o povo da rede ferroviária começaram a ocupar isso aqui. Nesse tempo o trem ainda fazia transporte. Essa minha casa é centenária: toda a minha família nasceu aqui. Sobre os outros trabalhadores ligados à rede ferroviária, alguns foram pra ferroviária nova, outros morreram. As casas próximas são de descendentes desse povo. Meu pai foi um dos primeiros a inaugurar as casas aqui.

Sobre a morfologia do chamado “largo da Estação Velha”, Seu Zé da Guia, morador do bairro há mais de 60 anos, retrata com nostalgia as pequenas atividades comerciais próximas e a forte influência das ações ferroviárias mediante a construção de estruturas relacionadas à economia algodoeira:

Quando meu avô chegou aqui em 1848, tudo isso aqui era mato, era um sítio. No início da ‘rua do fogo’ [Rua Prudente de Moraes] havia uma casa de ferramentas e casas, no geral, se concentravam lá, havendo entre os moradores muitos maquinistas. Conheci muita gente da rede ferroviária. Os terrenos pertenciam a um major, cedidos por ele para a construção da maioria das casas. No Bompreço [Hiper Bompreço, estabelecimento notório em toda a cidade] era um dique de água e óleo. Aqui no largo da estação tinha padaria, farmácia, pequenos mercados, hotel, hospedaria e barbearia. Esses armazéns, também aqui no largo, foram construídos na era do ouro branco pra armazenar algodão e agave. O gado que vinha dos trens pastava nesses campos perto da estação.

Pelos relatos até agora citados, pode-se destacar alguns pontos importantes à história inicial do bairro, com relação à forte influência das atividades do trem: primeiro, a ocupação do bairro se deu por trabalhadores ligados a essas atividades, como dito anteriormente por Cardoso (1963, p. 7). Segundo, tais atividades geraram uma mudança/dinâmica na morfologia

da paisagem vigente, levando a instalação de pequenos comércios e estruturas ainda presentes nesse início de século tais como casas e armazéns. Em uma rigorosa consulta sobre a literatura historiográfica que acompanhou o crescimento urbano e econômico da cidade dessa época, muito destaque se deu ao centro, mas outras áreas da cidade também tiveram impulso comercial, a exemplo da Estação Velha, também enveredavam pelo mesmo caminho.

Apesar de algumas transformações ocorridas no bairro terem por causa a economia algodoeira, os moradores também se mobilizavam para melhorar o bairro. Exemplos claros dessa organização se deram na construção de novas casas e reforma das mais antigas ou ainda na busca por melhores condições de infra-estrutura. Antes da chegada da água e da luz na década de 1950, os moradores já reivindicavam tais serviços e também “davam seu jeitinho” de resolver a situação:

Não havia água aqui: foram os moradores que colocaram água nas nossas casas. As pessoas me conhecem até hoje por ‘Maria da água’ por causa da minha ajuda nisso”. Não havia o atual canal, era tipo um riacho. Para atravessar, a gente colocava umas pedras bem grandes. A ponte que cruza o canal atualmente foi construída na base do mutirão pelos próprios moradores. As pouquíssimas casas daqui eram feitas de taipa e aqui era chamado de aterro porque era murado e as pessoas jogavam suas tralhas. Os problemas de lixo e bichos são antigos e piores do que atualmente. “Era pior porque o carro da prefeitura não passava e aí eles colocaram uma caixa coletora. Só que o pessoal, sempre mal educado jogava uma parte lá e outros não jogavam. Houve reivindicações e o caminhão voltou a passar. Porém as caixas coletoras continuavam cheias. As ruas eram cheias de lama e de água: nas chuvas havia muito problema com as águas. No calor, o problema era a poeira. (Maria das Neves, moradora do bairro há 50 anos)

Outro ponto marcante das descrições e da construção de memórias por parte dos moradores se deu ao papel das ruas e sua conseqüente ligação com o lugar enquanto espaço da memória e da identidade/cotidiano espacial. Retomando as palavras de Carlos (1996, p. 88-90), as ruas possuem várias dimensões e sentidos (passagem, fim em si mesma, mercado, festa, reivindicação, moradia, território, normatização, segregação e encontro). Associando a rua enquanto espaço de vivência, ela não só guarda memórias e laços com seus moradores, como também ajudam a entender a formação de um dado espaço, a exemplo de um bairro como a Estação Velha ou de uma cidade como Campina Grande.

A cidade não se constitui enquanto homogênea e uma das fases heterogêneas que a compõe se dá nas práticas sociais urbanas manifestadas no cotidiano das ruas, avenidas, travessas e becos. Enfatizar o papel da rua não é torná-la exclusiva nem única detentora do vivido, mas o lugar aplicado às ruas se dá nela enquanto totalidade e enquanto constituinte de uma realidade vivida e compartilhada diferencialmente.

Por fim, assim como o cotidiano das ruas em um bairro é compartilhado, seus problemas e dificuldades também são sentidos diferentemente por seus habitantes. Apesar da origem antiga, os problemas de infra-estrutura ainda se perpetuam como atestam moradores “mais novos” como Luís Alberto, morador da Travessa Prudente de Moraes há 30 anos, que aponta: “o lugar era um resto de muro da antiga SANBRA, não podendo inclusive passar para o outro lado. Sobre a ida até a rua do fogo, o acesso era horrível. Além da falta de estrutura, quando chovia era um Deus nos acuda com a água”.

A Rua Prudente de Moraes, principal “artéria” econômica/funcional do bairro também é rica em história e relatos, acompanhando o próprio nascimento do bairro. Sua caracterização pretérita também provém da visão de vários moradores da rua e próximos a ela. Tão múltipla quanto sua origem e historicidade também são os nomes recebidos e as explicações para o apelido mais conhecido, de “Rua do Fogo”³⁶. Destacam-se aqui dois registros:

Antes, essas ruas eram de terra: um dos três aterros da Rua do Fogo. Aqui era baixo, toda vida foi essa quantidade de casas, algumas reformas, mas algumas são iguais por dentro. Naquele tempo o povo era ignorante, pra pegar água no chafariz era uma briga. Tinha-se por aqui também muitas lavadeiras de roupa. Aqui na rua do fogo tinha o chamado “Forró do Alcatrão”, tinha também escola de samba, jogo do bicho, e a antiga difusora de Zé Lucena na esquina com a Rua Paraíba. Hoje tá tudo moderno, é farmácia, é fórum. Antigamente a gente ficava aqui, a criança brincava, mas não com tanta liberdade. Antigamente a Rua do Fogo se chamava Bela Vista, depois passou pra Rua do Fogo e, por fim, Prudente de Moraes. (José Carneiro, morador do bairro há 65 anos)

A rua era de terra, não era calçamento, o canal próximo era um riacho. As casas eram todas pequeninas, baixas, antigas e alguns barracos. A vizinhança daqui era como uma irmandade, eram todos unidos. Eram tempos felizes aqui. Tinha os problemas com a água, mas era calmo, sem violência. A gente vendia cocada e bolo na estação ferroviária. Antes só tinha umas bodegas aqui na rua, umas 3 eu acho. Uma coisa que tinha antes aqui era um chafariz, ali na esquina. Também tinha uma escola de samba aqui, chamada Noel Rosa, do finado Alcatrão. A Rua Prudente de Moraes tem esse apelido de rua do fogo por causa dos incêndios que tinha por perto. (Maria do Carmo, moradora da Rua Prudente de Moraes há mais de 52 anos.)

Tais depoimentos abordam algumas das atividades presentes no cotidiano dos mais antigos, junto a elas somam-se as atividades esportivas (visivelmente os campos de futebol ainda hoje frequentados) e econômicas (pequenos serviços como encanador e eletricitista, além de abastecimento da população residente).

Outra menção destacada nos relatos e ligada à história campinense no século XX se refere à localização da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) no bairro.

³⁶ Além das “hipóteses aqui apontadas, também se tem o apelido ligado a enorme quantidade de fogueiras no período de festas juninas ou ainda a uma enorme briga entre bêbados, onde ninguém conseguia apartar e daí se dizer que a rua “estava pegando fogo”.

Tal empresa, filial de uma multinacional argentina, foi caracterizada pelo grande investimento em maquinário e capitais, bem como pelo estabelecimento (junto à Anderson Clayton) de forte monopólio das grandes empresas algodoeiras (ARANHA, 1993, p. 17). Do ponto de vista da população do bairro, tal entidade é lembrada diferentemente por vários moradores: desde os que trabalharam carregando fardos de algodão até reminiscências das instalações como galpões e muros próximos de suas residências. Sua imagem também é ligada ao atual complexo jurídico da cidade, na medida em que suas instalações atuais correspondem ao espaço da antiga beneficiadora de algodão.

Essa rua era uma rua sem saída, o muro da SANBRA tampava. As casas eram humildes e tinha um campinho onde a gente batia uma bola”. Muita gente morreu de tomar cachaça no bar da esquina. Onde hoje é o fórum, antes era a SANBRA, produzindo óleo e mexendo com algodão. Ela ia até a Rua Paraíba e pegava toda essa região do fórum. (Manoel Ferreira, morador da Rua Goiás há mais de 40 anos)

Junto à SANBRA havia também um referencial convento chamado “A Caridade”. Em suas proximidades, existem opiniões diversas sobre as atividades de lá, variando da exploração mineral de uma pedreira existente até o desenvolvimento de atividades culturais e educacionais.

O local do atual fórum era a SANBRA e um convento chamado A Caridade. Depois a SANBRA fechou, mas o muro permaneceu, junto com algum maquinário e armazéns. Sobre A Caridade, o cúmulo da escravidão: os frades tinham carro e riqueza enquanto as freiras viviam de esmola. (Edibertina Lopes, moradora da Rua Santana Maria da Conceição há 64 anos)

Eu nasci aqui em 1948, na Rua Santa Luzia. Ela se chamava Rua do Aterro: ia da SANBRA até a estação. Antes a Rua Santa Luzia se ligava com a Assis Chateaubriand. Ali onde é a Maurício de Nassau era um convento da Caridade e perto dele tinha uma pedreira. A SANBRA comprou o terreno dos padres em 1962 (Zé da Guia, antigo morador da Rua Santa Luzia)

Próxima à Prudente de Moraes, outra rua bem lembrada pelos moradores é a Rua Paraíba e como todo o bairro, também teve seu início de forma humilde e precária, infra-estruturalmente e socialmente cotidiana, como relata o depoimento de Seu Rosemiro. Morador da Rua Paraíba há 68 anos, este afirma que a rua não tinha nada de infra-estrutura, sem calçamento, luz ou água. Relembra que quando menino brincava na terra até as 21:00, 22:00 horas. “As casas daqui eram todas casas baixas, uma aqui outra acolá: o terreno atrás das casas era tudo limpo. A vizinhança daquele tempo era muito boa, melhor do que a de hoje”. Antes de 1952, quando chegou água e luz, a água era buscada num chafariz (esquina da

Rua Prudente de Moraes com a Goiás) e a luz de candeeiro a gás. “Aqui não tinha mercadinho então a gente ia até a rua da estação”.

Provavelmente o melhor depoimento sobre a formação sudoeste do bairro (vizinho da Rua Paraíba) provenha do senhor Josias Pereira, morador do bairro há 59 anos. Trabalhador de empresas como a SANBRA e a Anderson Clayton, esse morador da Rua João Maria de Sousa Ribeiro foi um dos “fundadores” da rua e um dos poucos ainda lúcidos sobre aqueles tempos (“o resto é tudo forasteiro”, nas palavras do entrevistado). Seu Josias lembra que havia trabalhadores da SANBRA no bairro e se orgulha de suas várias entradas pela empresa (“Na SANBRA, quem abriu praticamente fui eu. Eu era o campeão das sacas de algodão. Às vezes eu nem queria ir, mas o carro passava aqui e pegava a gente pra trabalhar”, alega). Dentre os casos populares que deram início ao primeiro nome da rua, “Califon”, Josias relata que

que as ruas próximas possuíam cercas de aveloz, e na parte de maior altitude da rua, limite com a rua Piauí, havia um casal composto por um homem aleijado e uma senhora de idade conhecida por estar constantemente alcoolizada, cujo nome era Constância. Durante as bebidas aos domingos, essa senhora costumava, em meio a empolgação, levantar a saia gritando “aqui é o ‘califon’ de Beto Baieta!”. Na rua, havia uma pedreira cujo dono era exatamente Beto Baieta. Perto dessa pedreira se alugava algumas casas humildes e terrenos. Os problemas com o lixo são antigos.

Como se vê, a história do bairro também é carregada de situações e “causos”. A riqueza das histórias e o sentimento nostálgico de tempos difíceis mas saudosos circundam o semblante de seus narradores ao passo que os mesmos fizeram e ainda fazem a história do bairro, seja em suas histórias cotidianas, seja pelas ações e figuras políticas que marcaram tal espaço.

Dentre os vários campos da ciência geográfica, um dos aspectos muito presente na discussão realizada se refere às questões políticas. Pode-se associar ações políticas e posicionamentos durante todo o percurso aqui desenvolvido tomando como escala maior os processos que tomaram Campina Grande no século XX e início do século XXI e, em menor escala as manifestações observadas *in loco*, durante a pesquisa realizada. Castro (2009, p. 51 e 79) discute o campo da Geografia Política relacionando a política enquanto “expressão e modo de controle dos conflitos sociais” e o território enquanto “base material e simbólica da sociedade”.

Durante a coleta de informações e relatos, um fato que chamou a atenção foi a “postura política” adotada pelos moradores, constituindo-se enquanto comunidades ou territórios influenciados por determinado posicionamento. Tal postura se manifestou (e ainda se manifesta) ideologicamente no bairro, na medida em que partes do mesmo possuem valor

material (ruas asfaltadas, obras, reformas de casas, doações de terrenos) e valor simbólico (a lembrança de muitos sobre prefeitos e ex-prefeitos da cidade, as memórias de visitas políticas e as fotografias de políticos ou candidatos nas paredes das casas, símbolos de campanhas passadas).

Ao se questionar pela idade de determinada obra ou o ano de tal acontecimento, a associação com determinado mandato político parecia um subterfúgio válido nas lembranças descritas. Sobre essa memória política, destaca-se ainda a associação de muitos moradores a obras, visitas e ações do poder público à figura de um político A, B ou C, e não pelo ano ou período pelo qual se deu determinado evento. Durante as pesquisas, nomes de ex-prefeitos, bem como o do atual prefeito, aparecem com frequência como bem-feitores da população (ou de parte dela) ou ainda são lembrados pelos erros que cometeram e suas administrações (modificações em obras históricas ou a falta de planejamento urbano que culminou em invasões no bairro e problemas atuais).

Convém destacar ainda a “desconfiança” por parte da população residente na medida em que suas posições políticas implicam em relações de apoio/ajuda e retaliações por estarem inseridos (ou mesmo defenderem) a oposição em escalas municipal, estadual e até federal. Durante a busca por respostas e questões relevantes do bairro, a política se manifestou na paisagem e no olhar dos populares, seja nas reminiscências das últimas eleições nos muros pintados e fitas coloridas representantes de um lado (os chamados “cassistas” e “maranhistas”), seja por questões próprias da pesquisa. Buscar fontes neutras e objetivas como entrevistas e questionários não se configura enquanto tarefa “fácil” em um espaço tão “disputado” política e ideologicamente. Lembrando Lefebvre (2008, p. 62)

O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social.

Enquanto questão para reflexão, recordar o passado se constituiu um exercício de bons resultados, associando tais memórias à história cotidiana do bairro. Apesar de certos preconceitos relacionados a essa categoria do cotidiano (talvez não por ignorância, mas por sua associação a métodos de interpretação não tão bem vistos), tal categoria se provou necessária na medida em que a formação do espaço do bairro se fez a partir de diferentes recortes temporais e experiências de vida. Este é o cotidiano: contexto local (mas não exclusivo dessa escala) histórico-geográfico onde a vida se manifesta em diferentes escalas e

dimensões. As percepções de mundo e da realidade podem ser obtidas a partir desse recorte porque é no lugar em que o cotidiano corrido, contrastante, condicionante e reflexo de toda uma sociedade se dá de forma intensa e historicamente construída.

Noções como bairro e cotidiano, antes colocados enquanto meras “noções” do senso comum, são hoje estudadas e em muitos casos, são de suma importância para se compreender a geografia de muitos contextos. A história de um bairro trouxe tona memórias, fatos, casos e momentos importantes, ampliando a escala de atuação de qualquer pesquisa, de um indivíduo a um “grande acontecimento histórico”. Faz-se aqui uma menção ao uso da produção dos espaços na história e essa é produzida não apenas pelas grandes personalidades e pessoas ligadas ao poder. Uma história do povo, pelo povo e para o povo, fazendo-o repensar suas práticas e esperanças também no espaço. Essa é a geografia que se tem hoje: uma ciência que estuda a dinâmica espacial das sociedades, visto que estas também possuem uma dinâmica própria e também vivenciada/sentida.

1.4. O povo e o bairro: mudanças de papéis no transcorrer geo-histórico

Em breve comparação entre os contextos socioespaciais pretérito e atual, um dos traços discutidos e que merece atenção antes da discussão seguinte diz respeito à participação popular na formação do bairro e seu cotidiano. Como exposto, a participação das “figuras” populares, a ligação com a atividade ferroviária próxima a partir de trabalhadores e seus descendentes, e as alternativas de convivência e resolução de problemas enfrentados pelos moradores foram traços de uma Estação Velha bem diferente da atual.

Com a instalação de mercadinhos e algumas reformas sanitárias em partes do bairro, o cotidiano do mesmo se alterou: antes um bairro limítrofe ao centro da cidade, tal contexto passou por um processo de marginalização trazido pela velocidade não acompanhada das mudanças que ocorriam pela cidade (o seu chamado “desenvolvimento”) e pela ausência de diálogo entre as pessoas do bairro e seus gestores públicos. Em relatos, é bem verdade que casas foram entregues, dívidas foram perdoadas e um grande populismo se formou junto às famílias que chegavam ao poder. Contudo, promessas de melhorias e participação também foram feitas, sem serem efetivadas.

Aos fins da década de 1990, o complexo jurídico é instalado no bairro e, simultaneamente, tal relação passou a ser alheia ao cotidiano dos moradores cuja função residencial sofre nova dinâmica, agora um bairro jurídico, de serviços. A cidade de Campina Grande, cada vez mais próxima de um modelo empreendedor de gestão, focou sua atenção ao

cotidiano das leis, normas e direitos, mas relegou a população mais carente do bairro à sua própria sorte na realidade campinense, sem uma alternativa democrática e autônoma. Não é de se estranhar que a fragmentação pela qual passa Campina Grande (e outros contextos urbanos brasileiros) hoje é visível no bairro da Estação Velha, com as instituições do poder público e o poder paralelo do tráfico imprimindo suas ordens e lógicas. Some-se tal situação à disputa de terrenos pelo mercado imobiliário e a transformação da cidade em uma mercadoria a ser apropriada heterogênea e territorialmente por diferentes atores.

2 O BAIRRO NO CONTEXTO URBANO CAMPINENSE: um conjunto de múltiplas territorialidades e relações de poder

2.1 De qual território se está falando?

Uma importante discussão antes de adentrar as relações de poder no bairro da Estação Velha diz respeito à questão territorial. Território, territorialidade, territorialização, reterritorialização e outros conceitos importantes relacionados à pesquisa geográfica atuam e funcionam enquanto apreensões de vários contextos sociais. Contudo, assim como o espaço é multidimensional (CORRÊA, 2008), o território (que é um de suas vertentes) também abrange perspectivas e tipologias, ora complementares, ora exclusivas de determinada dimensão.

É importante justificar que tal discussão introdutória se tratou de uma escolha metodológica para a pesquisa sobre a Estação Velha. Explorar uma perspectiva específica de qualquer conceito sempre será uma prática limitante, mas nem por isso desnecessária. Primeiro porque as teorias, enquanto partes importantes do processo de produção do conhecimento, acompanham mudanças e possuem uma história. Segundo, porque ao não privilegiar uma perspectiva conceitual, as ideias correm o risco de ficarem vagas ou soltas, fugindo a visão do pesquisador e dos seus objetivos no decorrer de sua produção escrita. Também não é interessante listar e citar uma série de autores que trabalham com a categoria, visto que muitas vezes tais práticas se restringem a um mero exercício de erudição que muito exemplifica, mas pouco esclarece ou contribui. O que se discute aqui sobre território (e seus conceitos derivados) diz respeito ao que é necessário à pesquisa, tendo consciência de que há um conjunto de ênfases dadas pelos autores sobre tal questão.

Há aqueles que discutem a relação entre o território-rede e o território zonal, ou as dimensões que o território abrange (jurídico-político, econômico, cultural, naturalista) e uma visão integradora dessas dimensões, há também a oposição entre um território material e um território imaterial ou, ainda, os usos do território e sua discussão frente à escala. Para os interessados em tais discussões, consultar, por exemplo, as obras de Rogério Haesbaert, Milton Santos³⁷, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurelio Saquet, Bertha K. Becker, Paulo Cesar da Costa Gomes, Iná Elias de Castro, Claude Raffestin, só para ficar em alguns autores.

A perspectiva aqui adotada para o território parte de sua tradição jurídico-política, mas reconhecendo a existência e relevância de outras interpretações, evitando a perigosa separação

³⁷ Neste grupo, Santos se diferencia exatamente por trabalhar com o conceito de território usado como sinônimo de espaço geográfico.

dimensional³⁸. Tal escolha não só diz respeito à proposta de uma geografia política/geopolítica urbana, como também aborda a questão das intencionalidades e dos conflitos no espaço geográfico, no qual o território se encaixa. Tal dimensão espacial da sociedade não pode ser vista como algo neutro ou imparcial. Na opinião de Lefebvre (2008, p. 53), o espaço, que há muito deixou de ser neutro,

depende de interesses divergentes e de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado. Ele depende de uma encomenda e de uma demanda que podem não ter nenhuma relação e que, contudo, encontram um denominador comum sob a predominância deste ou daquele interesse.

Enquanto “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p. 63), o espaço revela-se pela contradição, pelo conflito e pelas ações e seus objetos em uma sociedade capitalista desigual e complexa, de tal forma que se a geografia quer dar uma real contribuição ao debate, uma de suas alternativas reside na questão política/geopolítica, como anteriormente colocada.

Iniciando o debate sobre território, Souza (2008, p. 96) o define enquanto “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Em sua crítica à concepção de Raffestin³⁹, o autor (op. cit., p. 97) complementa que o território é “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. A respeito desse campo de forças, as relações de poder se manifestam implícita e explicitamente, tendo no território sua expressão espacial (op. cit., p. 66).

Haesbaert (2009a) aponta a proximidade da concepção de território às idéias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ou simbólicos). Em obra posterior, o autor (2009b, p. 40), ao caracterizar as vertentes básicas do território (política, cultural e econômica) e citar o caráter de poder existente na primeira vertente⁴⁰, reafirma a tradição política dessa categoria, bem como sua importância na conceituação da mesma (op. cit., p. 68). Sintetizando suas reflexões, Haesbaert (2009c, p. 105) relaciona espaço, território, foco político e poder

³⁸ Como alerta Souza (2009, p. 60), “em meio a relações sociais complexas, uma *dimensão* pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante, o que não significa que ela seja a única relevante”.

³⁹ Que em uma obra concebeu o território como uma humanização de um espaço físico/natural (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

⁴⁰ “a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.”

Assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, n-a “dimensão” ou melhor, n-as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Junto à relação entre espaço e poder, também é válido destacar os usos políticos do território, bem como sua produção e organização enquanto territorialidade. A respeito dos agentes e seus usos territoriais, Fernandes (2009, p. 200) comenta

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou status nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quando os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial.

A respeito dos usos do território, as contribuições de Santos ora enfatizam os laços entre a população e sua identidade (lembrando um pouco a tradição geográfica política de Ratzel que falava da relação entre povo e solo), ora do território usado pelos agentes sociais que atuam em diferentes escalas. A respeito da primeira perspectiva, Santos (2009a, p. 96) destaca que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi

Quanto aos usos do território, a ênfase econômica dialoga com a questão política seja pela questão normativa, seja pela preocupação com a cidadania. Segundo Santos; Silveira (2005, p. 21)

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Por fim, as últimas abordagens dizem respeito ao diálogo com a escala e a multidimensionalidade territorial. Sobre a questão da escala, Souza (2008, p. 81) exemplifica

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Sobre a multidimensionalidade, o autor supracitado (2009, p. 59) enfatiza sua opção metodológica, mas não exclui as demais.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar o conceito de território.

Mediante essas apreensões, o território visto como parte do espaço geográfico, também se torna multifacetado e/ou multidimensional, na medida em que o mesmo retoma as concepções não só de seus constituintes, mas do próprio pesquisador que o utiliza como maneira de apreender a realidade em dado contexto. As expressões do território entendidas enquanto territorialidades são colocadas por Becker (1983, p. 8), que as define da seguinte maneira:

A territorialidade é pois um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida quotidiana, representa a oposição do local ao universal; representa relações mais simétricas de poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõe à malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado.

Sobre essa territorialidade, Souza (1996, p. 449) exemplifica a partir das práticas do crime organizado nas favelas

A territorialização de favelas pelo crime organizado é, assim, um fator de fragmentação sócio-político-espacial do tecido urbano, vale dizer, de *desordem* à escala da cidade como um todo [...] na escala de uma dada favela os traficantes representam um *fator de ordem*, de uma férrea e brutal ordem – aliás, por via de

regra, o principal fator de ordem, em virtude da ausência do Estado e da debilitamento das associações de moradores

Sendo a política uma dimensão da sociedade discutida por várias outras ciências (sociologia, história, antropologia, além da própria ciência política) e também um processo que acompanha a humanidade desde os seus primórdios, tem-se no território a arena das relações de poder e dos conflitos que se materializam espacialmente a partir dos usos (e abusos) nas estratégias dos atores com os espaços de seus interesses⁴¹. Sendo ordem, dominação, conflito e poder questões frequentemente associadas ao conceito geográfico de território, é importante esclarecer qual território está sendo posto em pauta, mas também como tal categoria de análise dialoga com outras, a exemplo do espaço e da escala.

O estudo do território e seu uso enquanto estratégia de apreensão da realidade social sugere uma perspectiva que aborde poderes e práticas espaciais cotidianas, envolvendo agentes diversos e implicando em uma fragmentação do bairro da Estação Velha. Enquanto parte e exemplo da realidade campinense, traços da análise em questão podem ser encontrados em outros contextos urbanos atuais.

2.2 Breves notas sobre divisão espacial e ordem(ns)

Em trabalho anterior⁴², o bairro da Estação Velha foi analisado enquanto um espaço caracterizado pela heterogeneidade espacial, pelas relações cotidianas e pelos problemas ainda presentes nos dias atuais. Naquela ocasião, se fez necessária uma divisão espacial do bairro (mapa 04), de forma a abordar as relações entre os diferentes espaços constituintes do bairro e contestar uma visão “miúda” de determinados estudos urbanos vistos que não conseguiam enxergar a riqueza de se estudar o intra-urbano, muito menos um bairro específico de uma cidade média brasileira.

Superada tal etapa de trabalho, a mudança de enfoque para as relações de poder e territorializações dos agentes sociais também implicou uma mudança na terminologia utilizada, bem como o ponto de vista da pesquisa, agora menos abrangente e mais sociopolítico. Resultante de um possível amadurecimento da análise, os antigos espaços socialmente marginalizados e das atividades forenses agora são referenciados enquanto territórios, visando não só uma perspectiva mais geopolítica dos poderes no contexto

⁴¹ “O território deve ser, portanto visto como continente de um sistema de interesses, na maioria das vezes conflitantes, que são os fundamentos da necessidade da política e das suas instituições para o controle dos conflitos” (CASTRO, 2009, p. 40).

⁴² SARAIVA (2009).

estudado, como também uma tentativa de explorar melhor o objeto de estudo, ou seja, o bairro da Estação Velha (mapa 05).

Quanto às mudanças entre “espaços de especulação” e “terrenos de interesse imobiliário”, a opção pela segunda terminologia se justifica pela escolha de termos empregados pelo próprio mercado imobiliário. Não que se concorde com a lógica do mercado (que inclusive impregna as recentes gestões urbanas), mas a denominação atual relaciona melhor as áreas conhecidas durante as visitas *in loco*.

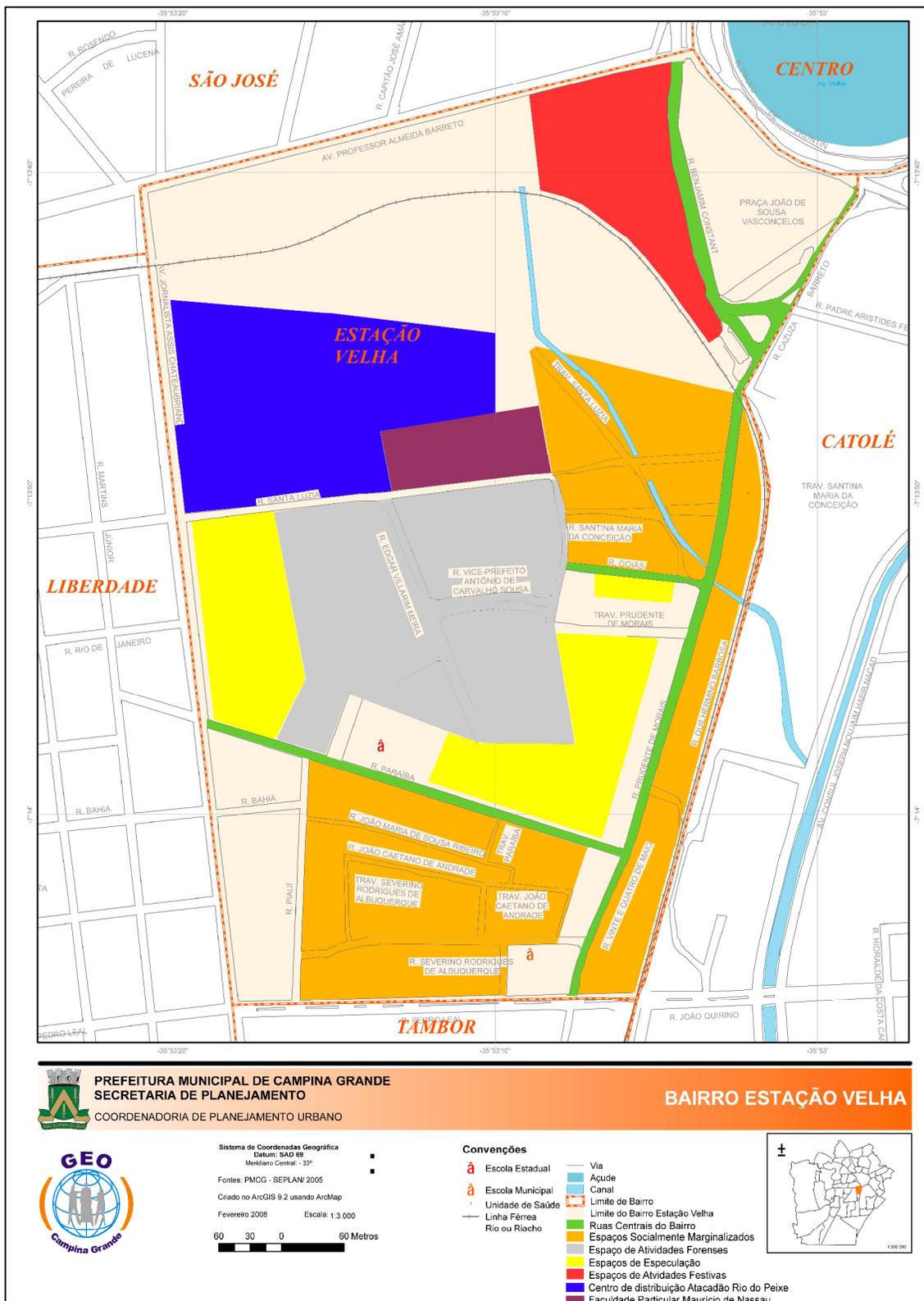
Junto a questão de terminologia, também se faz necessário discutir, mesmo que enquanto tentativa, o que é entendido por ordem e seu contra-ponto, desordem ou caos. Avaliando a relação entre Estação Velha e Campina Grande, o bairro segue a ordem da cidade: o poder local e a gestão do município sem, contudo, excluir outros agentes que instituem uma ordem complementar ou contrária à ordem municipal. Contudo tal exemplo ainda não explica o que se entende por ordem. Talvez o caminho para enfrentar o conceito em foco seja buscar uma referência inicial e nada melhor que um dicionário pra elucidá-lo. Segundo Abbagnano (2007), o verbete Ordem de seu dicionário de filosofia pode ser assim sintetizado: “**ORDEM** (lat. *Ordo*; in. *Order*, fr. *Ordre*, ai. *Ordnung*; it. *Ordine*). Uma relação qualquer entre dois ou mais objetos que possa ser expressa por meio de uma regra.”

Ordem, regra, norma. A categoria geográfica do território, como colocada anteriormente, engloba tais questões com propriedade. Por isso, a questão das territorialidades na Estação Velha: cada uma delas expressa ou manifesta ordens e desordens, agentes em conflito para impor seu ponto de vista (ideologia?), dizer “como são as coisas”, naturalizar contradições e problemas, estabelecendo um conjunto de códigos, normas e leis implícitas e explícitas que interferem no cotidiano da população.

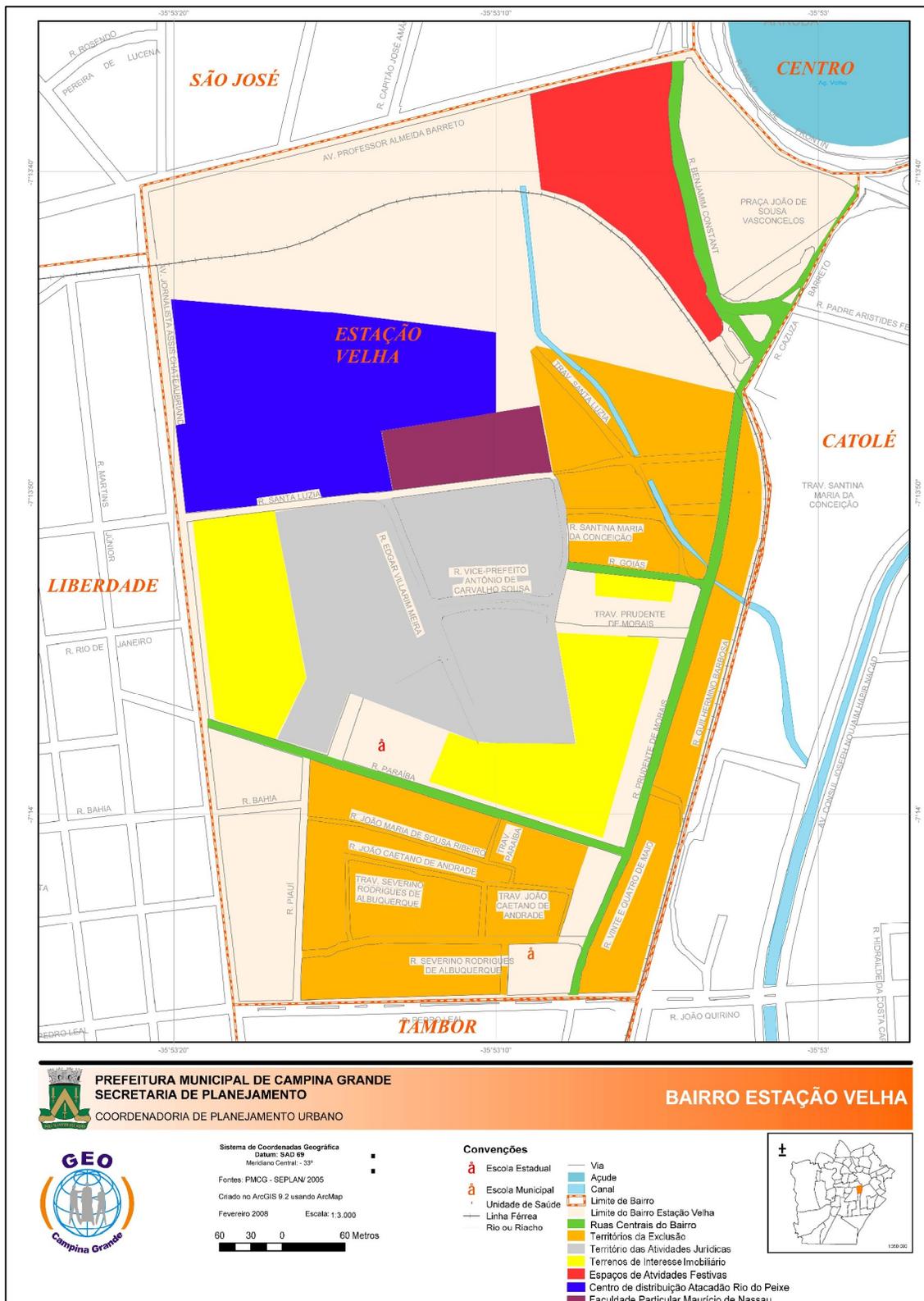
Refletir e questionar a ordem são exercícios necessários, mas muitas vezes negligenciados, como bem coloca Bauman (2008, p. 44)

as coisas estão em ordem se você não precisa se preocupar com a ordem das coisas; as coisas estão em ordem se você não pensar, ou não sentir a necessidade de pensar, na ordem como um problema, muito menos como uma tarefa. E uma vez que você começa a pensar na ordem, isso é sinal de que algo em algum lugar está fora de ordem, de que as coisas estão escapando de suas mãos, e por isso você deve tomar alguma atitude para colocá-las outra vez na linha.

Contudo, ordens são relativas e não necessariamente uma “única ordem” ou consenso. Há ordens que se sobrepõem a outras (a exemplo da Constituição Federal que diz respeito a



Mapa 04: Pretérita proposta de divisão espacial do bairro da Estação Velha.
 Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005.



Mapa 05: Proposta de divisão espacial do bairro da Estação Velha, com ênfase nas relações de poder e ordens. Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005.

todo o país), mas também há ordens alternativas (como a lógica do tráfico de drogas ou a própria manipulação das leis e constituições pelo direito, em favor de alguém). Isso sem contar a eficácia de cada uma delas. Há ainda ordens que não estão necessariamente na legislação formal ou no cotidiano das comunidades-alvo de facções criminosas. O próprio capitalismo neoliberal vigente também é uma ordem, com suas leis de mercado, seu apreço pelo momentâneo, fluído, seus ataques aos direitos e serviços sociais⁴³. Em tempos como esse, duas ordens coexistem, como bem colocou Santos (2009, 338-339)

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território, regidos pela interação. [...] A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro de ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia de comunicação.

E falando no capitalismo contemporâneo, no qual algumas empresas proclamam um poder “além dos territórios”, a ordem, quando contestada, é muitas vezes colocada como desordem. Como relaciona Bauman (2005, p. 42)

A expectativa da ordem (qualquer expectativa de qualquer ordem nova) retira de sua toca o ogro do caos. O caos é o *alter ego* da ordem, uma ordem com sinal negativo: condição em que alguma coisa *não está* no lugar adequado e *não* executa a função apropriada (se é que é possível conceber um lugar e uma função adequada para essa coisa. Essa “coisa” sem domicílio e sem função transpõe a barricada que separa a ordem do caos. Sua extirpação é o último ato de criação antes que se concluem os trabalhos de construção da ordem.

Ao tratar de uma dimensão geográfica da ordem (e do caos), Gomes (2006, p. 32) aponta a disposição espacial da lei para caracterizar as relações de sua proposta de nomoespaço

Compartilhamos da crença de que essa forma de sociedade tem como elemento fundamental de regulação e de ordenamento a disposição espacial, ou seja, a lei se exprime pela forma como as coisas estão organizadas e distribuídas no território segundo uma coerência formal que é lógica e deve atender aos preceitos

⁴³ Como lembram Santos; Silveira (2005, p. 258), “de modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores.

estabelecidos pela idéia geral, e um tanto vaga, de equilíbrio entre o bem comum e as liberdades individuais.

O entendimento de como determinado espaço “funciona” relaciona uma possível previsibilidade de ações e práticas naquele espaço, incluindo a exclusão. Afinal, a lei, a ordem e a norma exigem uma espacialidade. Segundo Bauman (2005, p. 43), o espaço ordenado é “governado pela norma, que é uma norma exatamente à medida que proíbe e exclui. A lei se torna lei quando exclui do domínio do permitido os atos que seriam autorizados se não fosse a presença da lei – e de atores que teriam autorização de viver no estado de anarquia.”

Já as normas se encontram presentes no cotidiano em múltiplos territórios também imputando uma lógica de como se portar ou conviver em determinados contextos geográficos. Retomando a modernidade *hardware* de Bauman, Sá (2009, p. 7) apresenta uma plenitude das normas jurídicas e suas geografias

Nesse mesmo atual contexto, e em especial nas escalas micro, vê-se uma plenitude funcional das normas: solidez na delimitação dos espaços de fumar e beber; limites de créditos e débitos; limites às formas de trabalho, ao acesso à saúde privada, ou pública, enfim, um mundo juridicamente *hardware* em que, no cotidiano, a desregulação parece uma fábula para os que fazem e vivem os territórios do cotidiano.

Com a apresentação e ênfase aos territórios no bairro, a necessidade de entender cada conjunto de ordens (bem como suas normas e leis constituintes) implica também apreender sua dimensão geográfica/territorial. A fragmentação do bairro nas propostas de divisão espacial não foi feita por acaso: ela corresponde não só aos contrastes e ordens no bairro da Estação Velha, como também simulam os conflitos presentes na cidade de Campina Grande atualmente e contestam qualquer visão de cidade enquanto todo homogêneo ou harmônico, seja ela em qual tipologia ou classificação se encontrar.

2.3 Território das atividades jurídicas

Abordar o território das atividades jurídicas implica não apenas retratar o cotidiano em suas formas: como parte do Estado e, logo, enquanto instituição social representativa da sociedade, é sabido que tal recorte é marcado pela concentração de tribunais de justiça, casos, ações, processos constitucionais e demais práticas jurídicas. Entretanto, a pura descrição de

tais atividades estaria muito “presa” à noção de forma⁴⁴, sem o estudo de suas relações com a parcela da sociedade próxima e, acima de tudo, do seu papel enquanto objeto espacial definidor de uma concentração de serviços, visto que o bairro da Estação Velha, comumente classificado enquanto residencial, já é visto comumente enquanto o “bairro dos serviços jurídicos”.

Mas aqui reside um cuidado: em páginas anteriores, a confusão sobre a existência do bairro foi exposta e uma delas recai sobre o complexo jurídico. Tal conjunto de elementos é também associado ao bairro da Liberdade, limítrofe da Estação Velha. Entretanto, ao evocar novamente os limites impostos pela cartografia dos órgãos municipais, TODOS os prédios, fóruns, depósitos e tribunais localizam-se dentro dos limites do bairro da Estação Velha⁴⁵ (fotografias 01, 02, 03, 04, 05 e 06). Daí se convém um questionamento inicial: há algum motivo aparente para que o complexo jurídico da cidade se “identifique” mais com a Liberdade do que com a Estação Velha? Apontemos algumas questões norteadoras do debate a seguir:

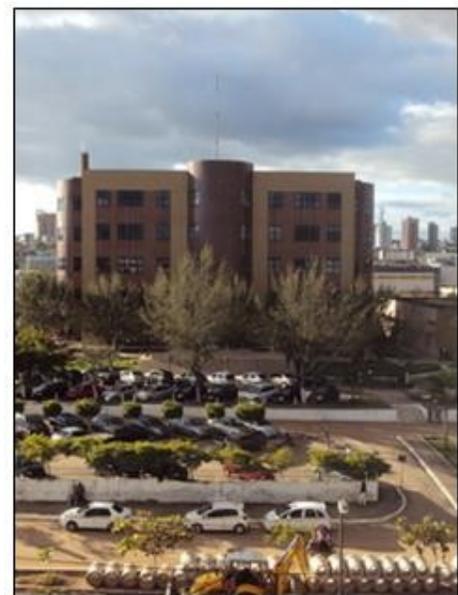
- O complexo jurídico, formado por prédios da Justiça Federal, Depósito Judiciário, Fórum da Justiça do Trabalho, Fórum da Justiça Eleitoral e Fórum Affonso Campos, além do Ministério Público do Estado, ocupa um espaço anteriormente destinado às atividades algodozeiras (visivelmente da SANBRA, com alguns de seus galpões abandonados nas proximidades) e do convento A Caridade. Ambos os usos pretéritos foram citados por moradores do bairro, como colocado anteriormente. As reminiscências desses tempos pretéritos estabelecem restrições físicas nas relações entre o complexo jurídico e o bairro atualmente;
- A construção desses prédios se deu na década de 1990, tendo sua conclusão já no fim da década, além da construção de outros prédios no decorrer dos anos 2000. Entretanto, sua expansão está longe de terminar, na medida em que há, em suas proximidades, espaços constituintes de “vazios urbanos” (solo urbano sem ocupação ou, aparentemente, “sem utilidade”). Talvez um exemplo do uso do território pelas atividades jurídicas sobre o espaço seja a construção do Centro Jurídico Raphael Meyer, um conjunto de salas comerciais preenchidas hegemonicamente por escritórios de advocacia e serviços ligados à

⁴⁴ Forma aqui é vista segundo a concepção de Santos (1985, p. 50) na qual “tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo”. Ao analisar tal noção, Santos (apud CORREA, 1995, p. 28) lembra que “a forma não pode ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora.

⁴⁵ Incluindo-se aí as ruas Edgar Villarim Meira, Antônio de Carvalho Sousa, e proximidades, como a rua Santa Luzia e a travessa Prudente de Moraes

Justiça, e a fixação de alguns escritórios de advocacia nas proximidades. Terrenos próximos de tal complexo seriam alvo de especulação imobiliária por parte de tais agentes (re)produtores do espaço como o setor imobiliário e os donos do solo urbano;

Fotografias 03, 04, 05, 06, 07 e 08: Composição paisagística do complexo jurídico da Estação Velha. Além dos prédios e das recentes obras de reforma do sistema sanitário, destaque para a quantidade de veículos e movimentação cotidiana.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2011.



- O complexo jurídico, em suas estruturas de pouca idade e bem conservadas, apresenta-se como símbolo da arquitetura pós-moderna⁴⁶ e tal simbolismo se manifesta também

⁴⁶ “um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras” (HARVEY, 2010, p. 69).

espacialmente. Entretanto essa arquitetura não surgiu de uma hora para outra, estando inserida em um contexto que, no caso, é o contexto do bairro.

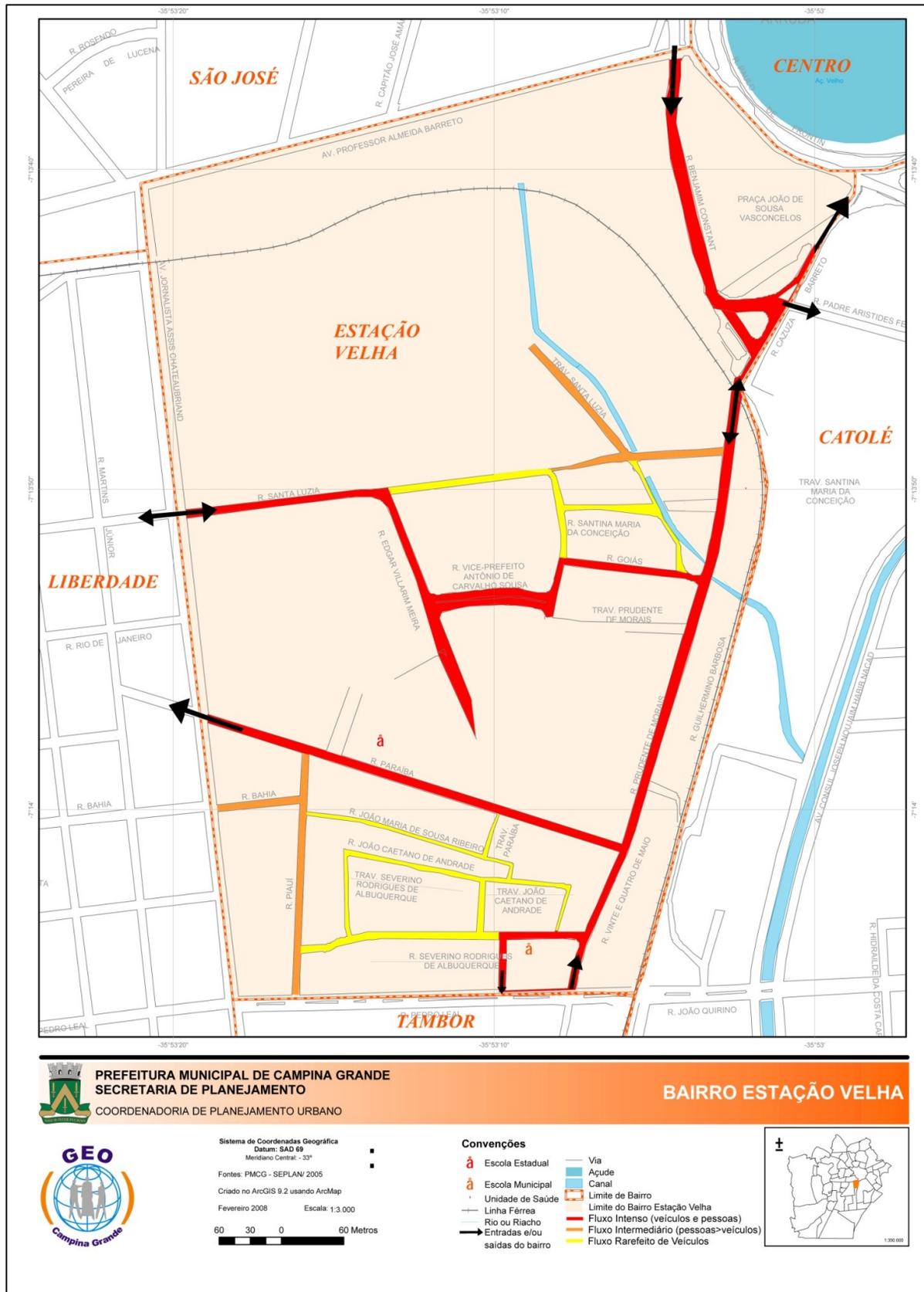
Seguindo regimes diversos de carga horária de trabalho, com folgas semanais para determinados cargos e turnos, o complexo introduziu uma mudança quantitativa e considerável na densidade dos fluxos. São funcionários, advogados, juízes, promotores, defensores e outros profissionais que circulam pelo bairro e fazem de suas ruas (a exemplo da rua Prudente de Moraes) caminhos para os seus trabalhos e/ou suas residências.

Os transeuntes transformaram a pacata dinâmica das ruas, esquinas e cruzamentos em um fluxo constante, às vezes conflituoso aos pedestres, ciclistas e veículos mais humildes como as carroças movidas por animais, ainda existentes no bairro (e na cidade). A representação cartográfica (mapa 06) enfatiza a quantidade de veículos e pessoas, observada não só nesta pesquisa, mas no próprio cotidiano dos moradores do bairro, que atestam a diferença entre os tempos atuais e pretéritos: “Hoje tem mais gente na rua, tem mais carro passando por aqui. A gurizada toma mais cuidado nas ruas, com medo de ser atropelada”, afirma um comerciante do bairro da Estação Velha.⁴⁷

Entretanto, o exposto até aqui respondeu apenas superficialmente uma das questões norteadoras anteriormente propostas. As verdadeiras respostas são escritas no confronto desses objetos jurídicos, símbolos de justiça, cidadania e de certo *status*⁴⁸ aos objetos vizinhos. Sim, porque nas proximidades dos fóruns há territórios vistos com maus olhos, denominados aqui de territórios de exclusão, compostos do que Souza (2008, p. 92) denominou de “territorialidade de baixa definição”. Há uma separação, uma delimitação entre tais territorialidades e essa delimitação é questionada pelos moradores que vivem do “outro lado do muro”.

⁴⁷ Para a confecção desse mapa, se fez necessário a observação diária dos fluxos materiais presentes no bairro. Não se baseia numa amostragem um contagem precisa, mas sim na densidade dos fluxos, na medida em que tal critério não só é percebido com mais veemência na paisagem mas também se faz mais presente no cotidiano dos moradores do bairro.

⁴⁸ Aparentada nas vestimentas e status das pessoas, além do ambiente de trabalho cercado de aparatos estéticos, de conforto e de segurança.



Mapa 06: Fluxos, entradas e saídas do bairro Estação Velha contabilizados a partir de observação direta.
 Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005.

2.3.1 Herança, controle ou descaso? Separando os territórios da justiça e da exclusão

Dentre as marcas pretéritas dos tempos que precederam o complexo jurídico, uma delas foi o muro entre a SANBRA / A Caridade e a antiga “rua da lama” (a atual configuração formada pelas ruas Santa Luzia e Santina Maria da Conceição e suas respectivas travessas). O registro fotográfico a seguir mostra os dois lados de um mesmo muro que divide duas realidades opostas.

Fotografias 09, 10, 11 e 12: Muro visto do complexo jurídico. Aparentemente um muro “neutro”, sua estrutura recebeu uma pequena arborização, além de parte do mesmo ser cercado por instituição de ensino superior particular.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



Talvez a marca maior ou limite (fronteira?) do que foi chamado aqui de desenvolvimento geográfico desigual, esse muro, aparentemente “inofensivo” e um “mero” constituinte do urbanismo de outros tempos, é colocado como símbolo de separação entre as territorialidades. Os moradores do território “escondido atrás do muro” têm opiniões diversas sobre o mesmo: alguns têm plena noção da separação (“cada um no seu lugar”), outros pensaram em demoli-lo, mas a queda de parte dele (fotografia 17) foi prejudicial, segundo a

visão de alguns moradores, já que funcionou como subterfúgio e via de manobra de criminosos no bairro⁴⁹.

Fotografias 13, 14, 15 e 16: Muro visto do primeiro território da exclusão. Diferentemente do “outro lado”, esta versão do muro é marcada pelo compartilhamento das moradias e suas práticas cotidianas (a exemplo das roupas estendidas). Os restos de madeira e compensado são restos de material usado em moradias próximas.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



Fotografia 17: Visão panorâmica da rua antes fechada pelo muro. Rota de fuga para criminosos, segundo alguns moradores da rua. Há, inclusive, narrativas sobre criminosos que conseguiram fugir do fórum e adentraram essa parte do bairro, mesmo com a polícia em seu enalço.

Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2010.

Talvez os maiores contrastes entre esses contextos se manifestem justamente numa das paisagens observadas no percurso até os fóruns pela Rua Prudente de Moraes. Em uma de suas

⁴⁹ O que se constitui, no mínimo, numa manobra audaciosa: em fuga, o criminoso “dá de frente” com um dos maiores símbolos de justiça, lei e ordem: o próprio complexo jurídico.

laterais, tem-se visão de alguns prédios dos fóruns. Entretanto, junto a eles, a comunidade formada por alguns dos habitantes mais pobres do bairro. Uma paisagem desoladora de exclusão, lixo e negação do direito à cidade se contrapõe aos modernos prédios jurídicos (fotografias 18, 19, 20 e 21).

No cotidiano do complexo jurídico, alguns critérios de observação são destacados: *status* (entre o médio e o alto, obtido pelos signos de carros luxuosos, ternos e maletas), estereótipos das pessoas (pessoas ocupadas, engravatadas, importantes, autoridades), função (ações ligadas à justiça e ao direito, além de atividades complementares como agências e caixas de alguns bancos), segurança (espaço gradeado e “cercado” de seguranças e vigílias nas entradas e ao redor dos prédios, câmeras de circuito interno e recentes detectores de metal) e imagens formadas⁵⁰ (“lugar da justiça”, “espaço chique”, beleza predial, cidadania e progresso). Em suma, o contexto do complexo é cotidianamente colocado de forma privilegiada, simbólica, central e comportamental no bairro (e na cidade, mediante o fácil acesso e proximidade com o centro da cidade, por exemplo).

Fotografias 18, 19, 20 e 21: Territórios da exclusão com prédio do Fórum Afonso Campos ao fundo. Detalhe para a casa construída utilizando o próprio muro “divisor” como parede.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva; Emerson José P. Saraiva, 2008 e 2009.



⁵⁰ Criadas, inclusive, por moradores próximos.

Cabe aqui elencar alguns pontos sobre a questão dos usos de tais espaços e sua natureza pública, desde a questão da paisagem até as ações que nele são executadas na busca de direitos e cidadania. Inicialmente, tem-se por espaço público “o lugar onde os problemas se apresentam, ganham uma dimensão pública [...] é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade.” (GOMES, 2006, p. 162).

As práticas de civilidade também devem se fazer presentes no cotidiano dos espaços públicos, como bem reforça Sobarzo (2007, p. 159-160)

Para compreender essa transformação do espaço público, é fundamental partir de sua característica de possibilitador de encontros impessoais e anônimos, os quais devem ser entendidos como instâncias de co-presença, sem um contato profundo com os outros, ou seja, a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão para conhecê-las em profundidade. [...] Nesse sentido, a possibilidade de encontros “civilizados” pode ser entendida como a capacidade social, no espaço público, de se propiciar a reunião entre as diferenças, permitir a mútua observação, o diálogo e a co-presença.

Se um conjunto espacial como o complexo jurídico é, do ponto de vista normativo, público (em seu sentido mais abrangente, enquanto aberto e acessível a todos), as práticas espaciais internas desse contexto mais lembram modelos restritivos, panópticos, havendo uma clara distinção entre as pessoas “de lá”, conhecidas, *insiders* e os visitantes, estranhos, *outsiders*, que devem não só se portar seguindo o código formal das instituições públicas, como também ter plena consciência de que tamanho aparato e “olhos invisíveis” se justificam por sua segurança. Ou melhor, disciplina.

Quando Foucault (2006, p. 119) discutiu a questão da disciplina enquanto submissão, ele abordou a questão prisão não só física, mas também psicológica e percebível. O mesmo autor também aborda a questão da cerca (op. cit., p. 122) e a espacializa enquanto “local protegido da monotonia disciplinar”. Ocorre com isso a formação de um espaço disciplinar controlador e conhecedor de tudo o que se passa

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (op. cit., p. 123).

Tem-se na experiência da vigilância a formação de panóticos: controle das pessoas em um espaço controlado e fechado a partir da visibilidade – vigilância – constante cujo poder se faz sempre presente a partir da sujeição, controle e treinamento⁵¹. Continua Foucault (op. cit., p. 163-166)

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos. [...] O dispositivo panótico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Contrastante a esse contexto jurídico, o território próximo do complexo apresenta baixo *status*, estereótipos das pessoas ligados à pobreza, miséria, criminalidade, violência, função residencial, segurança nula ou garantida pela ação ora de traficantes, ora de policiais locais; e imagens de atraso, subdesenvolvimento, retrocesso, insalubridade.

Tais espaços traduzem uma série de contrastes, um conjunto de valores e sentimentos. Traduzem uma ideologia que aqui, diferentemente da clássica concepção marxista do termo, significa uma “visão de mundo”⁵². As imagens advindas dessa visão de mundo, construídas enquanto representações desses espaços, são traçadas, vivenciadas e pensadas, mesmo que superficialmente, por aqueles que trabalham num espaço ou moram noutro.

A partir do exposto, a pergunta mais latente na relação dessas duas territorialidades / realidades relaciona sua existência: por que essa separação? Seria o muro (e suas reminiscências) uma herança de tempos pretéritos? Ou seria uma forma de controle ou contenção da população mais humilde frente ao poder daqueles ligados à justiça, baseada no dito de que cada um deve estar no “SEU” lugar, com o muro enquanto símbolo do descaso para com a população carente? Transitaria por essas idéias uma ideologia dicotômica entre alto status x baixo status, progresso x retrocesso, segurança x insegurança, avanço x

⁵¹ Infelizmente, a dinâmica dos espaços públicos campinenses não se metamorfoseia unicamente no modelo panótico do complexo jurídico, nem só na Estação Velha. Casos comuns como a apropriação de calçadas por atividades privadas (estacionamento de bares, atividades físicas de academias, vendedores ou agentes ligados ao crédito) ou ruas inteiras (como ainda ocorre em algumas festas de rua ou durante as carreatas eleitorais pseudo-demonstrações de democracia) são exemplos problemáticos.

⁵² “todo signo está sujeito à avaliação ideológica (se é falso, verdadeiro, correto, bom, mal), geralmente coincidindo o domínio do signo e o ideológico, pois nenhum signo passa a fazer parte de nossa consciência se não coincidir com a orientação-ideológica correspondente” (Bakhtin *apud* Kozel, 2004, p. 176).

retrocesso? Numa comparação atrevida, os novos “muros da vergonha” se dão entre objetos “pós-modernos” e “anti-modernos”, objetos que simbolizam riqueza e futuro “contra” objetos ou signos de pobreza e passado.

Para finalizar a análise da dimensão espacial desempenhada pelo complexo jurídico, cabe destacar a questão dos interesses gerados e relacionados a tal contexto pelo mercado imobiliário. Alguns terrenos aparentemente sem uso, são objetos de especulação imobiliária e reservas de valor, na medida em que, por causa do complexo, há uma valorização crescente das ruas e avenidas próximas. Terrenos antes (ou que poderiam ser) ocupados pela moradia, hoje se traduzem em possível fonte de lucro, afinal, a compra de solo urbano não implica apenas o acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infra-estrutura, mas também localização, comodidade e status (MARICATO, 1997). A problemática da especulação imobiliária se faz necessária ao relacionar o espaço urbano enquanto mercadoria estabelecida por determinados atributos (físicos, locacionais, culturais) de um lado e a necessidade residencial/comercial de outro lado.

Em visita a alguns escritórios imobiliários, as opiniões do mercado imobiliário sobre Campina Grande são hegemonicamente otimistas, com projetos⁵³ e ofertas espalhadas pela cidade. Contudo, quando tratados alguns temas como a valorização/desvalorização de uma parte da cidade, como o mercado vê os problemas urbanos ou especificamente quais as perspectivas para a Estação Velha, as respostas não só foram heterogêneas como também demonstraram a lógica desigual do capital especulativo imobiliário na cidade.

Inicialmente, Campina Grande apresenta uma diversidade de terrenos ligados ao crescimento horizontal e expansão para suas franjas rural-urbanas. Terreno é uma palavra chave quando se fala na valorização uma dada localidade. Diz-se um bairro atrativo aquele que dispõe de terrenos para possíveis empreendimentos. Bairros concentrados ou que, simplesmente, “não tem mais onde construir” são considerados estagnados, mas nem por isso desvalorizados. O próprio termo “desvalorização” soou a alguns como um absurdo, não só pelas oportunidades de negócio oferecidas por Campina como também pelo otimismo de mercado e novas dinâmicas obtidas com a instalação de novos objetos espaciais em áreas antes estagnadas. São indústrias, lojas e serviços que se instalam em outros (ou novos) espaços da cidade e geram modificações/impactos em seu entorno.

Por outro lado, tal otimismo se revela contraditório quando colocado em pauta os problemas urbanos. A questão da localização ainda conta como principal critério tomando por

⁵³ Ver, por exemplo, o site www.skyscraper.com, que disponibiliza projetos e empreendimentos imobiliários (futuros ou em andamento). Apesar do público formado por “curiosos”, as imobiliárias são visitantes constantes.

referência o centro ou espaços de coesão de serviços, mas questões de infra-estrutura e expressões da questão social urbana exigem estratégias que envolvem também as políticas sanitárias e sociais do poder local frente a tais realidades. A discrepância no valor dos terrenos e imóveis encontra uma variável que influencia bastante na escolha de projetos e diz respeito à questão da segurança. Morar em determinadas localidades marcadas pelo tráfico ou consideradas de baixo status representa um leque de possibilidades de busca pela segurança, de circuitos fechados de segurança composto por câmeras, até cercas elétricas, muros altos, grades afiadas⁵⁴, cães de guarda e empresas privadas de segurança.

Quando abordados sobre a Estação Velha e o complexo jurídico, as colocações foram divergentes. Alguns citaram terrenos próximos provenientes de algumas casas da Rua Goiás (fotografias 22, 23 e 24) que foram derrubadas pelos donos dos terrenos, desalojando famílias residentes e visando um lucro posterior com revenda de tais espaços.⁵⁵ Outros citaram ruas e avenidas próximas, vista a procura por salas para escritórios de advocacia e serviços relacionados à burocracia (papelaria, digitação, xerox). Houve ainda aqueles que citaram a importância do complexo mas não enxergaram nenhum atrativo mercadológico, na medida em que o bairro ainda possui uma grande “carga” residencial, além dos problemas ligados ao “entorno social”⁵⁶.

Fotografias 22, 23 e 24: Terrenos da Rua Goiás relacionados a especulação imobiliária gerada pela localização próxima ao Complexo Jurídico.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



⁵⁴ Enquanto crescente artificialização do ambiente, tais aparatos se configuram enquanto próteses em um dado contexto que amplificam o poder de vigilância e a sensação de segurança por parte de seus usuários. Tal recurso técnico pode ser enquadrado no que Santos (2008) denominou de tecnosfera.

⁵⁵ Um dos problemas reside no tratamento dado a esses contextos: equipes da prefeitura raramente vão ao local para cortar o mato e checar possíveis focos de doenças e vetores como mosquitos, baratas, ratos e outros animais nocivos. Tais terrenos são também lugares para deposição de lixo doméstico.

⁵⁶ Entorno social é a nomenclatura empregada pelo *city marketing* para classificar “o peso da pobreza” enquanto ambiente ou demanda insolvável para a “mercadoria” cidade. (VAINER, 2009)

Em comparação com outros espaços de coesão na cidade, a exemplo do bairro da Prata e seus serviços clínicos e médico-hospitalares, a questão do entorno tem um impacto negativo na questão de acesso ao complexo (passar por perto de um contexto “mal visto”), tendo como alternativa o acesso pela avenida Assis Chateaubriand, que pelo constante tráfego veicular já vem sendo colocada como ponto de interesse para possíveis clientes do complexo jurídico. Junto a esse exemplo, some-se a construção de prédios para alugar salas de escritórios de advocacia (cujo Centro Jurídico Raphael Meyer é um exemplo por excelência) ou, ainda, pequenos apartamentos ou *kitnets* para universitários que estudam em uma instituição privada de ensino próxima do complexo.

2.4 Territórios da exclusão: abordando os cotidianos da desigualdade político-participativa à inclusão socioeconômica precária

2.4.1 Considerações e apreensões sobre o termo exclusão

Determinados termos incomodam porque são imprecisos ou expressam dada posição política/ideológica/filosófica que gera conflito ao oposto ou ao diferentes. Incomodam porque são taxados de absurdos ou contrariam determinada lógica ou ordem das coisas. Um desses termos é o termo exclusão. Por mais absurda que possa parecer a ideia de exclusão⁵⁷, ela não foi colocada aqui por acaso, nem sem uma reflexão profunda. Da mesma forma, relacionar absolutamente a ideia de exclusão às suas imprecisões e incertezas, representa um risco, um reducionismo que não enxerga tal processo enquanto complexo e multidimensional. Sim, porque a exclusão não se limita à dimensão econômica, à renda, ao acesso a bens e serviços, variáveis comumente associados a sua “medição”. Como lembra Martins (2002, p. 46), não há uma exclusão definitiva e sim processos de exclusão

Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital e cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades.

⁵⁷ Alguns marxistas mais dogmáticos podem recorrer, com certa razão, ao seguinte argumento: “afinal se todos estão inseridos no capitalismo neoliberal contemporâneo (e, conseqüentemente, seguem sua lógica), como alguém não está incluído no sistema? Há algum contexto atual não-capitalista?”

Sendo possível falar em processos de exclusão, também se pode falar de exclusões sociais, econômicas, políticas e culturais, por exemplo. Daí a ideia de uma multidimensionalidade quanto ao tema ou do uso do termo “exclusões sociais” ao invés de “exclusão social”. Como Room *apud* Haesbaert (2009, p. 318) aponta

a exclusão social é multidimensional (em hipótese alguma apenas a ordem econômico-financeira), dinâmica ou mutável (e historicamente definida, acrescentaríamos), encontra-se espacialmente contextualizada (não apenas ao nível de indivíduo-família, mas também de circunvizinhança e “comunidade”), é relacional muito mais do que meramente distributiva (depende da participação/integração social e das relações de poder) e implica um tipo de descontinuidade (mas não a completa separação) na relação entre os “excluídos” e o restante da sociedade.

Antes de apontar as críticas ao uso da exclusão para apreensão de dada realidade social, convém iniciar o debate com a origem do termo e algumas definições. Como coloca Escorel (2006, p. 51) a origem do termo exclusão é atribuída a uma obra de René Lenoir de 1974, baseada em escritos de Foucault sobre poder, controle e segregação. Relatórios e documentos do governo francês passaram a fazer uso de tal nomenclatura, mas, foi a partir das obras de Castel, sobretudo *As metamorfoses da questão social*, que a exclusão ganhou uma matriz mais teórica, apresentando-se enquanto “nova” questão social.⁵⁸ Ainda segundo Escorel (op. cit., p. 52), “a exclusão foi então percebida como uma marca profunda de disfunção da sociedade que assume uma multiplicidade de formas e que se caracteriza por um processo simultaneamente temporal, espacial e social”. Sintetizando suas posições sobre o tema, para a autora, a exclusão é colocada enquanto processo e enquanto estado, ambos caracterizados negativamente

A noção de exclusão social designa, ao mesmo tempo, um processo e um estado. Um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento. As formas de exclusão social podem ser caracterizadas por trajetórias de labilidade dos vínculos sociais até a sua ruptura completa, atravessando terrenos de dissociação ou desvinculação. [...] A categoria de exclusão social é construída a partir de uma unidade de características negativas, definidas por oposição. Daí boa parte dos grupos sociais a que faz referência também ser nomeada como ‘os sem’ (terra, trabalho, pão, teto...). Sob a denominação de exclusão social são agrupadas análises sobre a marginalização

⁵⁸ Debates em áreas como sociologia e serviço social discutem sobre a existência de uma “nova” questão social. Tomando por questão social a definição anterior proposta para esse trabalho, o que se tem hoje não é uma nova questão social, mas sim um agravamento de tais expressões, a exemplo do desemprego estrutural, do aumento na concentração de renda e do constante ataque às políticas e direitos sociais.

econômica, a segregação por motivos étnicos ou raciais, a discriminação de gênero ou sexual, a proscricção pela privação material, a destituição dos direitos e a eliminação física pelos extermínios, chacinas, etc.

Apesar de sua origem francesa, o termo exclusão tem sinônimos de outras nacionalidades a exemplo da noção de *underclass* ou subclasse

Gente que não se soma a qualquer categoria social legítima, indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor, indispensáveis, em geral realizadas pelos membros “normais” da sociedade; gente que não contribui para a vida social (BAUMAN, 2009, p. 24).

Partindo da premissa de subclasse enquanto classe indesejada, Bauman (op. cit., p. 25-26) trata a exclusão e a criação de estereótipos

Underclass e “criminosos” são duas subcategorias de “elementos anti-sociais” que diferem uma da outra mais pela classificação oficial e pelo tratamento que recebem que por suas atitudes de comportamentos. Assim como aqueles que são excluídos do trabalho, os criminosos (ou seja, os que estão destinados à prisão, já estão presos, vigiados pela polícia ou simplesmente fichados) deixaram de ser vistos como excluídos provisoriamente da normalidade da vida social. Não são mais encarados como pessoas que seriam “reeducadas”, “reabilitadas” e “restituídas à comunidade” na primeira ocasião, mas vêm-se definitivamente afastadas para as margens, inaptas para serem “socialmente recicladas”: indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das leis.

Discutindo sobre a questão da exclusão e sua relação com a sociedade, Castel (2008, p. 568) busca esclarecer

É necessário manejar esse termo com infinitas precauções. Volto a ele uma última vez: a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. [...] Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram.

Ao abordar o processo de modernização capitalista no Brasil, a exclusão é mencionada por Pimenta (2003, p. 73)

As sucessivas modernizações sem desenvolvimento, que acompanharam todo o processo histórico nacional, não fizeram senão acumular uma multidão de excluídos da cidade e do campo que, sem a proteção do Estado e sem conhecimento de uma prática de cidadania, vêm receber a flexibilização das relações de trabalho, impostas pela crise, de forma desarmada.

Falando de Brasil, não é necessário muito esforço para lembrar como a lei e a cidadania encontram desafios e aplicabilidades diferenciadas entre o legal-formal e o cotidiano-prático. Tanto a lei como a cidadania também discutem uma possível exclusão. A exclusão do ponto de vista da lei é tratada por Bauman (2005, p. 43)

Do ponto de vista da lei, a exclusão é um ato de auto-suspensão. Isso significa que a lei limita sua preocupação com o marginalizado/excluído para mantê-los fora do domínio governado pela norma que ela mesma circunscreveu. A lei atua sobre essa preocupação proclamando que o excluído não é assunto seu. Não há lei para ele. A condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela.

A conhecida realidade legislativa brasileira, comumente associada ao “jeitinho brasileiro”, também merece destaque por parte de Schwartzman (2004, p. 37)

O Brasil tem uma longa tradição de colocar, nas leis, direitos que acabam não sendo implementados, ou só o são de forma muito limitada, levando a uma oposição entre o “legal” e o “real” que faz parte, de longa data, do imaginário político e intelectual da nação. No mesmo sentido, a idéia de “leis que não pegam”, também recorrente no léxico nacional, sugere situações nas quais fracassam esforços de incorporação à cidadania. Geralmente, “leis que não pegam” dizem respeito a projetos de inclusão frustrados, à persistência de exclusão apesar da legislação. Por sua vez, leis que na prática excluem alguns indivíduos de seus rigores são percebidas como leis que se aplicam apenas aos que não pertencem a alguma comunidade de interesses: daí a expressão “aos inimigos, a lei”.

Uma outra contribuição à discussão sobre exclusão sem adentrar em sua geografia vem das reflexões de José de Souza Martins. Este autor, conhecido pela preocupação e pesquisa social, aponta dois posicionamentos, ambos com cautela, sobre o tema da exclusão. Inicialmente, a questão é inserida no contexto das classes sociais. Segundo Martins (2002, p. 16)

Pessoas situacionalmente pertencentes à mesma classe social, como é o caso da classe operária, podem estar incluídas e/ou excluídas. Elas podem estar integradas ou não nos mecanismos reprodutivos das relações sociais, mediados pelo princípio da igualdade jurídica e formal. Embora possam estar, ao mesmo tempo, socialmente excluídas e economicamente integradas nos mecanismos de reprodução ampliada do capital. Portanto, contraditoriamente situadas em face das possibilidades de participação plena nos meios de afirmação da sociedade contemporânea, como o mercado, o consumo e a propriedade.

Ao relacionar exclusão e pobreza⁵⁹, o autor supracitado aponta e critica um reducionismo comum em algumas análises (op. cit., p. 20)

É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material. Isso é pobreza de interpretação. A pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fosse objeto e não mais sujeito (op. cit., p. 20).

Contudo, a análise do autor também crítica o uso dos termos “exclusão” e “excluído” sobre suas dimensões conservadoras. Martins coloca (op. cit.) que, geralmente, a ideia de exclusão parte de alguém que está inserido na ordem social vigente. Os “excluídos” também são colocados como “bandeira de luta” para aqueles que pretendem inseri-los cegamente, como se a sociedade inserida fosse um modelo harmônico.⁶⁰ Frente às políticas de inserção e integração, os excluídos não dispõem de uma organização política que possa fazer frente a uma ordem exógena. No bairro da Estação Velha, como se verá a seguir, essa dificuldade sociopolítica é cotidianamente visível.

Um dos espaços mais visíveis da exclusão diz respeito às cidades. Os anseios e os desafios em face da urbanidade dizem respeito a um cotidiano constantemente incerto, como coloca, pessimistamente, Bauman:

O mundo-de-vida dos outros, dos cidadãos da “última fila é exatamente o contrário. Em geral, para defini-lo, diz-se que está fora das redes mundiais de comunicação com as quais sintonizam suas próprias vidas. Os cidadãos da última fila estão “condenados a permanecer no lugar”. Portanto, espera-se que sua atenção – cheia de insatisfações, sonhos e esperanças – dirija-se inteiramente para as “questões locais”. Para eles, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate a luta – às vezes vencida, mas com maior frequência perdida – para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo (BAUMAN, 2009, p. 28)

Espacialmente, a exclusão aqui apontada se baseia em duas ideias ligadas ao território. A primeira diz respeito à exclusão territorial proposta por Rolnik (2004); a segunda provém dos aglomerados humanos de exclusão trabalhados por Haesbaert (2008 e 2009). Rolnik (2004, p. 113), assim justifica a escolha terminológica para caracterizar a exclusão territorial,

⁵⁹ Tendo em mente a precaução colocada pelo autor, a exclusão estaria relacionada (mas não totalmente ou reduzida a ela), na tipologia proposta por Santos (2009), à pobreza estrutural globalizada.

⁶⁰ Caso semelhante se encontra na contraposição entre cidade legal e cidade ilegal, como se a primeira fosse um modelo igualitário e justo a ser pretendido pela segunda.

Escolhemos o termo “exclusão territorial” com a proposta óbvia de relacioná-la com o conceito de exclusão social, muito mais do que com pobreza ou disparidades sociais. Esse conceito – que relaciona a acumulação de deficiência de várias ordens à vulnerabilidade – tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a participação em redes de instituições sociais e profissionais. A exclusão social é vista como uma forma de analisar *como e por que* indivíduos e grupos não conseguem ter acesso às possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias ou beneficiar-se delas. A noção de exclusão considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto não só a falta de acesso a bens e serviços – que significam a satisfação de necessidades básicas – mas também a ausência de acesso a segurança, justiça, cidadania e representação política.

Já aglomerados humanos de exclusão se tratam de um contexto abordado por Haesbaert em alguns de seus trabalhos. Inicialmente introduzindo uma definição de aglomerado ligado a confusão existente entre conjuntos, agrupamentos, amontoamentos, o autor define tais aglomerados abstratamente (op. cit., 2008, p. 185) enquanto “grupos marginais no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis.” Complementa o autor em obra posterior (op. cit., 2009, p. 313)

Escolhemos a expressão “aglomerados de exclusão” para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de “desterritorialização” – ou de “territorialização precária” – a que estamos nos referindo, a começar pelos próprios significados que carrega no senso comum.

Se o aglomerado de exclusão, ainda segundo o autor (op. cit., 2008) se associa ao “não-regulado/ordenado”, e ao imprevisível, cabe questionar se a presença de uma ordem ou regulação, mesmo que precária, negaria tal natureza. Se tal aglomerado não apresenta uma ordem segundo os contextos em que se faz presente, não significa que uma ordem alternativa à vigente, seja ela econômica ou política, não se faça presente. As disputas territoriais, também traço marcante dos aglomerados, são fruto dos contrastes entre uma ordem vigente (por exemplo, a gestão municipal) e uma contra-ordem (do tráfico de determinada localidade, também exemplo). Essa nova ordem configura uma reterritorialização, como segue o autor (OP. CIT., p. 187)

Há momentos, entretanto, que a reterritorialização “marginal” (= à margem da territorialização legal ou dominante) se impõe de tal forma que o que era um aglomerado passa a conformar nítidos territórios, segregados porém internamente coesos e “seguros” para quem partilha de suas regras e valores.

Ao se aplicar a ideia dos aglomerados de exclusão ao contexto vivido da Estação Velha, tal contexto territorial estaria relacionado, segundo a tipologia do autor, em um aglomerado do tipo “tradicional” (op. cit., p. 195), “situações endêmicas de exclusão social e fome, geralmente via uma segregação que confina grupos sociais em áreas ecologicamente frágeis e/ou isoladas”.

2.4.2 Voltando ao bairro da Estação Velha

Os territórios denominados da exclusão se referem às ruas Santa Luzia e Santina Maria da Conceição (e pelas travessas de mesmo nome), localizadas no Nordeste do bairro; à Rua Guilhermino Barbosa (também conhecida como “linha do trem”, composta de quatinhos e casas por trás das casas da Prudente de Moraes), ao Leste; além da área entre as ruas Severino Rodrigues de Albuquerque e João Caetano de Andrade (e suas respectivas travessas), ao Sul do bairro.

Tais territórios contêm algumas das habitações da origem do bairro, acompanhando sua constituição desde a década de 1910, conforme relato dos moradores mais antigos. Como “humildes ruas de trabalhadores”, sem as regalias de espaços “mais nobres”, este espaço foi crescendo sem uma organização ou planejamento adequados (assim como o bairro e a cidade, onde políticas públicas foram e ainda são seletivas). Ao passo que ocorria a valorização e ocupação de outras áreas e funções na estrutura do bairro, tais espaços sofreram com problemas pretéritos (com destaque à questão sanitária infra-estrutural), além de novos surgidos cotidianamente, sobretudo relacionados à ocupação do solo urbano. Mediante a necessidade de moradia e uso do espaço pela população, conflitos deram início aos processos de ocupação.

Esse processo se estruturou entre as primeiras décadas da existência do bairro, sofrendo mudanças em sua morfologia até os dias atuais⁶¹. As ocupações não se fixaram em um único ponto do bairro, se configurando em várias ruas e travessas. A primeira inserção precária se deu nas porções Nordeste e Leste do bairro, seguida pela invasão no Sul do bairro (primeira, segunda e terceira exclusões, respectivamente). Inicia-se pela primeira territorialidade exclusiva.

⁶¹ Como exemplo de sua atualidade, há na ocupação ao sul do bairro uma “nova travessa” criada pela disposição das moradias existentes. Quando em pesquisa de campo, essa travessa foi batizada de “A”, pelo fato desta não ter uma denominação formal. Salienta-se que na travessa “A” os moradores usufruem os serviços e as infra-estruturas ofertadas nas ruas vizinhas.

Os primeiros moradores tinham ligações com as atividades relacionadas ao fixo espacial da estação ferroviária, exercendo desde pequeno comércio de itens de subsistência até viagens pelos pontos de circulação desse meio de transporte. Atualmente, um dos traços dessa primeira territorialidade é a questão dos movimentos cotidianos da população (incluindo nela uma boa parcela sem grande ocupação fixa) durante o dia e movimentos isolados durante a noite, envolvendo o “poder paralelo” do tráfico de drogas⁶².

Essa parte do bairro é formada por poucas ruas (fotografias 25, 26, 27 e 28), mas grande quantidade de residências, divididas em casas, casebres e quartos. As condições de vida e infra-estrutura variam de acordo com o trecho analisado. Há ainda nessa primeira realidade pequenas barracas onde se consomem gêneros alimentícios. Boa parte da população transita entre esses espaços e as ruas centrais do bairro, sobretudo à Rua Prudente de Moraes, consumindo alguns serviços e produtos oferecidos em tais lugares. A paisagem desse espaço ainda é marcada pelos contrastes de moradia, a exemplo das estruturas construídas com pedaços de tábuas, uma forma precária para proteger pequenas plantações ou ainda evitar acidentes relacionados ao canal nas proximidades⁶³. Destaque ainda para os becos e vielas contendo quatinhos e utilizados como lugares suspeitos e perigosos durante o horário noturno

A segunda territorialidade é formada pelo que se convencionou chamar de “linha do trem”. Metodologicamente, a Rua Guilhermino Barbosa é a única área limítrofe analisada profundamente: além de seu limite (Estação Velha – Catolé) não ser a rua em si (mas sim a linha férrea), junto à Cazuzza Barreto são os únicos limites que se identificam com o bairro⁶⁴. Identidade construída pelos próprios habitantes, que não só se fizeram presente nos primeiros momentos do bairro, como também utilizam serviços das ruas centrais e circulam cotidianamente pelas mesmas.

⁶² Melhor discutido no próximo capítulo.

⁶³ Segundo os moradores, tais estruturas também são utilizadas para consumo de drogas ou ainda esconderijo de criminosos, dentre eles traficantes.

⁶⁴ A Rua Pedro Leal é comumente associada ao Tambor, enquanto Almeida Barreto “faz parte” do São José e a Assis Chateaubriand “pertence” à Liberdade.

Fotografias 25, 26, 27 e 28: Pluralidade paisagística do primeiro território da exclusão. Destaque aos diferentes tipos de residências, o pequeno comércio e a quase ausência de veículos.
 Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



Sua configuração (fotografias 29, 30 e 31) revela constante cobertura vegetal, composta de gramíneas e plantas rasteiras de pequeno porte (no “popular”, mato)⁶⁵, além de alguns tipos de residência relacionados às ruas opostas (Prudente de Moraes e Vinte e Quatro de Maio), ora por serem continuação das residências dessas ruas, seja por serem casas que compartilham muros ou infra-estrutura sanitária.

⁶⁵ Tal cobertura vegetal se associa à noção de “esconderijo”: lixo, animais e insetos, além de criminosos que se utilizam de tal recurso para se camuflar.

Fotografias 29, 30 e 31: Visões do segundo território da exclusão. Destaque à cobertura vegetal e ligação com as ruas opostas. Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



A terceira territorialidade da exclusão localiza-se ao sul do bairro. Diferentemente dos anteriores, cujas estruturas já se encontram de certa forma cristalizadas pelo tempo, esse último contexto possui uma constituição incompleta, na medida em que determinados objetos ainda estão se moldando, havendo inclusive a formação de novas estruturas que sequer “existem no mapa”, além de contrastes de infra-estrutura em suas ruas (fotografias 32, 33, 34, 35, 36 e 37).

Uma das características singulares desse território se dá na construção de imagens de seus moradores no cotidiano. As diferenças entre a “parte boa” e a “parte ruim” dessas porções do bairro se manifestam em suas ruas, de forma que o estigma carregado não se dá homoganeamente: os “vizinhos” ou a “rua de trás” são vistos, dependendo do ponto de vista, como o problema ou ainda uma má vizinhança. A criação de estereótipos⁶⁶ se dá de forma indistinta a partir de características, boatos (às vezes falsos), preferências, traços do cotidiano e dessa criação, a construção de uma identificação social nas quais suas diferenças acarretam

⁶⁶ Dependente “principalmente da posição social e cultural dos indivíduos e dos grupos” (LAKATOS; MARCONI, 1982, p. 104).

Fotografias 32, 33, 34, 35, 36 e 37: Ruas e travessas do terceiro território da exclusão. Algumas ruas foram pavimentadas na década de 1990, enquanto outras permanecem de terra. Tais ruas também se apresentam estreitas e funcionam como “extensões” das residências.
 Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



uma legitimação ou “naturalização” do *status quo*. Apresentando a noção de identidade territorial, Haesbaert (1999, p. 177) conota a identidade de poder alertando que

O poder da identidade social é tanto mais forte quanto maior for sua eficácia em “naturalizar” esta identidade, tornando puramente “objetivo” o que é permeado pela subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma “construção natural” a-histórica e aparentemente imóvel.

Os relatos dos moradores sobre a historicidade desses territórios retratam o que a literatura convencionou chamar de “cidade ilegal”. Entretanto, na existência de uma cidade

“ilegal”, a cidade “legal” também não é nenhum modelo de justiça social para com os habitantes⁶⁷, ou ainda cidade desenvolvida⁶⁸. “Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção [...] O loteamento ilegal e a favela são as alternativas mais comuns de moradia da maior parte da população urbana de renda baixa e média baixa”, conforme aponta Maricato (2003, p. 79-80).

Daí a necessidade de se comparar contextos históricos diferentes: se nas primeiras décadas do século passado a cidade ainda se constituía enquanto tal, Campina Grande, hoje centro urbano de destaque regional e de projeção nacional, ainda não possui um planejamento urbano digno de seus habitantes, inseridos nas classes sociais do modelo capitalista neoliberal, e às vezes nem na sociedade se inserem na medida em que não acompanham ou seguem certos padrões.

Ao correlacionar invasões, favelas e outros espaços socialmente marginalizados, é visível a forma como tais contextos em muito se parecem. Se de um lado, as causas são as mesmas (sendo a principal a necessidade de moradia), as diferenças residem nas formas de ocupação: as ocupações/invasões são coletivas e apresentam um mínimo grau de planejamento. Segundo Rodrigues (1991, p. 43)

As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se. Esta ocupação da área ocorre no mesmo dia para todo um grupo. As ocupações caracterizam-se por uma mobilização anterior. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros “multirões”, em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras.

É notório observar os processos de ocupação aqui são causados pela mesma “negação do espaço”: a cidade produto das desiguais relações sociais de uma sociedade capitalista muitas vezes nega o direito à cidade e às condições dignas de (sobre)vivência. Essas alternativas não estão por acaso: elas representam práticas espaciais de seletividade e marginalização espacial (trabalhadas por CORRÊA, 2008, p. 35-43) e suas consequentes lógicas. A uma escala urbana e sobre a questão de moradia, essas práticas ratificam o processo de segregação socioespacial e a formação de territórios.

Convivendo, entrevistando e conversando com os moradores desses contextos, fica notório o fato de que a maioria quase absoluta destes possui condições precárias de vida,

⁶⁷ É importante lembrar que há uma lógica “dona” do jogo imobiliário e de uma parte de culpa sobre a negação do espaço.

⁶⁸ A respeito do real objetivo do desenvolvimento, enquanto redistribuição de renda com crescimento e satisfação das necessidades básicas, ver Souza (1996).

baixos níveis de renda (com conseqüente baixa capacidade de consumo), pouco nível de instrução, violência urbana e a negação do espaço. Comprova-se que os moradores desses espaços são tão vítimas quanto aqueles que criam os estereótipos cotidianos do bairro. Dessa caracterização, retoma-se a discussão entre exclusão e integração simultaneamente, como aponta Souza (2006, p. 495)

Os favelados não são apenas “excluídos”, e o enfoque da *urban underclass* não dá conta da situação, além de se apresentar, com freqüência, ideologicamente enviesado. Eles são, como consumidores e cidadãos, excluídos da maior parte dos benefícios do sistema, de muitos direitos sociais e até de certos direitos civis; mas na condição de trabalhadores, acham-se integrados à economia capitalista e são úteis a ela, mesmo quando engrossam as fileiras do exército da informalidade.

Numa abordagem *in loco*, pode-se comprovar e perceber alguns traços do cotidiano das ocupações na Estação Velha. O contexto aqui observado é constituído de uma população pobre, em sua esmagadora maioria, sobrevivendo de programas assistencialistas do governo em suas várias esferas. A educação dos jovens muitas vezes fica restrita ao ambiente escolar, visto que muitos andam pelas ruas, conversam, se divertem e não dispensam uma boa partida de futebol no final da tarde. As opções de lazer são poucas: além do futebol, os jovens também guardam algumas poucas economias para o mundo eletrônico dos videogames e computadores em locadoras e *lan houses*, respectivamente. Já os mais velhos aproveitam o ócio nas esquinas e calçadas conversando, jogando dominó e visitando os bares, uma das poucas opções existentes para o lazer dessa população.

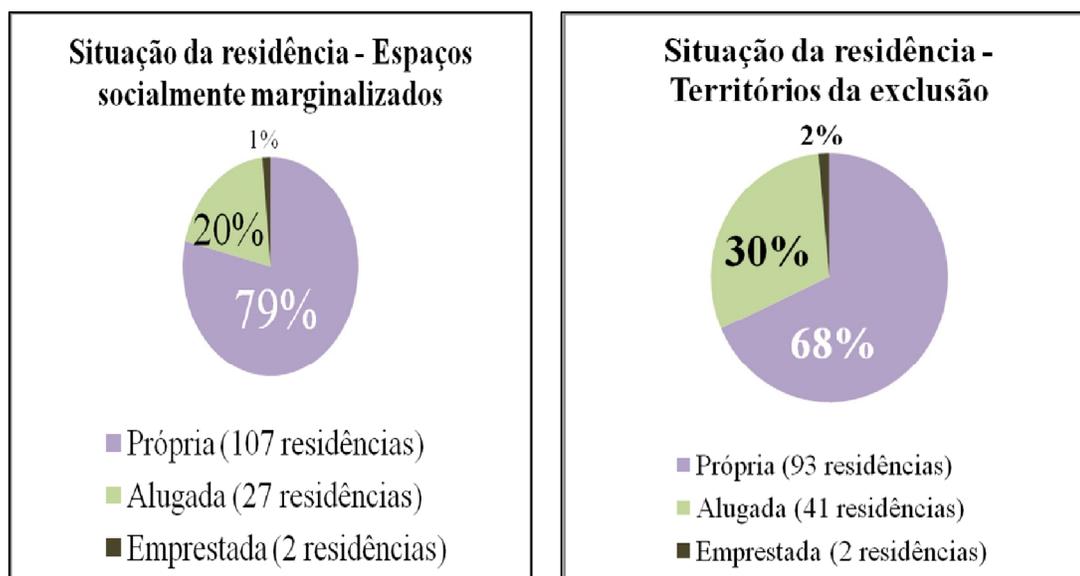
Quando se toma como referência o bairro da Estação Velha, é possível distinguir uma mentalidade claramente formada entre aqueles que convivem com as desigualdades sociais e aqueles que sofrem seus efeitos, numa referência a “nós” e os “outros”. Os territórios “dos outros” carregam estereótipos violentos e temidos por parte da comunidade campinense na medida em que muitos preferem traduzir esses “espaços marginalizados” como uma alternativa para aqueles cujo espaço urbano lhes foi negado.

2.5 Questões e comparações estatísticas (mas indo além disso)

Nesse momento, serão utilizados dados e informações de dois momentos dos contextos de exclusão apresentados anteriormente: dados coletados em 2007 (provindos de trabalho anterior já mencionado, enquanto espaços socialmente marginalizados) e dados coletados recentemente em 2011 (enquanto territórios da exclusão). Procurando evitar o erro

de uma mera comparação ou a busca por um “tipo ideal” (nos moldes weberianos), explica-se que tais territórios foram selecionados pelo seu papel junto ao cotidiano dos moradores do bairro. A análise aparentemente quantitativa nesse caso revelou faces e realidades qualitativas diversas no decorrer do tempo, de tal maneira que os contrastes e contextos fogem de um pensamento puramente economicista para uma compreensão complexa das relações sociopolíticas. Foram enfatizadas porcentagens de forma a facilitar as comparações e respeitar a quantidade de informações coletadas em cada um dos espaços, respeitando a quantidade de residências consultadas em ambas as áreas e coletas, 136 residências.

As variáveis adotadas foram: situação da residência, valores de IPTU, quantidade de trabalhadores, situação dos chefes de família não-trabalhadores, recebimento de benefícios, renda mensal dos chefes de família e renda mensal familiar. A escolha de tais variáveis manifestou uma preocupação ligada à questão das condições de vida no contexto escolhido, bem como buscaram mostrar as mudanças ocorridas no intervalo de tempo decorrente. Não se trata de uma simples atualização de dados, mas sim de tentar ilustrar a dinâmica da população residente.



Gráficos 01 e 02: Situação das residências no decorrer dos anos.
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.

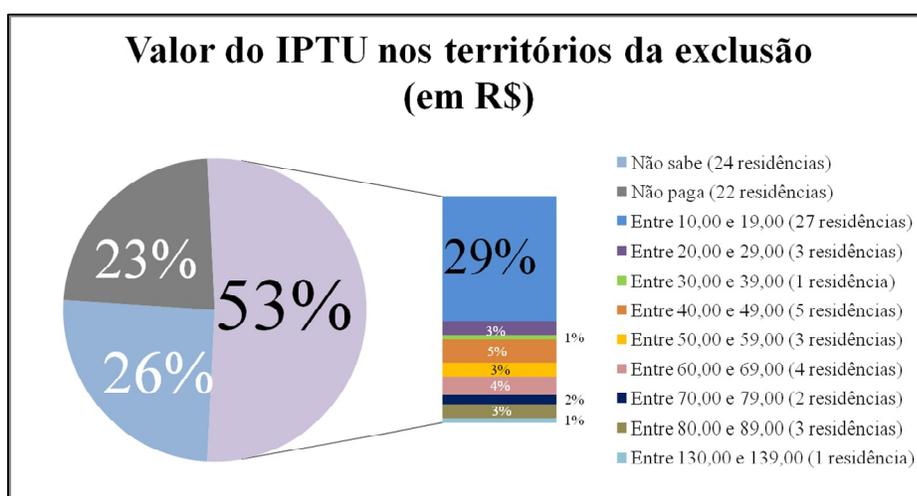
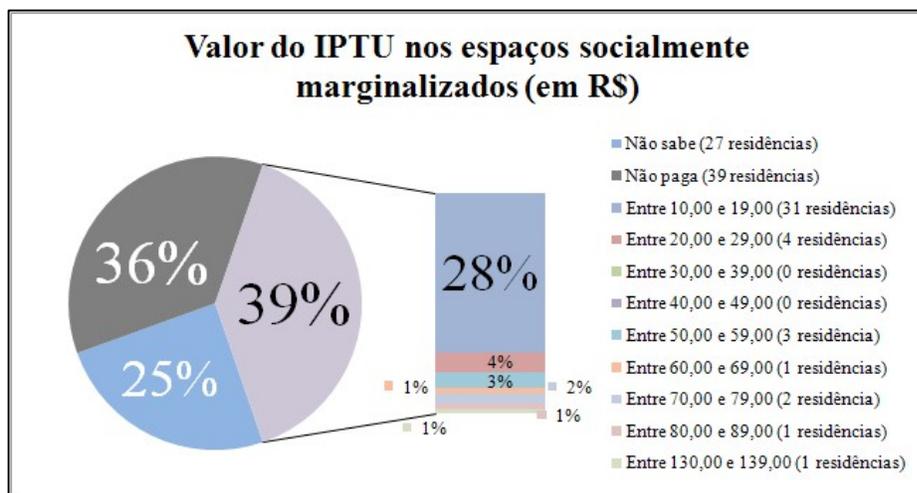
Os gráficos 01 e 02 contemplam a natureza das residências nos pretéritos espaços socialmente marginalizados e atuais territórios da exclusão. Segundo a pesquisa, as quantidades de casas emprestadas continuam as mesmas, contudo ao passo que as casa próprias diminuíram, as quantidades de residências alugadas aumentaram. Quando da visita *in loco* no ano de 2011, algumas casas próprias foram colocadas para aluguel, mediante

migração dos donos para outros bairros, visando uma forma de renda provinda de tal atividade. Tais casas possuem valores de alugueis que levam em conta não só a especulação imobiliária e a localização das residências, como também estão “incluídos no pacote” o arcabouço de infra-estrutura da casa e demais aspectos sanitários.

As casas próprias apresentaram durante as coletas de dados ora desinformação com relação ao pagamento de IPTU (com margens de 25 e 26% de entrevistados que não sabiam se pagavam ou quanto), ora não pagamento da taxa ou ainda a afirmação de pagamento de tal imposto, de forma que os valores dos contribuintes estiveram próximos (gráficos 03 e 04). Contudo, na segunda visita, mais residências passaram a pagar o imposto, como mostra o aumento de 39% a 53%. Intervalos de valores que antes não continham nenhuma residência, agora possuem unidades.

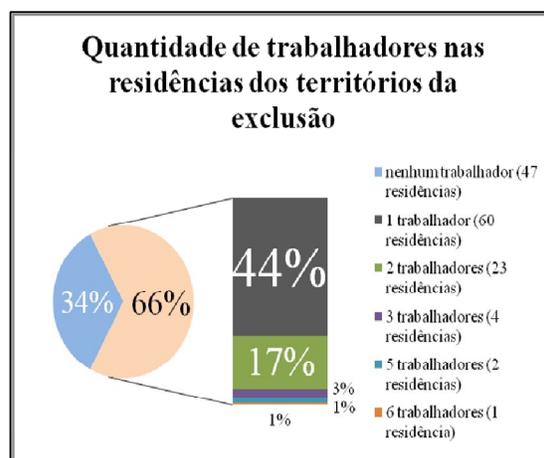
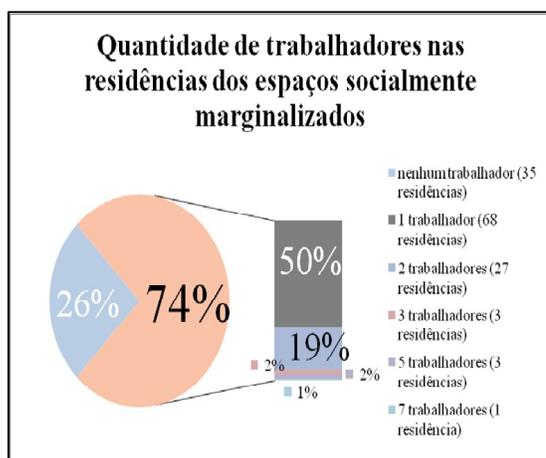
A respeito do pagamento do IPTU, faz-se necessário um debate a respeito do uso de tal imposto (ou mesmo em que ele poderia ser utilizado). O não pagamento de quase 36% dos entrevistados em 2007 e de 23% das residências visitadas mais recentemente cria três grupos: aqueles que recebem isenção do imposto; um segundo grupo no qual o imposto é cobrado mas não se tem condições de pagamento e ainda um terceiro grupo que recebe a cobrança mas a ignora. Tal contexto implica na ausência nos cofres públicos de fundos que deveriam ser destinados às melhorias e necessidades da população.

Sabe-se que nos últimos anos, o bairro da Estação Velha vem recebendo alguns investimentos, seja na instalação da Unidade Básica de Saúde da Família, seja pela pavimentação recente de algumas ruas. Entretanto, a natureza de algumas dessas obras tem muitas vezes um fundo eleitoral ou o caráter de uma solução parcial. É o caso, por exemplo, do canal próximo a um dos territórios, aquele próximo do complexo jurídico. Reivindicação antiga, tal canal não foi coberto e ainda se mostra enquanto problema para a população moradora daquele lugar.



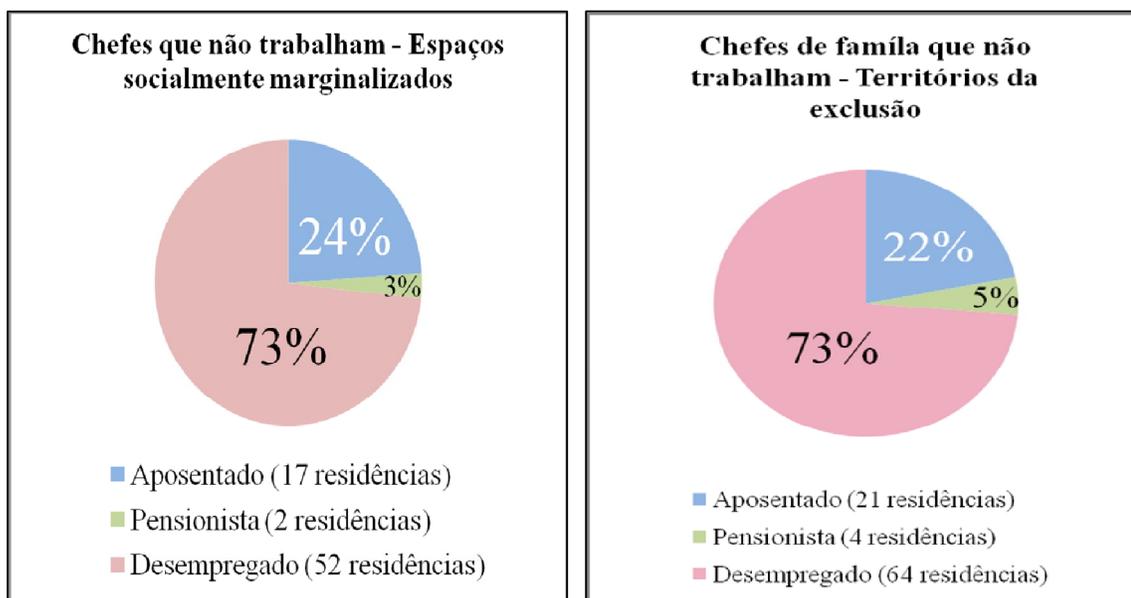
Gráficos 03 e 04: Valor do IPTU no decorrer dos anos
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.

Com relação ao perfil socioeconômico de tais contextos, os gráficos a seguir trazem dados para um debate.

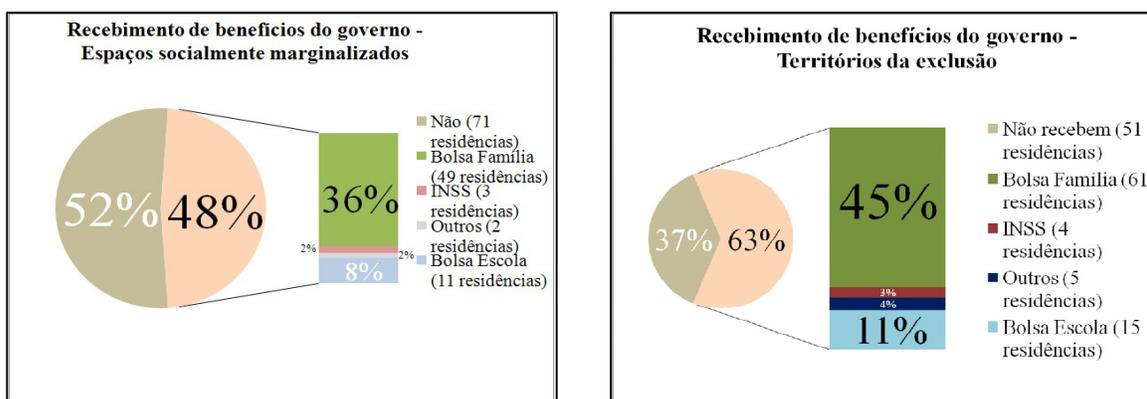


Gráficos 05 e 06: Quantidade de trabalhadores no decorrer dos anos
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.

Com relação à quantidade de trabalhadores (gráficos 05 e 06), quase 30% das residências visitadas nos dois intervalos de tempo não possuem trabalhadores em suas residências. Contudo, a ideia de trabalhador aqui procurada é daquela associada ao mercado formal de trabalho. Em alguns casos, foram constatadas pessoas ocupadas em “bicos” e em trabalhos temporários, informais e/ou não fixos. Dentre os casos de trabalhadores na residência, as maiores ocorrências tiveram 1 trabalhador “sustentando” a família, seguidas de casos em que havia dois trabalhadores.



Gráficos 07 e 08: Situação dos chefes de família que não trabalham no decorrer dos anos.
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.



Gráficos 09 e 10: Recebimento de benefícios do governo no decorrer dos anos.
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.

Os gráficos 07, 08, 09 e 10 mostram algumas das fontes de renda relacionadas ao chefe da família. Nos dois primeiros, a quantidade de desempregados chama a atenção,

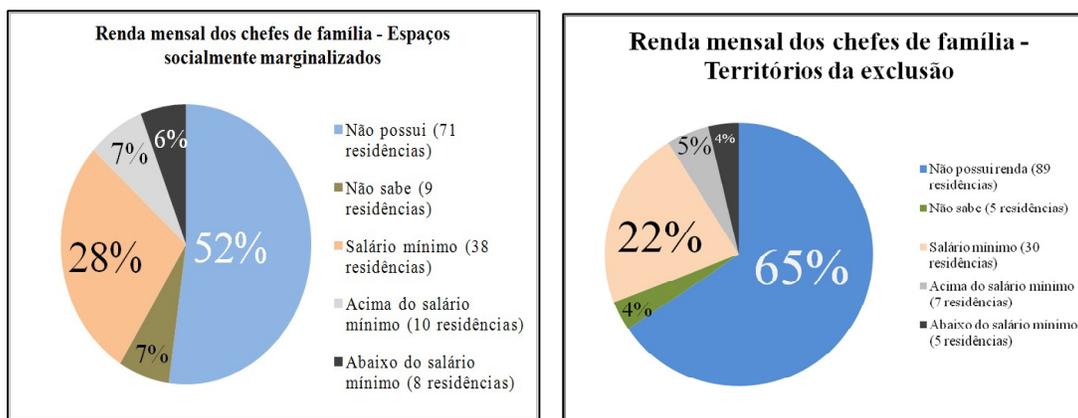
sobretudo pelo aumento quantitativo (mais 12 residências) na visita mais recente, apesar da mesma porcentagem. Em alguns casos, o desemprego deixou de ser algo temporário e passageiro para se agravar. Deixa-se de “estar” desempregado para “ser” desempregado. A situação chega a ser alarmante em tais lugares, contando com 73% dos entrevistados desempregados. A respeito do contexto de exclusão trabalhista, Bauman (2009, p. 23) afirma que

A exclusão do trabalho é vivida mais como uma condição de “superfluidade” que como a condição de alguém que está “des-empregado” (termo que implica um desvio de regra, um inconveniente temporário que se pode – e se poderá – remediar); equivale a ser recusado, marcado como supérfluo, inútil, inábil para o trabalho e condenado a permanecer “economicamente inativo”.

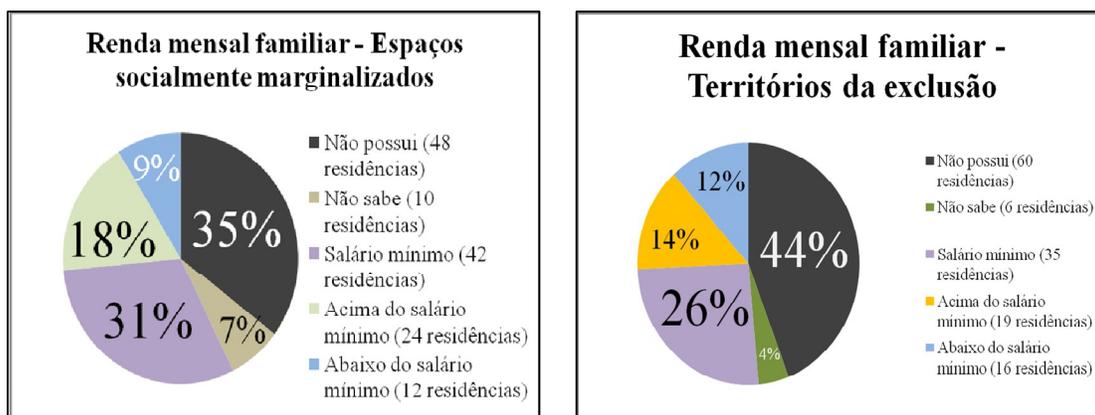
Menção também aos pensionistas e aposentados, muitas vezes colocados nas condições de patriarca ou matriarca que sustenta toda uma família, tendo em alguns casos, inclusive, filhos e familiares que administram o benefício para diversos usos. Entretanto, sabe-se que uma aposentadoria não “faz milagres”, muitas vezes persistindo a desafiante tarefa de sobreviver a cada dia.

Como “alternativa” ao contexto enfrentado, entra em ação o governo a partir de órgãos como o INSS e programas como a Bolsa Família e a Bolsa Escola. A ajuda de custo provida de tais programas não só visa amenizar a situação, como também garantir o sustento de algumas famílias e melhorias socioculturais, a exemplo da inserção das crianças na escola para o recebimento da Bolsa Escola. Os valores de tais benefícios variam de família para família, mediante a composição da mesma.

Os gráficos a seguir mostram as rendas mensais do chefe de família (gráficos 11 e 12) e da família como um todo (gráficos 13 e 14). Uma ressalva merece ser feita: para efeitos comparativos, tem-se nos gráficos uma “junção” de valores, agrupados a partir do salário mínimo da época (R\$ 380,00 em 2007 e R\$ 545,00 em 2011). Como muitos entrevistados forneciam suas rendas a partir do salário mínimo, procurou-se evidenciar tal critério de forma a uniformizar as análises e melhorar o efeito de comparação



Gráficos 11 e 12: Renda mensal dos chefes de família trabalhadores no decorrer dos anos.
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.



Gráficos 13 e 14: Renda mensal familiar dos residentes no decorrer dos anos.
Fonte: Pesquisa direta, 2007 e 2011.

A análise entre esses últimos gráficos compreende o sustento de famílias pelos seus chefes ou outros membros moradores. Notam-se em ambos os casos situações em que não há renda fixa alguma (ou seja, casos em que nem o chefe de família ou qualquer outro membro possui renda fixa) e o agravamento de tal condição. Cabe destacar que nesses casos as despesas da família são pagas ora pelos empregos temporários ou informais surgidos, ora com a ajuda de benefícios do governo, em suas diferentes escalas. Com o atual salário mínimo de R\$ 545,00, supõe-se que aqueles que recebiam R\$ 380,00 agora ganham mais, entretanto os preços de serviços, bens de consumo e necessidades⁶⁹ também sofreram mudanças em seus valores, acarretando uma série de disparidades entre os consumos e acessos da população.

⁶⁹ A respeito das necessidades, Harvey (1980, p. 86) cita alimento, habitação, cuidados médicos, educação, serviço social e ambiental, bens de consumo, oportunidades de lazer, amenidades de vizinhança e facilidades de transporte. Contudo, o próprio autor coloca tal conceito de necessidade enquanto relativo e ligado à consciência humana.

2.6 Fragmentações do bairro e da cidade: desterritorialização ou multiterritorialidade?

Uma das discussões mais ricas da geografia atualmente diz respeito à questão do território. Haesbaert (2009) lembra que as ciências sociais estão descobrindo o território para decretar o seu fim no atual contexto de fluidez ou aceleração contemporânea. Um autor de rica análise sobre as questões relativas à territorialidade humana, o sociólogo Zygmunt Bauman, vez ou outra, expõe um poder “extraterritorial” próprio de uma possível “aniquilação do espaço pelo tempo” prometida pela modernidade hoje líquida. A própria questão de territorialidade da exclusão parece uma contradição, em termos: uma parcela da sociedade excluída tem ou não tem um território? Estaria ela excluída de uma territorialidade (desterritorializada)?

Como se buscou abordar nesse capítulo, a ordem e o poder instituíram os territórios aqui abordados. O que legitimou os territórios do complexo jurídico e os territórios da exclusão foram as relações de poder existentes e as ordens pré-estabelecidas (incluídas no termo suas leis, normas, direitos e contratos) pré-estabelecidas. Quando se fala de um conjunto que se territorializa por ser um contexto instituído pelo poder político, não se deve “excluir os excluídos de seu território”, mesmo que tal população não tenha acesso à justiça e conviva conflituosamente em sua “vizinhança”, negar a existência de tal contexto urbano seria como dizer que lá nada existe, um espaço “vazio”, de acordo com a ótica que considera a relação entre ordens sociais, instituídas ou não.

A coexistência de múltiplas territorialidades, bem como os interesses no bairro da Estação Velha, diz respeito aos conflitos de poderes em um contexto de relações políticas que agrava os problemas sociais urbanos. A gestão urbana campinense tem enfrentado cotidianamente casos de violência, subversão, contra-ordem e práticas que aos olhos das autoridades ameaçam os pilares de uma “harmonia social” legitimadora da exclusão e de um falso bem-estar trazido pelo consumismo, pela camuflagem das desigualdades sociais e pela perda do convívio humano em troca de uma falsa segurança. Na ausência de uma cidadania efetiva, como falar de desenvolvimento e justiça social?

3 UM DIÁLOGO ENTRE DESENVOLVIMENTO URBANO E CIDADANIA: lógicas, poderes e intencionalidades no direito à cidade na Estação Velha

3.1 O cotidiano do medo e da violência na Estação Velha: a questão dos poderes do Estado e do tráfico enquanto agentes sociais do bairro

Pensando o contexto da Estação Velha, observa-se no bairro a existência de problemas da própria Campina Grande. O bairro analisado contém em si a complexidade própria da cidade, vista a partir das diferentes classes sociais (estas se apoderando ou utilizando fragmentos do espaço urbano para os mais diversos fins) e grupos marginalizados constituintes (havendo o paradoxo enquanto excluídos de uma cidadania digna mas, simultaneamente, consumidores do espaço e de certos produtos e bens). O bairro enquanto parte da cidade não foge à regra, com seus habitantes enfrentando os mais diversos problemas e contrastes em suas relações cotidianas. Esse espaço, em sua dinâmica mostra-se cada vez mais diferente de seus primórdios, transformando-se quantitativamente e qualitativamente. Infelizmente, muitas dessas mudanças, além de qualitativamente negativas (aumento das desigualdades sociais, exclusão e falta de oportunidades) são agravadas pelo medo, pela violência e pela “imagem” negativa que é formada sobre o bairro.

Partindo dessa problemática, em um primeiro momento será discutido o cotidiano de medo e violência no bairro, a partir das relações entre os poderes do Estado e do tráfico de drogas. Há de se questionar as relações entre tais poderes na medida em que ambos possuem um complexo conjunto de lógicas e ideologias manifestado em ações e intencionalidades diversas. Em seguida, algumas considerações sobre a justiça social e a cidadania no contexto dos direitos dos moradores do bairro. Mesmo inserido em tais condições, os habitantes do bairro desenvolvem níveis de consciência que permitem não só detectar problemas e dificuldades diárias, mas também refletir sobre possíveis soluções e respostas sem, contudo, um engajamento ou organização política efetiva.

3.1.1 Reflexões sobre o poder

Um bairro, como qualquer espacialidade, apresenta variações quanto a sua escala de apreensão, podendo ser compreendido e interpretado a partir de vários ângulos. Quando se fala de medo e violência está se falando de uma resposta (o medo) a um problema (a violência), fortemente vinculado ao poder. Os conflitos entre poderes (poder do Estado frente

ao poder do crime organizado, por exemplo) presentes no espaço e o medo provocado na sociedade correspondem a um tipo de violência⁷⁰ no bairro. Mas antes de abordar a questão, faz-se necessário tecer algumas ideias sobre a ideia de poder. Diversas são as discussões sobre o assunto: para esse trabalho destacam-se algumas reflexões e tipologias que ora se complementam, ora se contrapõem.

Antes de abordar o poder, faz-se necessário justificar tal prática, sobretudo como uma forma de “quebrar tabus” e esclarecer as coisas: da mesma forma que o poder possui uma imagem suja (SOUZA, 2009, p. 68) provinda das práticas antiéticas e reducionismos ligados ao poder estatal, discutir o poder é colocado como uma análise incompleta ou “da moda” (sobretudo por causa dos escritos de Foucault, rotulado de “pós-moderno”). A discussão sobre poder se faz necessária porque as práticas, lógicas e ordens, “mesmo” inseridas no contexto capitalista, estão impregnadas de relações de poder.

Iniciando a discussão, a primeira contribuição é a acepção de poder segundo Hannah Arendt, classificando o poder como uma propriedade coletiva, um agir em uníssono, representação de um grupo⁷¹. Sobre associação da violência ao exercício do poder, a autora coloca que a primeira estaria mais ligada a idéia de vigor, e que a mesma não seria uma representação do poder: seria um “sintoma” de sua ausência ou risco de perda do mesmo.

Uma segunda contribuição sobre poder vem de Foucault e seus estudos sobre a prisão, a clínica e a sexualidade. Inicialmente, o autor relaciona poder à força (2005, p. 175): “Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção ou reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” Sem esclarecer muito, o autor expõe dois esquemas para a análise do poder (contrato-opressão e dominação-repressão) que podem ajudar na questão. Em seguida, desenvolve quatro preocupações metodológicas para uma análise do poder (op. cit., 182-184)

- “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e institucionais mais regionais e locais”
- “estudar o poder onde sua intenção – se é que há uma intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudá-lo em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar de objeto, alvo ou campo”

⁷⁰ CIIP (Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz) apud Melgaço (2003, p. 529-530) aponta cinco tipos de violência: coletiva, institucional ou estatal, estrutural, cultural e individual. Com exceção do tipo coletivo, as demais violências se fazem presentes no bairro e serão explicitadas no decorrer do texto.

⁷¹ Arendt apud Souza (2008, p. 80-81).

- “o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos”
- “uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e são relacionados a mecanismos cada vez mais gerais”

Fica visível nas preocupações do autor a variedade de poderes presente na sociedade, incluindo aqui a relação entre Poder (maiúsculo) das instituições sociais e o poder (minúsculo) presente em todas as relações. Como coloca Raffestin (1993): “O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência.” Outra contribuição provém de Castells (2000, p. 374) ao correlacionar poder, política e classes sociais

A política designa o sistema de relações de poder. O espaço teórico do conceito de poder é o das relações de classes. Entendemos por poder a capacidade de uma classe social em realizar seus interesses objetivos específicos à custa dos outros. Por interesses objetivos, entendemos o predomínio dos elementos estruturais (que definem, por sua combinação, uma classe) sobre os outros elementos que estão em contraposição.

A terceira acepção parte de Castro (2009) quando a mesma relaciona poder e geografia política. Após discutir seu caráter polissêmico e apresentar diversas ideias de outros autores, a autora sintetiza a ideia de poder:

O poder é considerado como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um *instrumento* para se chegar a um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a existência de uma relação necessariamente assimétrica, ou seja, a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o *efeito desejado* através da prerrogativa de aplicar algum tipo de sanção. [...] a idéia de poder tem intrinsecamente um componente de relação e de assimetria, ou seja, o poder se manifesta em situações relacionais assimétricas (op. cit., p. 97-98).

Esses aspectos se refletem ora numa sociedade como um todo, ora no indivíduo ou grupo que a representa. Contudo, a complexidade inerente ao poder contém “mentalidades e formas de pensar” do grupo representado e do subgrupo/indivíduo representante, gerando muitas vezes um conflito de prioridades.

Ainda em sua discussão sobre o poder, Castro (op. cit., p. 102-106) propõe três tipos de poder. O primeiro seria o poder *despótico* caracterizado pelo medo, coerção pela força,

ameaça de destruição do outro, pela violência, pelo conflito de vontades, imposição e constrangimento. O segundo seria o poder da *autoridade* na qual reside a mediação de uma lei, a tradição, o carisma e o consentimento social⁷². Por fim, o terceiro tipo é o poder *político*, que representa um “meio termo” entre os elementos dos tipos anteriores⁷³. Como instância, o poder político

Tem capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente; ele se exerce sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo (sem o qual ele tende a dissolver) e visa a um certo bem comum e não ao único bem privado daquele que o exerce (op. cit. p. 104).

A diferenciação dos poderes se dá no modelo ideal de cada um: “no despótico, pelo bem privado daquele que o exerce; na autoridade, pelo bem daquele que é o objeto da ação; no poder político, pelo bem comum” (op. cit.).

Em sua anatomia do poder, Galbraith (1986) discute a temática falando sobre a busca pelo poder⁷⁴ e apresentando três tipos de poder, sempre associados à submissão: condigno, compensatório e condicionado. O primeiro estaria ligado à punição, à capacidade de impor suas preferências, fazendo uso de um risco de ameaça desagradável ou dolorosa sobre o alvo. Já o poder compensatório estaria ligado a uma recompensa, a um saldo positivo àquele que se submetesse a tal relação. Destaque ao uso desse poder que pode, por exemplo, impor uma determinada lógica, prometendo ser esta um momento inicial, justificado por um “bem maior” futuro. Por fim, o poder condicionado estaria ligado à ideologia (ou à construção de uma). Nas palavras do autor (op. cit., p. 6)

O poder condicionado, por sua vez, é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença. A persuasão, a educação ou o compromisso social com o que parece natural, apropriado ou correto leva o indivíduo a se submeter à vontade alheia. A submissão reflete o ritmo preferido; o fato da submissão não é reconhecido. O poder condicionado, mais que o poder condigno ou compensatório, é fundamental, como veremos, para o funcionamento da economia e do governo nos tempos atuais, tanto nos países capitalistas como nos socialistas.

⁷² A respeito da autoridade, Sennet (2001, p. 33) afirma: “Pode-se dizer da autoridade, no sentido mais geral, que ela é uma tentativa de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força”

⁷³ “a terceira forma é a do poder político, que compreende, em sentido amplo, tanto a possibilidade de coerção, típica do poder despótico, quanto a autoridade de fundamento legal. Ambos constituem os dois pólos opostos e extremos contidos nesta modalidade (CASTRO, op. cit., p. 104).

⁷⁴ “Indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses pecuniários. E para estender a outros os seus valores pessoais, religiosos e sociais.” (GALBRAITH, 1986, p. 8)

Respectivamente, as fontes de tais poderes estariam associadas à personalidade, à propriedade e à organização. Contudo o próprio autor afirma que há uma inter-relação entre as fontes e seus respectivos poderes, nunca excludentes um perante o outro. Apesar do viés conservador em alguns pontos, como uma caracterização “nua e crua” naturalizando tal estrutura de poderes, a obra lança indícios sobre os agentes sociais que praticam o poder e suas estratégias de manutenção ou busca pelo mesmo.

Ao abordar a questão do poder e traçar uma nova tipologia (poderes econômico, político e ideológico), Bobbio (2000, p. 161) expõe sua definição e exemplifica politicamente

o poder é definido ora como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade, determinando-o seu, malgrado o comportamento: mas como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas meio para se obter “alguma vantagem”, ou, mais exatamente, “os efeitos desejados”, de modo não distinto do domínio sobre a natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos deve ser integrada à definição do poder como a posse dos meios (dos quais os dois principais são o domínio sobre os outros homens e o domínio sobre a natureza) que permitem obter, exatamente, “alguma vantagem”, ou os “efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder de um homem sobre outro homem (não do poder do homem sobre a natureza). Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, nas quais se reconhecem expressões típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre comando e obediência etc.

Retomando aqui a discussão do poder na geografia, Claval (1979, p. 11) reflete sobre a ação do poder sobre os outros

Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida. Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizados por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros. Nesse segundo sentido, o poder se traduz, nas relações, pelo aparecimento de assimetrias e desequilíbrios.

Como se vê, o autor supracitado aborda a questão do poder sob um ponto de vista relacional e esta relação sendo assimétrica, desequilibrada. Também geógrafo, Raffestin (1993, p. 53) discute o par relação-poder

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...] Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.

Em introdução de sua obra Costa (2010, p. 25) enfatiza a necessidade de se discutir a relação espaço-poder: “São de suma importância as análises das formas de distribuição do poder no espaço nacional, regional etc., e os modos de repartição desse poder no interior da sociedade, cada vez mais territorializada em suas práticas sociais cotidianas.” Em seguida, o autor discorre sobre a presença do poder nas relações sociais (op. cit., p. 26)

Toda sociedade organizada para a vida comunitária, o trabalho e a produção estabelece algum tipo de relação de poder e projeta para o espaço um determinado modo de operar politicamente com ele, estando aí subjacente, também a ideia de que esses processos não se restringem às sociedades organizadas sob a forma de Estado, tal como se concebe em sua feição moderna.

Ainda sobre a dimensão espacial do poder, Gomes (2006, p. 139) enfatiza a necessidade de se pensar tal dimensão

Acreditamos assim que o poder, sua conquista, seu exercício e sua configuração estão sempre associados ou rebatidos sobre um plano espacial. Assim, pactos político-sociais constituem sempre, em qualquer nível que se considere, local, regional ou global, reestruturações no arranjo espacial daquela sociedade, e o conceito geográfico que incorpora essa reflexão é o conceito de território.

Reduzindo a escala geográfica dessa relação entre espaço e poder (cuja territorialidade é a expressão dos processos decorrentes) à escala local e aplicando ao contexto urbano, tem-se no campo das políticas públicas urbanas um rico campo de discussão, também sob uma abordagem geográfica. Poder e política urbana delimitam as manifestações de tal relação desigual de interesses, como coloca Castells (2000, p. 355)

Há um acordo geral em considerar a política urbana como *processo político*, usando de forças sociais com interesses específicos ou, na terminologia liberal, atores buscando realizar seu projeto por meio de diferentes estratégias. Se o cenário político local está diretamente ligado ao tratamento conflitual dos “problemas urbanos”, estes ultrapassam-no amplamente e fazem com que levem em consideração as determinações da estrutura social.

Desse autor, também provém a definição de planificação urbana ligada às ações de regulação e poder no espaço urbano inserido no contexto capitalista (op. cit., p. 376-377)

A planificação urbana: intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no âmbito de uma unidade coletiva de reprodução da força de trabalho, com a finalidade de assegurar sua reprodução ampliada, de regular as contradições não antagônicas, assegurando assim os interesses da classe social no conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de forma a garantir a reprodução estrutural do modo de produção dominante.

Contextualizando o poder local e apresentando as possibilidades e paradigmas de tal questão, Pontes (2010, p. 121-122) se posiciona

Na década de 1990, o Poder Local ganhou um novo enfoque, sendo associado, tanto com a sede político-administrativa do governo municipal, quanto com formas de organização e participação popular, organizadas por redes sociais, englobando, tanto a dimensão social, quanto a esfera geográfica-espacial. O Poder Local, assim concebido, pode envolver, tanto a esfera do município, como a de uma região, assim como, pode abarcar uma dimensão mais reduzida, um bairro ou vila. Além disso, o seu conteúdo possui um enfoque mais social, em relação ao governo local, que possui um caráter mais vinculado ao direito administrativo ou constitucional. Desse modo, o Poder Local emerge como uma interação entre redes sociais e instituições locais, estado e sociedade civil, fomentando novas formas sociais de representação e negociação dos interesses das comunidades locais. A intenção é desenvolver no município uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil para implementar uma gestão compartilhada, na qual as decisões acerca dos problemas locais sejam articulados, tanto por membros do governo local, quanto por elementos da sociedade civil.

Corrêa (2011, p. 43-45), ao retomar a questão dos agentes sociais, contextualiza tais agentes no sistema capitalista quanto às suas estratégias e práticas

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. [...] A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais. O espaço produzido refletirá essas estratégias e práticas espaciais.

Relembrando que, sob um ponto de vista geopolítico, a terra urbana aparece como recurso, no contexto campinense trabalhado, estão presentes atores que estabelecem no bairro seus poderes. Um é o Estado, em seu poder político (ou na ausência deste), simbolizado inclusive por um objeto espacial presente no bairro (o complexo jurídico da cidade de Campina Grande); e poder repressor, materializado nas forças policiais que constantemente se fazem presentes durante as rondas. O segundo ator ou agente social que constitui poder na Estação Velha diz respeito ao crime organizado, representado pelo tráfico de drogas,

atividades ilegais e utilização desses territórios da exclusão para suas operações noturnas, cujo poder se dá de forma despótica, claramente associada à dominação⁷⁵.

3.2 O papel do Estado enquanto gestor e planejador urbano no bairro

Inicialmente, é válido destacar qual concepção de Estado permeia as discussões. O Estado aqui deve ser entendido como um agente mediador de conflitos e interesses, mas também fortemente influenciado por frações da classe hegemônica⁷⁶. Associando as ações do Estado às dinâmicas do capitalismo, Harvey (2006, p. 85) elenca (embasado na concepção marxista do Estado) algumas funções dessa instituição social

Os indivíduos todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e fiscais; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo.

Coutinho (2008, p. 126-127) assim sintetiza o caráter privativo do Estado brasileiro, bem como sua dimensão pública,

O Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas este privatismo assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas. Sempre que há uma dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal-democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados. E, portanto, nesses casos, o Estado – ainda que, em última instância, defenda interesses privados – tem de ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação.

⁷⁵ Exemplos dessa dominação se dão nos “pactos de silêncio” ou ainda na ausência de dados/informações sobre as atividades “que todo mundo sabe que existe”, mas pouco e/ou evasivamente falam.

⁷⁶ Como bem lembra Coutinho (2008, p. 122), aportado nas idéias de Gramsci, “pode-se falar de hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as outras frações, mas não do conjunto dessa classe sobre o conjunto das classes subalternas”.

Nos últimos anos, tal Estado vem sendo questionado, tendo como principal argumento de seus críticos a ineficácia frente aos problemas que atingem a sociedade, e a defasagem de seu aparelho burocrático corporativo. Estando a burguesia a frente da (des)ordem neoliberal, Coutinho (OP. CIT., p. 143-144) esclarece algumas conseqüências de tal mentalidade

Adotando o modelo neoliberal, a burguesia (sobretudo o seu setor financeiro, hoje predominante) propõe não só o fim do intervencionismo estatal, com a transferência para o mercado da regulação da economia, mas também a desconstrução do velho corporativismo de Estado, no qual, em troca da renúncia pelos trabalhadores à autonomia de suas organizações sindicais e políticas, lhes eram concedidos alguns direitos sociais. Trata-se agora não só de capitular plenamente ao “fetichismo do mercado” (fetichismo que se manifesta enfaticamente na recorrente afirmação de que o “mercado” não pode ser “contrariado” sob pena de ficar “nervoso”), mas também de atribuir à “livre negociação” (uma outra forma de dizer “mercado”) a definição dos direitos sociais dos trabalhadores, o que implicará certamente a desconstrução de muitos deles.

Contudo, um cuidado que se deve ter com relação à temática diz respeito a fim da intervenção/regulação estatal, e não do Estado em si. Como bem lembrou Santos (2008, p. 222-223), o Estado é necessário ao sistema na difusão e sucesso de inovações, nas garantias de lucro ligados a investimentos e a construção de uma ideologia que legitime a lógica do capital e sua atuação no território. Para finalizar tais colocações, Costa (2010, p. 279), ao analisar alguns traços do Estado contemporâneo, trabalha o fato de que o mesmo não é um todo homogêneo, havendo conflitos internos e choques de interesses.

Há uma contratendência atual do Estado ao ampliar os domínios em que seu aparelho atua. Por isso, não é raro o Estado, pelo fato de representar *locus* do poder político das classes dominantes, colocar-se muitas vezes como feroz competidor em assuntos específicos deste ou daquele segmento dessa classe. Além disso, a ampliação da ação estatal origina a constituição de grupos de interesses corporativos nas entranhas do próprio aparelho estatal, impedindo assim que se obtenha uma certa unidade de ação. [...] Enfim, esta parece ser uma das contradições básicas da relação Estado-sociedade nos dias atuais, em que, de um lado, o desenvolvimento das formas de articulação da sociedade civil e o funcionamento dos mecanismos democráticos tendem a legitimar algumas funções do Estado, enquanto, de outro, as exigências contemporâneas das estruturas sociais e econômicas altamente complexas podem colocar demandas de uma ampliação dessas funções. Velho ou novo, é basicamente nessa contradição que se move o Estado liberal-democrático (COSTA, 2010, p. 279).

Mediante o exposto, tem-se um Estado que encontra suas bases em séculos passados enquanto aliado aos interesses e poderes de parte da classe hegemônica, mas também uma forma de governo atualizada aos interesses contemporâneos, dinâmicos e neoliberais vigentes. O Estado que muitos apontam “em crise” diz respeito, muitas vezes, aos modelos baseados no *Welfare State*, que, no caso brasileiro, enfatizou questões e interesses à custa de outros,

ferindo direitos e necessidades básicas que deveriam ser providas pelo mesmo à sua população. O Estado buscou se modernizar a partir das novas dinâmicas do capital, e por conseguinte, ainda exerce papel importantíssimo no cotidiano brasileiro. Contudo, há de se fazer uma ressalva sobre sua espacialização, lembrando que, enquanto processo social, as ações do Estado e de outros agentes possuem uma dimensão claramente espacial e, mediante o foco das relações de poder, também territorial.

Abre-se aqui discussão sobre algumas das participações do Estado enquanto agente produtor e consumidor do espaço urbano. Tal instituição é responsável pela gestão e planejamento urbanos, adotando estratégias que dizem respeito a tempos diferentes, sendo a gestão ligada ao presente e o planejamento relacionado ao futuro, ao que ainda virá. Essa problemática permeou debates calorosos, antes dominados pelo urbanismo, sociologia e ciência política. Na pauta da geografia, tal problemática encontra nos espaços e nos territórios intra-urbanos um importante leque de críticas e reflexões que questionam a noção de gestão urbana que muitas vezes se tem. Nas palavras de Souza (2006, p. 150–151)

A gestão remete ao presente: *gerir significa administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas* (“*the conducting or supervising of something*”). Quanto ao planejamento, como se viu, seu horizonte temporal é o futuro, especialmente o médio e o longo prazos. Encarados dessa forma, *gestão* e *planejamento* não são termos nem intercambiáveis nem concorrentes; eles dizem respeito a diferentes tipos de atividades, atividades essas *complementares* uma em relação à outra e que não se encontram em relação hierárquica entre si, mas tão-somente possuem referenciais temporais distintos. Teoricamente, o planejamento é a *preparação para a gestão futura*, em que o que se busca é evitar ou, pelo menos, minimizar problemas, além de ampliar margens de manobra; quanto à gestão, ela é, ou deveria ser, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), a *administração das condições e dos resultados que o planejamento pretérito ajudou a construir*.

Enquanto práticas (geo)políticas, gestão e planejamento também constituem arenas de interesses e discursos que legitimam variadas práticas. Mesmo que os orçamentos sejam “participativos”, que os planos diretores tenham representantes da população nas reuniões e que as câmaras municipais sejam compostas de eleitos da população municipal, tais sujeitos são intermediários de ideologias e investimentos privados atuais e futuros.

Campina Grande sofre hoje com as tendências do empresarialismo na gestão urbana (HARVEY, 2006), cujo ideário transforma a cidade em uma mercadoria de consumo seletivo. Seletivo porque as classes hegemônicas usam do capital especulativo para valorizar determinados espaços da cidade em detrimento de outros e das demais classes, “excluídas” do processo de desenvolvimento urbano ou precariamente incluídas na dinâmica da cidade

enquanto “mercadoria complexa”, estampada pelo *city marketing* (VAINER, 2009). Tal passagem de gestão administrativa ao empreendedorismo se manifesta na transformação da cidade em uma mercadoria complexa, consumida heterogeneamente e vendida a partir de alguns de seus atributos. Como exemplos, alguns “títulos campinenses”: “Rainha da Borborema”, “Capital do Trabalho”, “Oasis *High Tech*”, “tecnopolo”, “cidade do Maior São João do Mundo”. Segundo Harvey (2006, p. 167)

A abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e ideologias”

Nesse sentido, as considerações de Vainer (2009, p. 78–79) são precisas

Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. [...] a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaço para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança...

Ao caracterizar as parcerias público-privadas que compõem o novo empreendedorismo e substitui a administração local, Harvey (2006, p. 172-173) argumenta que

o novo empreendedorismo tem, como elemento principal a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego. [...] a atividade da parceria público-privada é empreendedora, pois, na execução e no projeto, é especulativa, e, portanto sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado. Em muitos casos, isso significou que o setor público assumiu o risco, e o setor privado ficou com os benefícios

Com a abertura da cidade ao mercado e à mentalidade neoliberal, têm-se como exemplos o contexto as parcerias público-privadas que intensificam o caráter restritivo e parasita dos agentes (re)produtores da cidade que alegam trazer benefícios à população local

(como emprego, por exemplo), mas que migram quando os benefícios cessam, gerando uma “concorrência” entre outras cidades candidatas a receber seu capital, tendo na “guerra fiscal dos lugares” um caso conhecido da realidade brasileira. A esse respeito, Santos; Silveira (2005, p. 296–297) comentam

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca por lugares “produtivos”. [...] Essa busca de lugares produtivos pelas empresas globais, isto é, essa guerra global dos lugares, pode ter conseqüências sobre níveis escalares inferiores.

Como tal situação é permeada pela desigualdade de oportunidades comum ao sistema capitalista, tal aumento de poder implica uma série de desigualdades nas relações socioespaciais. Tendo como exemplo esse modelo as parcerias público-privadas, o Estado se alia ao mercado, pouco se preocupando com as necessidades e questões ligadas à sociedade civil. O ideário do mercado encontra no Estado uma função legitimadora de tal mentalidade. Segundo Oliveira (2007, p. 174)

As cidades passam a valer pelo que apresentam no presente como atributos de uma grande mercadoria. Nesse quadro, confunde-se o cidadão com o consumidor, o cliente, o usuário de bens e serviços de proteção ao crédito e códigos de consumidores, criando necessidades e determinando possibilidades. Esses efeitos atingem hoje, indistintamente, cidades de países ricos e pobres, tendo em vista a dinâmica das redes mundiais, que pressupõe um duplo movimento: o da circulação de mercadorias, investimentos e informações numa escala planetária e o da sua (re)produção pela (re)modelação das cidades, em nível local.

O Estado, emergido das relações de produção e moldado pela sociedade (capitalista), cumpre o papel de mediador de conflitos entre as classes. A partir de uma análise de Marx a respeito da atuação do Estado, Carnoy (2005, p. 67) aponta que

Uma vez que ele chegou a sua formulação da sociedade capitalista como uma sociedade de classes, dominada pela burguesia, seguiu-se necessariamente a sua visão de que o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes mas profundamente envolvido neles. Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio de dominação de classe.

A partir da noção de conflitos entre as classes, interesses de uma parcela da sociedade têm no Estado um aporte teórico e tais interesses devem ser seguidos, alcançados, respeitados

e defendidos. Desse conflito emerge as idéias ou ideologias relacionadas à ordem, lógica ou racionalidade⁷⁷. Quem define a ordem e o caos? Numa sociedade capitalista, as classes dominantes exercem tamanha influência sobre o Estado que chegam a “ditar as regras”⁷⁸. Quando, por exemplo, a classe trabalhadora ganha as ruas em manifestações, greves ou protestos, os “olhos” do Estado se encontram vigilantes a defender os direitos (de quem?), incluindo a proteção e vigência da ordem. Nesse contexto, as ações incluem uma das mais comuns relações entre o Estado e o povo: a repressão.

O papel da autoridade sempre manifestou um sentido de controle⁷⁹. Tal repressão não aparece exclusivamente nas ações – muitas vezes violentas – da polícia e forças armadas em geral. Há uma representação de poder do Estado também em suas ações e investimentos em segurança pública, garantindo-lhe *status* e dando alguma “satisfação” à sociedade. Sobre as imagens transmitidas pelos governos, Bauman (1999, p. 127) comenta

A construção de novas prisões, a redação de novos estatutos que multiplicam as infrações puníveis com prisão e o aumento das penas – todas essas medidas aumentam a popularidade dos governos, dando-lhes a imagem de severos, capazes, decididos e, acima de tudo, a de que “fazem algo” não apenas explicitamente pela segurança individual dos governados mas, por extensão, também pela garantia e certeza deles – e fazê-lo de uma forma altamente dramática, palpável, visível e tão convincente.

Espacialmente, o Estado também se faz presente. O espaço por si só é constituído por toda uma sociedade desigual e cujos grupos agem de maneiras a garantir seus interesses. A posição do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, é colocada por Corrêa (1993, p. 24-26) enquanto tal agente possui um desempenho desigual: ora provedor de serviços públicos, ora alvo de certas reivindicações. Segundo o autor

Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. [...] A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade

⁷⁷ “Uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua sociedade. [...] A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão” (CHAUI, 1999, p. 174).

⁷⁸ Veja-se, por exemplo, o financiamento e apoio político fornecido a determinados candidatos em período eleitoral: empresários, industriários e “pessoas influentes”, aparentemente partidárias aos ideais do candidato na verdade buscam meios de se beneficiarem e favorecer os “seus”.

⁷⁹ “No passado, as autoridades procuravam subjugar a multidão, encorajando deliberadamente uma atmosfera de medo, utilizando a máquina da lei e da justiça” (TUAN, 2005, p. 16). Em complemento a tal ideia, Sennet (2001, p. 13) vincula autoridade às imagens de força e fraqueza, “a expressão emocional do poder”.

capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.

Mediante tal contexto, o Estado tenta se justificar argumentando (ou mesmo “jogando a culpa”) no que chama de racionalidade econômica (o contexto pós-1990), na qual as diretrizes de investimentos visam uma sociedade de consumo, não uma sociedade de cidadãos. Tratando educação, saúde, saneamento básico e habitação como gastos (e não como investimentos e direitos), esses pontos não são de interesse ao capital e à parcela da sociedade que tira algum proveito disso, as classes hegemônicas.

Nesse ponto, é possível analisar a transformação da população em uma “massa de manobra” consumidora, sempre bem-vinda à racionalidade e à ordem econômica vigente. Pode-se aqui estabelecer uma dialética entre a ordem capitalista atual e a desordem do Estado:

De um lado, a ordem capitalista exige que os moradores de qualquer espaço procurem uma maneira de sobreviver e ganhar “o pão de cada dia”. Harvey (2006, p. 87) analisa a relação entre os poderes econômico e político.

A classe dirigente exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político que é capaz de controlar apenas de modo indireto. No contexto da democracia burguesa, isso apresenta algumas conseqüências importantes. Para preservar sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente talvez tenha de fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato. [...] A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados; no entanto, ao mesmo tempo, tem de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas.

Esta ordem (uma das expressões do poder do capital) é, segundo Souza (1996, p. 445), “geradora (especialmente no ‘Terceiro Mundo’) de pobreza, segregação socioespacial e conflitos sociais – vale dizer, de ‘questão urbana’ –, vem cronicamente concorrendo para produzir desemprego e frustração de expectativas”. Do outro lado, o Estado sofre uma crise perante o ideário neoliberal em que sua participação é muitas vezes mínima e suas ações, limitadas. Ocorre uma espécie de desobrigação ou negligência para com aqueles que não estão favoravelmente inseridos no sistema.

Por causa dessa divergência de interesses (interesses da população x interesses do capital), surge a imagem de um Estado ausente e tal imagem acarreta uma noção de desordem ou perda de controle⁸⁰. Segundo Souza (1996, p. 34)

⁸⁰ Bem explorada, por exemplo, pelos meios de comunicação e programas que gastam grande parte da pauta jornalística noticiando tragédias, problemas da população e um “clima” de “Deus nos acuda”!

A sensação de “desordem” que muitos atualmente experimentam, e que se reflete em expressões popularizadas pela mídia como “caos das grandes cidades” (*médias e pequenas também, grifo nosso*) e “clima de guerra civil”, é causada, em parte, pelos impactos sociais negativos da evolução da “ordem” econômica sobre o nível de emprego, através de uma modernização tecnológica pautada pelo progresso técnico poupador de mão-de-obra. Mais recentemente, a isso se acrescenta o quase vazio de poder, autoridade e amparo social aos trabalhadores (amparo esse que nunca foi mesmo muito significativo) deixado pela retração da “ordem” estatal.

Como exemplo da participação do Estado nos processos espaciais urbanos, citemos a segregação socioespacial e sua multidimensionalidade⁸¹. Processo existente desde a Antiguidade (SOUZA, 2005, p. 68), a segregação é colocada como manifestação das ações estatais na medida em que o governo é o responsável não só pelos meios de consumo coletivo como pelas taxas e impostos referentes aos espaços (veja-se o imposto predial e territorial urbano), além do espaço, seja urbano ou não, também ser (re)produzido pelas diferenças e conflitos entre as classes. Nas palavras de Rolnik (1994, p. 42)

a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido é despejado. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos fortes elementos produtores da segregação.

Gradativamente, as respostas da sociedade à tal fragmentação urbana têm variado desde estratégias cotidianas dos moradores de espaços mal-vistos que convivem neles como única opção disponível até o uso de aparatos de segurança e mudanças de comportamento frente ao mundo exterior às suas casas, gerando uma série de impactos em ambos os casos. Como argumenta Souza (2006, p. 473)

Os muros não estão somente em torno dos “condomínios exclusivos” e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações; tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados, mas ensejam, na verdade, os sonhos de um confinamento dos pobres: o campo de concentração como metáfora, ou a prisão como metáfora.

No atual contexto de globalização, marcado por um cotidiano tão flexível e rápido, além da incerteza sobre o “dia seguinte”, o ambiente urbano se apresenta instável e incerto,

⁸¹ Apesar das diferentes nomenclaturas (socioespacial, espacial, social, residencial, socioterritorial), a escolha pela terminologia segregação socioespacial teve por base a literatura consultada e a abrangência de vários aspectos inerentes ao processo. Segundo Lefebvre (2006, p. 94), “a segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”.

gerando medo e insegurança. Tais sentimentos se manifestam também espacialmente, no cotidiano dos bairros e ruas, como bem assinala Bauman (2009, p. 47 e 68)

A desorientadora variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização. [...] com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura em suma, todos os atrativos da vida urbana.

Se anteriormente foi colocado que a geografia política centrada exclusivamente no Estado é um pensamento incompleto, também seria incompleto abordar o contexto dos agentes sociais urbanos da Estação Velha unicamente pela gestão municipal e seu Estado. Como apresentado no começo dessa discussão, o tráfico de drogas e seu poder paralelo que ameaça a ordem instituída constrói novas lógicas no urbano e imprime no cotidiano dos moradores uma realidade cada vez mais incerta violenta.

Agente do caos e da contra-ordem em Campina, no Brasil e no mundo, manchetes de jornais sensacionalistas, temas de músicas e enredos de filmes, o tráfico também se territorializa e cria suas (geo)estratégias reprodutoras de uma ordem alternativa, que convive com as classes sociais e suas instituições, operando e apontando as “falhas do sistema”. Se tal temática é naturalizada, tratada enquanto fato consumado (assim como a desigualdade, a corrupção e a injustiça) e as “respostas” que recebe não resolvem a questão, é impossível negar ao tráfico de drogas um papel de agente social urbano. Suas dinâmicas e lógicas imprimem à cidade (mas não só a ela) uma realidade distinta que muitos ignoram, temem ou reprimem.

3.3 A vizinha contra-ordem naturalizada: as práticas do tráfico de drogas

Na relação entre o tráfico de drogas e seus territórios, a deterioração da qualidade de vida das populações urbanas e o desengajamento do Estado facilitam as atividades desse setor da economia marginal na Estação Velha. Observa-se a formação de novas territorialidades por essa atividade, estabelecendo-se, inclusive como fator de ordem para os moradores. Nota-se, inclusive, um processo de diferenciação social, apresentando-se em várias formas, seja na negação do espaço às camadas mais pobres da população, seja no “auto-enclausuramento” dos moradores representado pelos muros altos, grades metálicas e algumas cercas elétricas (fotografias 38, 39, 40, 41, 42 e 43).

Nas palavras de Souza (1996, p. 459), sobre a modificação no cotidiano dos moradores quando na presença do tráfico de drogas, o medo, a desconfiança e a mudança no comportamento colocam-se enquanto uma manifestação sistêmica⁸²

Uma tal situação exemplifica as profundas conseqüências do tráfico de drogas – que constitui, cada vez mais cristalinamente, uma *manifestação sistêmica*, ainda que ilegal, enquanto poder paralelo baseado no consentimento e na força bruta – no tocante à agressão a um *Lebenswelt* (*mundo da vida em tradução livre, grifo nosso*) favelado, disseminando o medo e a desconfiança (expressos pela conhecida “lei do silêncio” que vigora entre os favelados), induzindo a uma certa indiferença para com os espaços de uso comum, minando a possibilidade de comportamentos individuais menos contidos e iniciativas espontâneas, erodindo o espaço da solidariedade.

Fotografias 38, 39, 40, 41, 42 e 43: Aparatos de segurança encontrados em residências no bairro: muros altos, grades e cercas elétricas estão se tornando cada vez mais frequentes na paisagem do bairro.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



⁸² Ou “efeito dominó” como colocou um dos próprios moradores da Estação Velha, quando questionado sobre o problema.

Na Estação Velha, um exemplo / problema constante dessas relações se dá na questão do tráfico de drogas, suas ações violentas geradoras de medo e insegurança. O tráfico, atividade ilegal presente na (des)ordem neoliberal vigente, estabelece relações de poder que eclodem nos conflitos entre os traficantes e a polícia e na criação de estereótipos das maiores vítimas, as populações pobres que dividem seu cotidiano com tais atividades, constituindo um seguimento de um espaço dominado pela violência e medo, próprias de uma “fobópole” (SOUZA, 2008a).

Souza (2010, p. 423) aponta “o aumento objetivo da criminalidade violenta, ou ao menos do sentimento de insegurança por parte da população” como problemas direta ou indiretamente ligados ao tráfico. Vale salientar, como bem lembra Machado (2010, p. 22), que “não é certo atribuir uma relação linear de causa-efeito entre a expansão do tráfico e o empobrecimento porque setores sociais bastante diversificados em termos de renda se integram a essa economia tanto em países ricos quanto pobres”.

Na busca por direitos e melhorias sociais, a comunidade carente da Estação Velha enfrenta paradoxos quanto a sua legitimidade e sua acessibilidade. Nesse conjunto de direitos além dos direitos às necessidades básicas⁸³, discute-se também o direito à cidade⁸⁴ e ao urbano, pois os valores do espaço variam entre os grupos sociais que nele se inserem, seja de uso, seja de troca; e o agravamento das desigualdades socioespaciais. Inserida no contexto das cidades médias, alguns dos problemas apontados por Sposito et al (2007, p. 56) como a ocorrência cada vez maior de segregação socioespacial e fragmentação urbana, ausência ou insuficiência de infra-estrutura, equipamentos e serviços e aumento da especulação imobiliária afetam não só o bairro estudado como outros de Campina Grande.

Na Estação Velha, tal contexto apresenta dimensões espaciais e temporais. Espaciais enquanto espaços que são mal vistos ou perigosos como barracos e pequenos becos (fotografias 44, 45 e 46), utilizados enquanto esconderijo durante as investidas policiais ou ainda locais de confecção (plantação de maconha, por exemplo), esconderijo de traficantes e usuários, além da comercialização das substâncias. Temporais porque tais atividades variam mediante o horário (com intensificação das movimentações no horário noturno) e a época (festividades e épocas específicas como as festas juninas ou o fim de ano).

⁸³ Aqui, são consideradas as reflexões colocadas por Souza (2010, p. 178): “o que é básico, e o que é não-básico? Quem define a fronteira entre os dois tipos? De que modo necessidades materiais e imateriais dependem umas das outras e se condicionam reciprocamente?”

⁸⁴ “O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2009, p. 134).

Os grupos “donos” de tal espaço se impõem pelo uso de violências individuais. Segundo Melgaço (2003, p. 530), nesse tipo de violência se encontram “os fenômenos de violência não-organizada, atualmente mais visíveis, como os associados à violência comum, e outros menos visíveis, como a violência organizada. Um exemplo disso são as ocorrências relacionadas ao narcotráfico.”

Fotografias 44, 45 e 46: Lugares utilizados pelo tráfico para suas atividades. Estrategicamente, possuem difícil acesso, são estreitos e vigiados constantemente de forma evitar intrusos.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



Cumpra aqui fazer uma reflexão sobre as práticas de violência anteriormente discutidas. É observado que esses atos ocorrem simultaneamente e têm suas raízes nos processos históricos das dinâmicas urbana e cultural do bairro e da sociedade em si. Nas disputas de poder entre o Estado e o tráfico, o primeiro não garante segurança necessária à população e muito menos políticas para que o problema do tráfico seja extinto (a geração de empregos e melhores condições de vida são soluções unânimes ao contexto). O Estado moderno garantiu segurança e proteção coletivas ineficazes, mas não distribuiu a riqueza nem mesmo o acesso a bens, serviços e consumo geral, criando um contexto de exclusão⁸⁵.

Esses aspectos acentuam a violência e o medo em suas manifestações físicas e, sobretudo, psicológicas, modificando o cotidiano e as relações da população residente para com o espaço abordado. Há inclusive gente no próprio bairro que tira proveito da insegurança, a exemplo dos vigias noturnos e pequenas empresas de segurança particular (evidenciando

⁸⁵ Como lembra Bauman (2009, p. 17).

que nem todos pagam – ou podem pagar – para ter tais serviços). Se o bairro se encontra fragmentado em comunidades e se apresenta heterogêneo em seu espaço, a violência e o medo são problemas comuns a todos, exigindo uma discussão.

O bairro da Estação Velha, assim como todo espaço inserido no modelo capitalista de sociedade e produção, é constituído de conflitos (poder, interesses, classes), simbolismos e intencionalidades. Nesse espaço, a violência e o medo são traços marcantes dos moradores na medida em que os mesmos convivem com esses problemas (compartilham o mesmo espaço), sofrem suas conseqüências (a exemplo das modificações residenciais caracterizada pelos muros, grades e demais aparatos de segurança, transformando casas em presídios) e (re)produzem a violência e o medo em suas relações e práticas espaciais (o estigma, o estereótipo e o preconceito gerados para com os espaços socialmente marginalizados).

Ao tratar o bairro como um caso de medo urbano, é notória a necessidade de se pensar quais as causas, a historicidade do processo e o que pode ser feito para melhorar a situação de moradia de seus habitantes. Contudo, assim como o espaço admite várias escalas de interpretação, os problemas do medo e da violência afetam os mais diferentes espaços de forma heterogênea e complexa. Se de um lado, a violência e o medo não são mais problemas exclusivos das grandes cidades, “passeando” também nas cidades médias e pequenas, por outro lado, os fenômenos contemporâneos da violência e do medo não se manifestam única e exclusivamente em suas formas físicas.

Na medida em que, paradoxalmente, muitos preferem fechar os olhos para a realidade e se enclausurar em suas casas, outros não podem dispor desse “luxo” e se esforçam para sobreviver nesse contexto hostil e conflituoso. Daí a importância de se estudar o “outro”, mediante as desigualdades e a exclusão no bairro. A presença de tais critérios cria imagens e formam mentalidades sobre a realidade de um bairro que, apesar de antigo, traz ainda problemáticos resquícios do passado.

Não se pretende aqui pontuar uma solução ou um “remédio” para a questão do tráfico e seus conflitos com o poder municipal. Contudo, parece ser de bom senso discutir a ausência de cidadania e justiça social no bairro como condições que agravam a problemática colocada. Um dos discursos repercutidos na mídia e apontado por Souza (2008a), diz respeito à ausência de ordem e negação de direitos e condições dignas de sobrevivência onde o tráfico atua. Apesar de o autor supracitado enfatizar o contexto carioca, os “esquecidos” pela sociedade em qualquer parte do mundo tendem a buscar uma alternativa quando a ordem vigente não lhes cede uma chance de “vencer na vida”.

3.4 Pensando a cidadania e a justiça social na Estação Velha

Ao se discutir o contraditório contexto da Estação Velha, tendo nessa mesma espacialidade as práticas de agentes sociais que legitimam lógicas fragmentadoras do urbano, já se colocou que a questão da cidadania ora se apresenta entre uma territorialidade legal, restrita, panóptica, ora se apresenta pela precária inserção na sociedade vigente de uma camada excluída territorialmente (mas não desterritorializada), cuja ausência de cidadania e a exclusão dos direitos se manifestam cotidianamente, trazendo à tona uma lógica perversa que agrava a questão social nesse início de século, lógica contrária à uma cidadania cotidiana espacial. Se o tema cidadania é por vezes impreciso, eclético, abrangente, sua história mostra que tais experiências variaram bastante. Argumenta Gomes (2006, p. 130)

Antes de mais nada, devemos convir que se hoje essa nova forma de se referir à cidadania corresponde simplesmente a uma maneira imprecisa de caracterizar uma preocupação ética e de justiça social, difusamente contida nessa expressão, o mesmo não ocorreu em outros períodos históricos e em outros contextos sociais. Podemos inclusive observar de forma bastante clara que, em outros momentos de valorização dessa noção, ela foi o veículo de transformações bastante específicas.

Abordando o contexto brasileiro da cidadania, Castro (2003, p. 9) apresenta a cidadania a partir das instituições e municípios

Duas perspectivas são consideradas: a de que a cidadania como prática do cotidiano social ocorre no território e a de que esta prática é influenciada pelo arcabouço institucional à disposição do cidadão. Na situação brasileira, estas condições são afetadas pelas escalas decisórias e recortes territoriais que compõem a estrutura federativa do país. Neste sentido, o município é um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social.

Os cuidados que aqui se tem ao tratar a cidadania em sua dimensão espacial levam em consideração que tal temática é multifacetada: é complexa, afinal existem muitas teorias e definições de cidadania, mas casos de práticas cidadãs efetivas ainda são pontuais; é política, porque junto a esse conceito, há uma gama de interesses e intenções, disputas em todos os sentidos e agentes envolvidos; é dialético, visto que a cidadania não surge ou nasce de uma hora pra outra, se dá enquanto processo, possui história e os conflitos inerentes visam sempre um objetivo superior ao anteriormente alcançado. Contextualizada na sociedade capitalista, a

questão da cidadania deve ser vista enquanto processo que visa uma sociedade alternativa à vigente⁸⁶. Aponta Coutinho (2008, p. 50-51)

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração.

A cidadania deveria estar na existência e na condição humana, mas em um mundo em que muitos humanos são tratados como animais ou formas sem vida, sem futuro ou “sem nada a oferecer”, falar sobre cidadania é um exercício de reflexão e crítica, pois algo que deveria estar presente em todo lugar, tempo e em cada um, se faz ausente muitas vezes, até mesmo em lugares que se dizem “formadores de cidadãos” ou é utilizado como discurso para encobrir outras lutas tão ou mais importantes, afinal cidadania sem uma mudança radical na ordem vigente é uma cidadania falsa. A luta por uma cidadania efetiva não deve se limitar aos direitos ou leis que a regulam, lembrando do contexto brasileiro das leis “que pegam” e das “leis que não pegam”⁸⁷.

Milton Santos, em sua obra *O espaço do cidadão*, pergunta se há cidadãos neste país. Talvez seja essa a reflexão inicial para a discussão. A cidadania no Brasil foi muitas vezes restrita a uma minoria, dos tempos em que para se votar era necessário apresentar dada renda até tempos recentes, quando nos chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar, o voto era uma coisa quase irrelevante. É curioso em pleno do século XXI o Estado e outros grupos hegemônicos defenderem cidadania e democracia através do voto, quando o resultado obtido muitas vezes é a reprodução de um contexto político continuísta e retrógrado, como o que se tem aqui na região Nordeste⁸⁸, e com uma cidadania negada e alienada como um dos traços marcantes.

A cidadania vem sendo transformada no capitalismo em uma condição consumista, nos moldes do que Santos (1987) denunciava na passagem do cidadão imperfeito ao

⁸⁶ “a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Ou, em outras palavras: a divisão da sociedade em classes constitui limite intransponível à afirmação conseqüente da democracia.” (COUTINHO, 2008, p. 69)

⁸⁷ “Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania” (SANTOS, 1987, p. 80)

⁸⁸ A esse respeito, a obra de Castro (1992) se mostra atualíssima.

consumidor mais-que-perfeito. Contudo, o próprio eleitor exaltado enquanto cidadão nos processos eleitorais não é necessariamente um cidadão. Como assinala o autor (op. cit., p. 41)

O consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo. O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto; sua dimensão é singular, como o é a do consumidor.

Apontando o distorcido direito à cidade, a privatização do público, o desigual acesso ao lazer e o problema da poluição no urbano, o autor supracitado situa a “empobrecida” dimensão espacial (op. cit., p. 48)

O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente mas desobedecida.

Em uma sociedade marcada cada vez mais pela individualização, os interesses divergentes ameaçam a cidadania, o público e a coletividade. Bauman (2008, p. 67) coloca que

O indivíduo é o pior inimigo do cidadão. Ele tende a ser indiferente, cético ou desconfiado em relação ao “bem comum”, à “sociedade boa ou justa”. Qual é o sentido de interesses *comuns* a não ser que eles deixem que cada indivíduo satisfaça seu *próprio* interesse? Qualquer outra coisa que os indivíduos possam fazer quando se juntam pressagia restrições à liberdade de perseguir o que consideram adequado para si e não ajudará em nada nessa busca. As duas únicas coisas úteis que se pode esperar e desejar do “poder público” é que defenda os “direitos humanos”, ou seja, deixar que todos falam isso em paz – resguardando a segurança do corpo e dos bens de uma pessoa, trancafiando os criminosos em prisões e mantendo as ruas livres de ladrões, pervertidos, mendigos e intrusos maldosos e detestáveis. Em poucas palavras: o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania.

O contexto cidadão do bairro da Estação Velha possui falácias materiais e imateriais. Um exemplo concreto de tal contexto reside na ausência de espaços públicos de lazer e confraternização. Há sim alguns campos de futebol bem disputados durante os finais de

semana pelos “peladeiros de plantão”⁸⁹, mas as outras opções de lazer como ginásios, parques são inexistentes ou ainda *lan houses*, bares e espaços gastronômicos se inserem na esfera privada de que só podem lá ficar aqueles que forem consumir. A ausência de lugares “do bairro”, com carga identitária e traços da população se mostra um problema que limita os moradores às ruas e calçadas dos fins de semana, por exemplo (fotografias 45, 46, 47 e 48).

Fotografias 47, 48, 49 e 50: Ruas como extensões das residências no bairro: apesar da escassez, atividades de lazer e descanso ainda são possíveis e comuns em alguns espaços e horários da Estação Velha.
Fonte: Luiz Arthur P. Saraiva, 2009.



Em seu caráter organizacional, a cidadania carece de manifestações e conscientização. Apesar da grande quantidade de pessoas entrevistadas que se disseram alfabetizadas, o nível sociocultural da grande maioria oscila entre o desconhecimento e a omissão de determinados problemas sociopolíticos. A SAB (Sociedade de Amigos do Bairro) ainda é procurada por alguns moradores para resolução de alguns problemas, em sua maioria, particulares, mas a quantidade de ações e resoluções é baixa. A cooptação em pouco tempo silenciou tal sociedade, concentrando a representação do bairro em uma única pessoa (sua antiga presidente), agora com um cargo na prefeitura. Apesar disso, se salienta a identificação política dos moradores e da própria representação do bairro, visto que durante as eleições

⁸⁹ Como se não bastasse, até o “campo de pelada” vem sendo palco de construção e agora tem um “dono”.

estaduais e municipais mais recentes, vários candidatos fizeram comícios, prometeram melhorias e nada fizeram.

Retomando a discussão sobre cidadania, uma referência bastante adotada pelos estudiosos do tema⁹⁰ diz respeito à composição da cidadania proposta por Marshall, enquanto conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Apesar das críticas e questionamentos sobre tal conjunto, o mesmo é assim caracterizado.

O elemento civil é composto dos direitos necessários para a liberdade individual – liberdade da pessoa, liberdade de expressão, pensamento e credo, o direito à própria propriedade e de realizar contratos válidos, e o direito à justiça. Pelo elemento político que quero dizer o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor dos membros de tal corpo. As instituições que lhe correspondem são o parlamento e conselhos de governo local. Pelo elemento social eu me refiro a todo o âmbito que vai do direito a um módico bem-estar econômico e segurança até o direito de partilhar do todo da herança social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade. As instituições mais proximamente conectadas a este elemento são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL apud OLIVEIRA, 1999, p. 113)

Quando se aplica tal composição ao bairro da Estação Velha, algumas questões são enfatizadas: os direitos civis ou individuais sofrem uma valorização crescente, manifestada, por exemplo, na questão do consumismo que legitima como cidadão aquele que pode consumir, aquele que tem um trabalho formal. Contudo, tais direitos não se apresentam homogeneamente, visto que os indivíduos inseridos nessa lógica absorvem os mesmos valores de mercado ligado à competição e darwinismo social. Quem é visto como cidadão atendendo os elementos formais da sociedade capitalista se esforça para não perder o emprego e mergulhar na incerteza diária da grande maioria da população no bairro.

Quanto ao elemento ou direitos políticos, esses se apresentam cada vez mais exclusivos, na medida em que os moradores dos territórios da exclusão não dividem o poder político, muito menos se organizam para resolver as questões do bairro. Daí o questionamento geopolítico que, se por um lado não deve prender-se ao papel único do Estado, por outro não se verifica uma geopolítica provinda dos moradores. O único choque de poderes existente se dá no já mencionado conflito entre o Estado e o tráfico. Sem reivindicação ou questionamento do poder público por parte da população local, a mesma se encontra refém de um “circo político” que chega ao bairro nos comícios e carreatas eleitorais, prometendo e transformando uma esperança em um produto comprado pelo voto.

⁹⁰ Dentre alguns autores que fazem referência a Marshall tem-se, por exemplo, Santos (1987), Gomes (2006), Coutinho (2008), Oliveira (1999 e 2011), Castro (2003) e Behring; Boschetti (2008).

Por fim, a questão dos direitos sociais está presente no acesso à educação e aos benefícios do governo a partir dos programas assistencialistas do governo federal. Contudo, apesar de não se questionar o acesso a tais serviços públicos, muito se fala da qualidade. Junte-se ao fato de que os programas federais são questionados quanto a sua eficácia, tanto pela direita política quanto por um pensamento mais crítico que vê tal estratégia como uma forma de cooptação indireta. Na maioria dos receptores de benefícios no bairro da Estação Velha, não se nota muito esforço no sentido de abrir mão do benefício em troca de um emprego formal. Quando se lançam no mercado de trabalho, os baixos níveis de escolaridade e qualificação não atendem à demanda do mercado. Se hoje é uma obrigatoriedade ter as crianças na escola (seja ela de que qualidade for), os pais e avós ainda anseiam para os seus descendentes um futuro melhor e com mais perspectivas do que o atual.

O gráfico a seguir foi obtido durante uma coleta de dados em 2007, às vésperas do ano eleitoral seguinte. Levando-se em conta a recente instalação do posto de saúde no bairro, a porcentagem a ele relacionada deve ser desconsiderada, contudo os outros problemas apontados não devem ser minimizados. A geração de emprego, questões de infra-estrutura e o problema da violência aparecem como as reivindicações mais apontadas. Algumas dessas reivindicações são antigas, como limpeza semanal de alguns espaços ou a cobertura do canal; outras são problemas apontados como recentes a exemplo da criminalidade e violência em tais espaços. Não se procura um culpado na gestão atual, porque tais dificuldades cotidianas são heranças da segunda metade do século passado.

A cidadania mediada por esses conflitos mostra-se abalada pela “naturalização” de tais problemas, mas também pela falta de representatividade do bairro. Mesmo tendo acesso à prefeitura, a partir de órgãos como o plano diretor ou as secretarias de assuntos variados, a população mais humilde é a que mais sofre, de forma que os impactos da realidade contrastante se manifestam diariamente, e o descaso com a população faz com que a mesma seja mais vítima de preconceitos e de rótulos como “má vizinhança”, “gente estranha”, “os outros da rua próxima”.

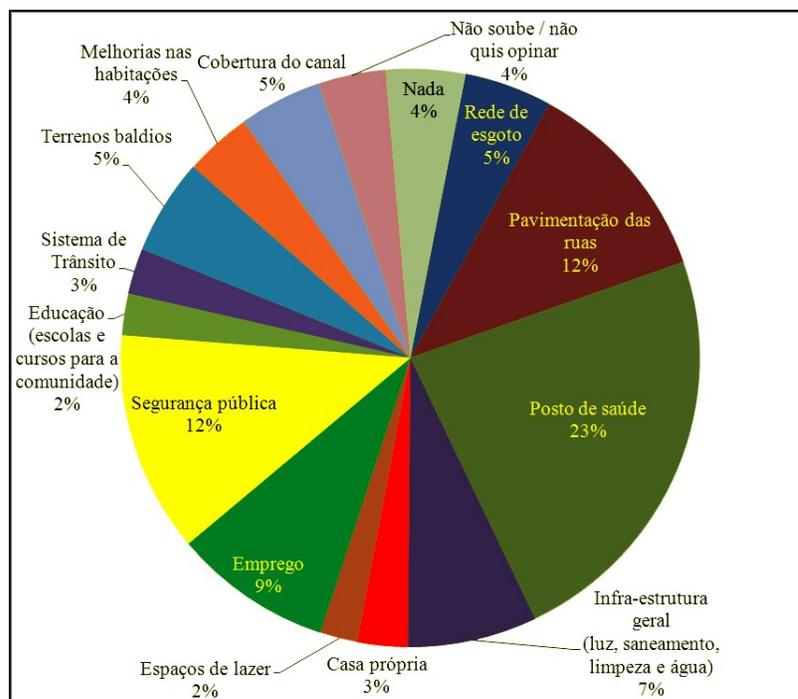


Gráfico 15: Reivindicações e problemas enfrentados/apontados pelos moradores do bairro.
Fonte: Pesquisa direta, 2007.

Outro traço que definiu o cidadão no bairro e que também foi destacado no gráfico anterior foi a questão do emprego. Ora, os empregos formais aparecem no imaginário popular como uma legitimação da cidadania. Na medida em que tal pessoa está inserida no mercado de trabalho, aparentemente se está “tudo certo”: ela contribui ou sustenta a família, consome, tem uma rotina diária semanal. Para muitos, essa é a noção de cidadania que se tem, sob uma perspectiva parcial, porque não são colocados problemas como a excessiva carga horária semanal, a exploração do patrão sobre o trabalhador, ou ainda o que tal pessoa realmente consegue consumir. Mais uma vez Santos (1987) enfoca a cidadania, em contraposição ao consumismo (em suas palavras, do “cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito”).

A busca por cidadania também se faz necessária na multidimensionalidade de sentidos atuais e reforçados por uma ideologia⁹¹ que prega uma cidadania “parcial”, maquiada de interesses e ações de manutenção do *status quo*. Antes de se chegar à cidadania em sua

⁹¹ Tendo a ideologia como produção da ilusão, “a ideologia tem por fundamento a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes, que propicia a ilusão da autonomia do pensamento e sua subordinação aos interesses da classe dominante. Tais interesses, por intermédio da ideologia, são passados como universais” (MORAES, 2005, p. 39). A respeito da abrangência do poder ideológico, Mészáros (2004, p. 64) esclarece que “o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias. É de todo inútil pretender que seja de outro modo.”

plenitude, cabe pensar **qual** cidadania deverá buscada e encontrada, pensada e vivida não só pelos moradores da Estação Velha, mas por toda uma sociedade que se apresenta doente, exclusiva e individualizada⁹². Aparente paradoxo, justiça social e exclusão não-cidadã convivem lado a lado, alheios de suas responsabilidades para com o outro.

Harvey (1980, p. 41) já colocava que, pela lógica do capitalismo, para a ocorrência de uma distribuição de renda seria necessária a presença de indivíduos de “má sorte, mau juízo, idade ou fraqueza” inadequados a tal lógica e que sua compreensão – de seus mecanismos geradores de desigualdade – tem importante papel. O problema é que a desigualdade, mesmo amenizada em alguns casos pelos programas assistencialistas do governo, alcança o grau de exclusão. Não se defende que todos tivessem condição ilimitada de consumo (o meio ambiente agradece), mas que houvesse uma divisão justa, nos moldes do que o autor supracitado (OP, CIT, p. 85) coloca como os critérios mais importantes a necessidade, a contribuição ao bem-estar comum e o mérito. A cidadania é uma causa e uma oportunidade a ser abraçada, vivida, ouvida enquanto voz e ativa enquanto condição buscada e sonhada por uma sociedade mais justa.

Falando em justiça, refletir sobre justiça social parece um caminho inicial rumo à mudança social, mas que tal justiça não se reduza a mera redistribuição individualista⁹³. Nesse mundo, em que a filosofia parece ter perdido sua importância frente ao pragmatismo e imediatismo corrente da sociedade nesse início de século, cabe definir qual justiça se tem em mente, afinal, conceitos são transformadores, mas também são transformados, mudados, esquecidos e adaptados no decorrer do processo histórico. Parte-se também aqui de uma definição provinda de um dicionário filosófico. Segundo Abbagnano (2007)

JUSTIÇA (gr. *SiKatoáúvn*; lat. *Justitia*; in. *Justice*, fr. *Justice*, ai. *Gerechtigkeit*; it. *Giustizia*). Em geral, a ordem das relações humanas ou a conduta de quem se ajusta a essa ordem. Podem-se distinguir dois significados principais: 1) J. como conformidade da conduta a uma norma; 2) como *eficiência* de uma norma (ou de um sistema de normas), entendendo-se por eficiência de uma norma certa capacidade de possibilitar as relações entre os homens.

Ora, se a justiça se relaciona à ordem e à norma, é importante colocar a justiça como uma problemática relacional (nos moldes do que Raffestin fez com o poder) e relativa, na medida em que a definição do que é justo obedece a certas circunstâncias ou condições

⁹² Própria da cidadania brasileira mutilada e subalternizada criticada por Santos (1987, p. 24).

⁹³ Ao discutir a perspectiva de justiça de Rawls, Souza (2010, p. 153) aponta algumas de suas limitações dentro do capitalismo: “a tarefa nada ambiciosa de melhorar um pouco a qualidade de vida de grupos desprivilegiados nos marcos das sociedades capitalistas acaba justificando certas desigualdades socioeconômicas e pressupõe uma subestimação da extensão em que essas desigualdades sabotam o exercício da liberdade.”

sociais, históricas e geográficas. Contudo, a visão tradicional da justiça, que paira sobre todo o resto como um sobrevôo, ainda é empregada no senso comum. Como apresenta Aguiar (1982, p. XIII), “a questão da justiça tem sido refletida sempre como ordem, harmonia e igualdade. Justo e igual interimplicam-se dentro de um universo fixo e imóvel, do qual deduzimos os princípios a serem aplicados aos casos concretos que vão aparecendo.” Em contraposição a essa justiça imutável, o autor supracitado defende uma justiça contextualizada nos conflitos e contradições sociais (OP. CIT., p. 17-18)

O entender da justiça está indelevelmente implicado com as práticas sociais. Daí podermos afirmar que a justiça não é neutra, mas sim comprometida, não é mediana, mas de extremos. Não há justiça que paire acima dos conflitos, só há justiça comprometida com os conflitos, ou no sentido de manutenção ou no sentido de transformação. Assim, falar-se em justiça é falar-se em manutenção e fortalecimento da ordem constituída e, ao mesmo tempo, em destruição da ordem constituída e, ao mesmo tempo, em destruição da ordem constituída. Significa operar com esse conceito por vias meramente formais ou marcá-lo com afirmações materiais que se tornem o norte para uma ação que conteste esse fundamento meramente formal

Ao se discutir o ideal da justiça social, Bauman (2003, p. 69) aponta seu abandono pela dimensão política e cultural de agentes na modernidade líquida atual, em prol dos “direitos humanos”. Na literatura sobre direitos, tais direitos humanos estão intimamente associados aos direitos civis da base de Marshall sobre a cidadania. Em outras palavras, as liberdades individuais que o mercado neoliberal tanto prega como suficientes para qualquer um “alcançar seu lugar ao sol”. A ideia de que cada indivíduo estar à sua sorte e ter plenas e iguais condições junto aos outros indivíduos, legitima as desigualdades e a justiça se transmuta em uma igualdade de oportunidades inexistente na realidade.⁹⁴ As reflexões de Aguiar (1982, p. 24-26) mais uma vez se mostram expressivas

A justiça dos detentores do poder opressor nada mais é que a expressão ideológica de um pensamento conservador, entendido como pensamento que pretende a conservação do *status quo* pelo período mais amplo possível, uma vez que essa ordem implantada serve a um conjunto de interesses que são expressão de um viver e produzir concretos. [...] A justiça dos vencedores é a única idéia de justiça que tem eficácia garantida pelo fato de se traduzir por meio de normas jurídicas, que a retiram do campo da ideologia possível para transformá-la em ideologia sancionadora, vigente e eficaz. Por isso, a justiça dos vencedores se torna a justiça mais comum, mesmo a nível teórico, pois todo poder quer ser tradutor de uma harmonia ordeira que nada mais é do que seu intuito constante de se perpetuar.

Geograficamente, um dos expoentes da questão encontra respaldo na obra de Harvey (1980) que, além de sua importância teórico-epistemológica, reflete a espacialização da

⁹⁴ Ver, por exemplo, as proposições de Rawls em sua teoria da justiça, 2000.

justiça, fortemente inspirado nas idéias de Lefebvre sobre o direito à cidade. Ao se discutir a questão da justiça social, Harvey também destaca o caráter dos conflitos e poderes existentes. Na visão do autor (1980, p. 82)

O conceito de justiça social não é do tipo inclusivo total no qual englobamos nossa visão de uma boa sociedade. Ele é, antes, bem limitado. A justiça deve ser pensada, essencialmente, como um princípio (ou série de princípios) para resolver direitos conflitivos. Esses conflitos podem surgir de várias maneiras. A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual.

Junto à questão da justiça social buscada por um desenvolvimento socioespacial⁹⁵ legítimo, os próprios contextos que se dizem “da justiça” não devem ser instrumentos de um modelo de sociedade desigual e contraditório, de uma lógica de mercado que agrava as expressões da questão social, de um cotidiano de incerteza, medo e barbárie competitiva. Também se faz necessário pensar em uma justiça alternativa, em uma justiça dialética vinda de baixo como aponta Aguiar (1982), mas que também não seja imposta como a “justiça” provinda do poder paralelo do tráfico. Cidadania, justiça social e desenvolvimento são questões que dizem respeito à sociedade e possuem uma dimensão espacial que a geografia não pode deixar de contribuir aos debates.

Na Estação Velha, a cidadania aparece como uma formalidade do mercado de consumo e acesso facilitado ao crédito, a justiça social se limita ao caráter normativo do Complexo Jurídico e às práticas territoriais dos traficantes e estratégias frente ao poder repressor do Estado representado pela polícia. Por fim, os tempos de desenvolvimento urbano que os meios midiáticos pregam e enfatizam na cidade dizem respeito à transformação de Campina Grande em uma mercadoria mediante a gestão (= estratégia de empresa) dos últimos tempos. Frente a esse *city marketing*, o bairro estudado só é lembrado pelas festas e atividades juninas realizadas em parte do bairro, pelo cotidiano jurídico ou pela estigmatização dos moradores do bairro que mais sofrem um processo de exclusão (geo)política (ausência de representação, falta de organização e participação popular) do que são responsáveis pela ordem exógena que trata a urbanidade campinense seletivamente.

⁹⁵ Como Marcelo Lopes de Souza aponta em várias de suas obras, baseado em leituras da autonomia de Castoriadis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA PENSAR O URBANO CAMPINENSE A PARTIR DA ESTAÇÃO VELHA

Pensar a cidade e o urbano sempre se constitui um desafio, mas foi a partir de desafios e questionamentos que a sociedade, em seus tempos e espaços, ultrapassou as barreiras impostas e dessa dialética entre o estabelecido e a novidade, entre a certeza e a dúvida, entre a questão e a resposta, surgiram vários objetos de investigação e produção de conhecimento até os dias atuais. As lógicas que determinam a cidade hoje são marcadas por contradições e critérios que viabilizam não só sua classificação, mas também uma visão de mundo. A hierarquia urbana, como hierarquia de poder do capital sobre as cidades, atribui “papéis, imagens e ideias” a determinados lugares. Buscar a reflexão sobre a forma como cada um está inserido em tais tempos seria a primeira grande reflexão.

Os agentes produtores e usuários do espaço campinense atuam buscando seus interesses, resolver seus problemas, “tirar vantagem” e mais uma vez o conflito se faz presente: a dialética aqui discute uma cidade dinâmica em constante transformação, e em tal dinâmica vê-se, respira-se, ouvi-se e sente-se conflito, diferença, heterogeneidade. As territorialidades, os cotidianos e os espaços trazem diferentes “Estações Velhas”, assim como as diferenças e os contrastes estão presentes aos sentidos de todos. Da relação asfalto – rua de terra, à “distância” simbólica existente entre um complexo jurídico e um conjunto de territórios dominados pelo tráfico.

Ao término de tal exposição, é necessário “voltar ao começo”, na medida em que se buscou responder os questionamentos iniciais à luz das situações-problema e apreensões da realidade estudada. Para tanto, serão aqui retomadas as hipóteses do trabalho, bem como elucidar alguns pontos para pesquisas e estudos futuros, de forma a contribuir para os debates inerentes à problemática (gestão urbana, cidades médias, bairro, territorialidades urbanas, dimensão geográfica da cidadania, entre outros).

Ao apontar na hipótese principal que os conflitos envolvendo as territorialidades e as relações de poder se manifestam na gestão urbana campinense⁹⁶, tal colocação foi discutida a partir dos rumos que a gestão campinense vem tomando nos últimos tempos: a seletividade das políticas públicas no espaço urbano de Campina Grande se mostra evidente no cotidiano da população. Antigos contextos de bairro na cidade, quando não se adequam a uma valorização imposta pela instalação de novos serviços e lógicas, são “esquecidos” e deixados

⁹⁶ Que ora realizam (e naturalizam) práticas de segregação, ora valorizam (e enfatizam) outros contextos, adotando instrumentos de desenvolvimento urbano geograficamente desigual

como subterfúgio àqueles que não compartilham do acesso ou mesmo direito de usufruir a cidade. Quando tal questão é exemplificada no bairro da Estação Velha, as ações desenvolvidas pelo Estado contribuem para a fragmentação do bairro (e da cidade) em territórios expressos pelas práticas e ordens das atividades realizadas, do cotidiano jurídico à realidade do tráfico.

A instalação do complexo jurídico no bairro não resolveu a criminalidade e a exclusão lá existentes. Para além dos índices de criminalidade bem guardados pelos gestores e força policial, as incursões policiais são semanais e as rondas durante os fins de semana revistam e interrogam moradores “suspeitos”. O acesso à justiça e à cidadania que deveriam ser facilitados pela vizinhança do complexo jurídico são antes restritos pelas formalidades (e “olhares tortos” lançados a alguém “fora do padrão”) e panoptismos ligados à segurança dos prédios. A presença de policiais, câmeras, detectores de metais e identificação de rotina são legitimados pelo status e caráter institucional exógenos que dizem como deve ser o dia a dia nos fóruns e nos tribunais. É irônico que apesar de tudo isso, são narrados casos de fuga de criminosos para as proximidades do complexo.

A discussão sobre os agentes sociais no urbano se traduz numa teia de relações complexas e contraditórias apontadas na primeira hipótese secundária. Os agentes sociais presentes no bairro se territorializam a partir de suas práticas cotidianas, normas e lógicas inerentes às suas intencionalidades. Contudo, tais elementos utilizam heterogeneamente o espaço do mesmo fragmentando-o em territórios nos quais os usos diferem na formação socioespacial contemporânea da Estação Velha, influenciando diferentemente na mesma, gerando um contexto de exclusão e inclusão seletiva, vistas às particularidades das atuais territorialidades jurídica/exclusiva.

A heterogeneidade em questão se manifesta em vários sentidos: nas funções do bairro (residencial, industrial, de serviços jurídicos) no decorrer de sua história; na importante participação popular dos primeiros tempos à ausência de participação/organização sociopolítica dos moradores nos dias atuais; na inclusão seletiva do acesso à justiça e cidadania no complexo jurídico em face da exclusão e agravamento da questão social em partes do bairro. Pensar o bairro da Estação Velha (mas lembrando que outros bairros – campinenses ou não – também apresentam traços comuns) enquanto contexto homogêneo é adotar uma estratégia incapaz de abordar os problemas urbanos e as lógicas que regem o bairro e a cidade em sua totalidade.

A questão colocada na hipótese seguinte, do contexto sociopolítico do bairro apresentar-se territorialmente heterogêneo pelos diferentes usos e abusos socioterritoriais

pelos agentes (re)produtores/consumidores que nele atuam, reforça a ausência de ordenamento e flexibilidade das normas inseridas na dinâmica gestora-planejadora urbana municipal naturalizam tal realidade. Os instrumentos de ordenamento territorial na política urbana são utilizados de forma ineficaz pelas autoridades responsáveis: antes se enfatizam as políticas sociais, se prega o acesso à renda e sua distribuição a partir dos programas assistencialistas federais, sem a realização de uma conscientização sobre seu uso, sem uma fiscalização das pessoas envolvidas e mesmo questionamentos sobre os critérios qualitativos de tais políticas. As denúncias envolvendo a corrupção de tais políticas são conhecidas...

Nas leituras realizadas sobre política e relação Estado x sociedade civil, teve-se no trabalho muita influência da teoria ampliada de Estado proposta por Gramsci, cujo Estado não representaria a única ordem ou fator de ordem frente a uma sociedade amorfa e desorganizada. A busca pela hegemonia se dá entre frações das classes sociais que também querem voz e ações ativas, também querem ser sociedade política. Contudo, ao aplicar tais reflexões em um dado contexto, como superar o estadocentrismo quando a sociedade civil não se mobiliza, se organiza, ou reivindica uma mudança? Como não cair no “fato consumado”? Outro enfoque discute a importância do Estado e do território frente aos movimentos classificados de “desterritorializantes” ou “desterritorializados”, exemplificados pelas escalas de ação dos grandes conglomerados econômicos. Nunca se viu tamanha necessidade do território, do espaço e de uma contribuição geográfica, na medida em que o mesmo atua nas regulações e discussões sobre os limites das ações exercidas num dado território.

A última hipótese merece a maior atenção e os maiores cuidados: o agravamento das desigualdades socioterritoriais, entendidas enquanto desigualdades no e a partir do território, atinge todo o bairro e reflete a própria dinâmica campinense inserida em um modelo desenvolvimento urbano desigual capitalista, tendo na Estação Velha uma dupla configuração territorial constituída por “instrumentos de justiça e cidadania” de um lado, “territorialidades da exclusão” do outro. Estado e tráfico de drogas relacionando-se dialeticamente em um quadro de repressão, segregação e poderes próprios. Faz-se importante discutir cada ponto de tal enunciado. No decorrer dos anos, a problemática socioeconômica no bairro da Estação velha se agravou: rendas mudaram, a questão do emprego formal se alterou, os índices de recebimento dos benefícios do governo também mudaram. Essa problemática se traduziu no cotidiano espacial do bairro, nos usos do solo urbano, nos conflitos entre justiça, repressão e tráfico, além do aumento da incerteza quanto às mudanças e oportunidades na cidade paraibana.

Quanto às questões da justiça e cidadania, estas se constituem enquanto paradoxo da realidade social brasileira. Não é um caso isolado (mas também não é uma generalização) o fato de tais questões serem elucidadas muitas vezes como a solução dos problemas. O que chama a atenção no bairro da Estação Velha se dá na expressão material de um instrumento de justiça e cidadania que não se “faz valer” no cotidiano. Antes os direitos civis, políticos e sociais são assegurados, mas suas eficácias não são questionadas. Em uma sociedade de indivíduos, pensar o coletivo, o público e algo comum a todos parece um absurdo: para que ser cidadão igual a todo mundo quando os convites e as promessas de “ser algo mais” estão aí estampadas em *outdoors* e na ignorância produzida pela ausência de conscientização sociopolítica?

Como última reflexão para esse momento, cabe pensar a legislação das políticas urbanas sob um ângulo geográfico. O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor enfatizam a participação da sociedade, constituindo-se, no papel, em uma possibilidade democrática de definir os rumos urbanos brasileiros. Há pelo Brasil situações em que tais diretrizes funcionam e lutam por um bem-estar da população local. Contudo, falar de Campina Grande como exemplo de desenvolvimento ou da Estação Velha ora como “espaços da justiça”, ora como “zona de traficantes”, retrata os problemas de se buscar modelos ou generalizações para compreender tal dinâmica socioespacial.

As cidades brasileiras, longe de serem objetos de estudo saturados ou plenamente conhecidos, devem ser vistos como multidimensionais. A ênfase no caráter (geo)político aqui escolhido visou não só dar uma contribuição ao estudo do urbano nesse aspecto, mas também chamar a atenção para a necessidade de conscientização e luta pela cidadania obtida pelo conjunto de direitos e sua práxis. Ir além do formalismo, das leis e normas é desmascarar máscaras sociais (como lembrou, com propriedade, Ruy Moreira quanto à geografia) e expor as reais intencionalidades de um contexto exaltado e vendido como terra das oportunidades.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGUIAR, Roberto A. R. de. **O que é justiça**: uma abordagem dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- ARANHA, Gervácio Batista. Trem e Empório do Algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. **Cadernos Nordeste em Debate**. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, ano 1, nº 1, 1993, p.07-23.
- _____. et al. **A Paraíba no império e na república**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.
- _____. O trem na era do espetáculo: a viagem inaugural para Campina no ano de 1907. In: OLIVEIRA, Maria José da Silva; RODRIGUES, José Edmilson (Org.). **Memórias da modernidade campinense**: 100 anos do trem – Maria Fumaça. Campina Grande: Agenda, 2007.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A formação dos bairros em Campina Grande**. [s.n.] 1997.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- _____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: _____ et al (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Dep. Geografia, 1983.
- BEHRING, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

_____. **Os alicerces de Campina Grande**: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697-1864). Campina Grande: Ed. Caravela, 1999.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, out./dez. 1963, p.415-451.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anuário IGEO**, Rio de Janeiro, v. 15, 1992.

_____. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

_____. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. O problema da escala. In: _____ et al (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Espaço, um conceito-chave em geografia. In: _____ et al (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Recife, 2003. p. 245. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COX, Kevin R. Representation and power in the politics of scale. **Political Geography**. v. 17, n 1, p. 41-44, 1998.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 1993.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1986.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GURJÃO, Eliete Queiroz. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos

e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2009.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia política e geopolítica: velhas e novas divergências. **GEOgraphia**. Niterói, ano VIII, n. 15, p. 51-69, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOZEL, Salette. Das “velhas certezas” a (re)significação do geográfico. In: SILVA, Aldo Aloísio Dantas da; GALENO, Alex (Org.). **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17. ed. Campinas: Papirus, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Damão de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. São Paulo, 2004. p. 300. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo.

MACHADO, Lia Osório. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, Iná Elias de. **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de et al. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELGAÇO, Lucas de Melo. O uso do território pela violência. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: proposta para discussão**. Brasília, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Cunha de. Espaço açude no semi-árido do nordeste brasileiro. In: SÁ, Alcindo José de; PONTES, Beatriz Maria Soares (Org.). **O Brasil na geopolítica contemporânea**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2010.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. Para compreender o “leviatã brasileiro” – a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. **GEOgraphia**, Niterói, ano I, n. 1, p. 93-120, 1999.

OLIVEIRA, Maria José da Silva; RODRIGUES, José Edmilson (Org.). **Memórias da modernidade campinense: 100 anos do trem – Maria Fumaça**. Campina Grande: Agenda, 2007.

PIMENTA, Margareth Afeche. Uma outra pobreza urbana. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Poder local e instrumentos de intervenção da política urbana: o caso do Rio Grande do Norte. In: _____; SÁ, Alcindo José de. PONTES, Beatriz Maria Soares (Org.). **O Brasil na Geopolítica Contemporânea**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Mapa urbano de Campina Grande – Estação Velha. Disponível em: <<http://portal.pmcg.gov.br/?page=150&parent=287>>. Acesso em 15 jun. 2006.

RACINE, J. B. et al. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência – o caso de São Paulo, Brasil. In: FERNANDES, Edesio & VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

_____. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SÁ, Alcindo José de. **Geografia do direito: as normas como formas sócio-espaciais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SÁ, Maria Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 2000.

_____; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. Origens e Evolução do Comércio de Campina Grande. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, 11 out. 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **Formação e dinâmicas socioespaciais do bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB: cotidiano, transformações e heterogeneidades de um lugar**. Campina Grande, 2009. 142p. Trabalho acadêmico orientado. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC / UEPB / DHG.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SENNET, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-146, 2002.

SOBARZO, Oscar. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

_____. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha K. et al (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Dep. Geografia, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-22, 1997.

_____. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. O bairro contemporâneo: um ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 51(2), p. 139-172, 1989.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 11. ed. In: CASTRO, Iná Elias de et al (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. Urbanização e desenvolvimento discutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 56(1/4), 255-291, 1994.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008..

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: _____ (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: _____ et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICES



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Educação
Departamento de História e Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO BAIRRO DA ESTAÇÃO
VELHA – CAMPINA GRANDE – PB

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Chefe de família? () Sim () Não

Idade: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Separado

1) Há quanto tempo reside no bairro? _____

2) Tipo de residência: () Casa () Apartamento () Quarto

Número de cômodos: _____

3) Situação da residência: () Própria () Alugada () Emprestada () Financiada

3.1) Se alugada, quanto é o aluguel? _____

4) Quanto paga de IPTU anualmente? _____

5) Material utilizado nas paredes da casa: () Alvenaria com reboco () Alvenaria sem reboco () Taipa () Madeira () Outros _____

6) Sua casa possui cobertura de: () Laje () Telha de barro () Telha de amianto

7) Tipo de piso: () Terra () Cimento () Cerâmica () Outro

8) Sua casa possui banheiro? () Interno () Externo

9) Quantas pessoas moram nesta casa? _____

10) Em que trabalha o chefe da família? _____

11) Quantas pessoas das que moram, trabalham? _____

11.1) Trabalham em quê? _____

12) Quantas crianças menores de 12 anos residem nessa casa? _____

12.1) Idades? _____

13) Quantas pessoas estudam na casa? _____

13.1) Local onde estudam _____

14) Qual a renda mensal da família? _____

14.1) Renda mensal do chefe da família: _____

15) Bens duráveis e suas quantidades:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Geladeira () | <input type="checkbox"/> Liquidificador () | <input type="checkbox"/> Celular () |
| <input type="checkbox"/> Freezer () | <input type="checkbox"/> Micro system () | <input type="checkbox"/> Microondas () |
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar () | <input type="checkbox"/> Automóvel () | <input type="checkbox"/> Aparelho de DVD () |
| <input type="checkbox"/> Televisão () | <input type="checkbox"/> Microcomputador () | <input type="checkbox"/> Ferro elétrico () |
| <input type="checkbox"/> Fogão () | <input type="checkbox"/> Internet () | <input type="checkbox"/> Telefone () |
| <input type="checkbox"/> Vídeo cassete () | <input type="checkbox"/> Motocicleta () | <input type="checkbox"/> Bicicleta () |

16) Recebem algum benefício do governo? () Sim () Não

16.1) Se afirmativo, qual (quais)? () Bolsa Família () Bolsa Escola () Bolsa Renda

17) Qual a média do grau de escolaridade das pessoas residentes nessa moradia?

- | | |
|---|------------------|
| <input type="checkbox"/> Sem instrução escolar | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 1ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 2ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 3ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 4ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 5ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 6ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |
| <input type="checkbox"/> 7ª série do ensino fundamental | - Quantos? _____ |

- () 8ª série do ensino fundamental - Quantos? _____
- () 1ª série do ensino médio - Quantos? _____
- () 2ª série do ensino médio - Quantos? _____
- () 3ª série do ensino médio - Quantos? _____
- () Superior incompleto - Quantos? _____
- () Superior completo - Quantos? _____
- () Mestrado ou Doutorado incompletos - Quantos? _____
- () Mestrado ou Doutorado completos - Quantos? _____

18) Situação de pavimentação da rua: () Calçada () Terra () Asfaltada

19) Há rede de esgoto na sua rua? () Sim () Não

20) Como é o sistema de esgotamento sanitário da casa? () Rede de esgoto () Fossa séptica () Inexistente

21) O caminhão coletor de lixo passa na rua? () Sim () Não

21.1) Se afirmativo, quantas vezes ele passa por semana? _____

21.1.1) O caminhão passa sempre nos mesmos dias? () Sim () Não

21.2) Se negativo, onde você coloca o lixo de sua residência? () Depósito da prefeitura

() Terreno baldio () Canal () Outros _____

22) Tipos de insetos e animais nocivos encontrados:

() Muriçoca () Barbeiro () Mosca () Percevejo

() Aranhas () Baratas () Piolho () Pulga

() Ratos () Outros _____

23) Doenças comuns:

() Gripe () Anemia () Diabetes () AIDS

() Febre () Alergia () Neurológicos () DST's

() Disenteria () Doença de Chagas () Parasitológico () Vermes

() Hipertensão () Cancerígenas () Outras _____

24) Você possui meio de transporte? () Sim () Não

24.1) Qual? () Automóvel () Motocicleta () Bicicleta () Outro _____

25) Há postes de iluminação pública na sua rua? () Sim () Não

25.1) Se afirmativo, quantos? _____

25.1.1) Os postes estão em perfeito funcionamento? () Sim () Não

26) Falta água de abastecimento em sua residência? () Sim () Não

26.1) Se afirmativo, com que frequência? _____

27) Qual(is) posto(s) de saúde você utiliza? _____

28) O que você acha que a prefeitura poderia fazer para melhorar o seu bairro?

29) Qual a sua visão geral do bairro?

OBSERVAÇÕES:



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DOS TERRITÓRIOS DA
EXCLUSÃO NO BAIRRO DA ESTAÇÃO VELHA – CAMPINA GRANDE – PB

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Chefe de família? () Sim () Não

1) Há quanto tempo reside no bairro? _____

2) Situação da residência: () Própria () Alugada () Emprestada () Financiada

3) Quanto paga de IPTU anualmente? _____

4) Em que trabalha o chefe da família? _____

5) Quantas pessoas das que moram, trabalham? _____

5.1) Trabalham em quê? _____

6) Qual a renda mensal da família? _____

6.1) Renda mensal do chefe da família: _____

7) Recebem algum benefício do governo? () Sim () Não

7.1) Se afirmativo, qual (quais)? () Bolsa Família () Bolsa Escola () Outro _____

OBSERVAÇÕES:



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

QUESTIONÁRIO AO MERCADO IMOBILIÁRIO

- Qual a visão que o setor imobiliário tem de Campina Grande hoje?

- Quais as áreas que estão se valorizando em Campina? E as que estão se desvalorizando?

- Quais os critérios para valorização e desvalorização de uma área?

- Os problemas infra-estruturais (saneamento básico, localização) e sociais (marginalidade, violência, tráfico) se relacionam com o mercado de imóveis? Como?

- Existem áreas próximas do Complexo Jurídico interessantes ao mercado? Se positivo, quais?



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Exmo. Senhor
Diretor do Fórum Affonso Campos

REQUERIMENTO

Senhor Diretor,

Eu, Luiz Arthur Pereira Saraiva, brasileiro, solteiro, professor, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3147996 SSP/PB, residente na Rua Vila Nova da Rainha, 23 ap. 101, Centro, Campina Grande, vem à presença de V.Exa. para expor e requerer o que segue:

Na condição de aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, está sendo realizada uma pesquisa sobre o complexo jurídico do bairro da Estação Velha (comumente associado ao bairro da Liberdade). A pesquisa intitulada **ENTRE A JUSTIÇA E A EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO: conflitos e intencionalidades na implantação do Complexo Jurídico e os territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB**, visa uma análise do cotidiano espacial do fórum, bem como alguns conceitos e práticas jurídicas quanto ao seu espaço social no bairro onde se localiza.

Diante do exposto, a fim de garantir a continuidade da pesquisa, requer a V.Exa. uma entrevista cuja pauta aborda as seguintes questões:

- O senhor poderia narrar um pouco da história do Fórum Affonso Campos?

- O Complexo Jurídico pode ser considerado um espaço político?
- Qual sua opinião sobre a justiça social em Campina Grande?
- A concentração dos serviços jurídicos no espaço atual pode ser vista como um aspecto positivo ou negativo? Por quê?
- O que o senhor pensa sobre a localização do fórum? Ele atende bem sua área de abrangência?
- Nas proximidades do fórum há uma comunidade de baixa renda. O Fórum tem conhecimento de tal entorno social?
- O acesso à justiça no Brasil sempre é discutido polemicamente. Como se dá o acesso a justiça em Campina Grande?
- Além dos rigores institucionais de vestimenta, consta na entrada do Fórum detectores de metais e câmeras. Visto o forte policiamento nas proximidades, qual a importância de tais aparatos técnicos de segurança?
- Existe um muro herdado dos tempos da SANBRA entre o Fórum e um setor marginalizado do bairro da Estação Velha. Existe algum motivo pelo qual ele ainda não foi derrubado?

Apesar dos compromissos e responsabilidades cotidianas próprias de tal instituição, o requerente solicita com urgência tal entrevista, mediante o andamento da pesquisa (em fase conclusiva), ainda nesse semestre.

Pede Deferimento

Campina Grande, 13 de março de 2011.

Luiz Arthur Pereira Saraiva

Professor de Geografia

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE)

Contatos: saraivaluizarthur@yahoo.com.br

(83) 9626-6154 / (83) 9313-2963